

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23165

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

QUARTA-FEIRA 24 JANEIRO 90 60\$00

EDITORIAL

A separação do poder audiovisual

A televisão permite fazer e desfazer prestígios de pessoas e instituições, entronizar ideologias ou destruir convicções? A televisão é «todo-poderosa» no plano político? Sem discutir a sua validade, admita-se que a tese de uma tv-poder-quase-sem-limites se banalizou. Por isso se fala no «poder audiovisual» e no seu corolário lógico em termos de democracia política: a «separação do poder audiovisual», homenagem recente à velha teoria de Montesquieu.

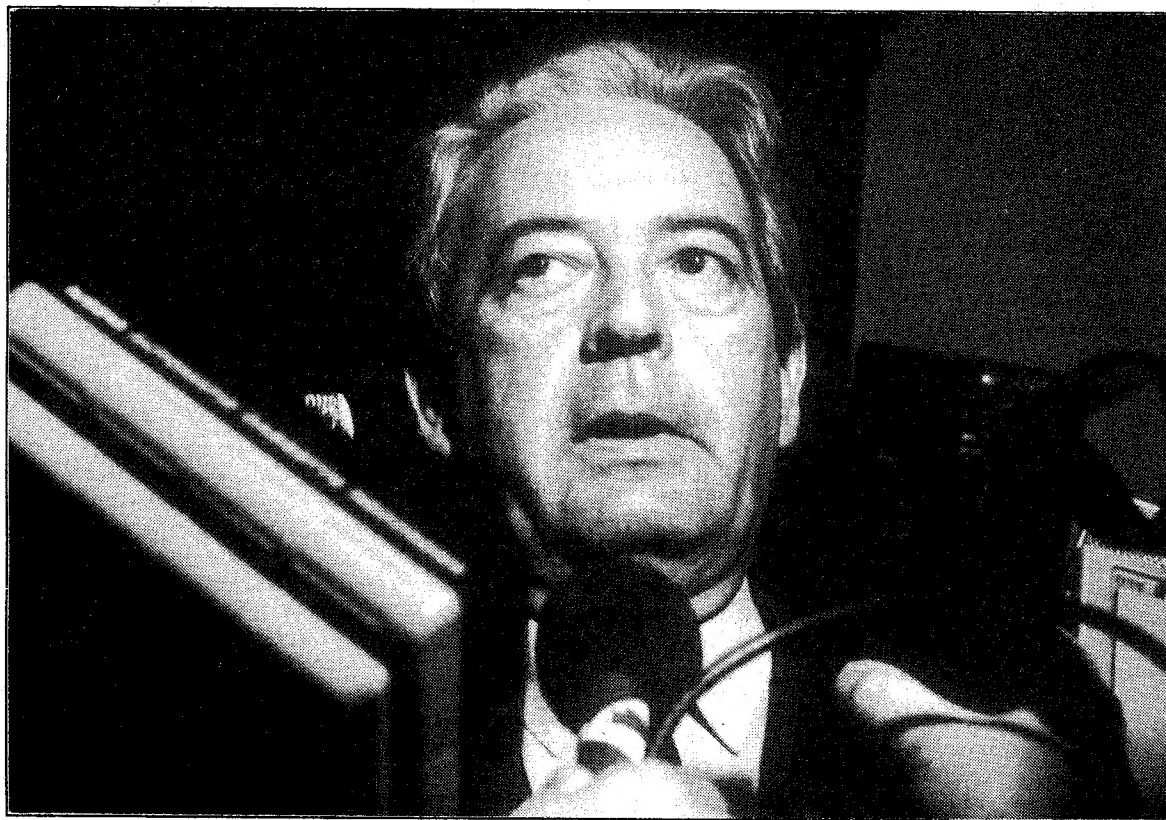
Nas democracias europeias, a origem histórica da Televisão esteve ligada ao Estado, mas, progressivamente, o mercado foi ganhando importância, ao ponto de impor a redefinição global do sistema audiovisual, ao longo dos anos 80. A vontade de assegurar a tal «separação de poderes» traduziu-se na criação de um órgão independente do Governo, enquanto entidade responsável pelo processo de licenciamento dos canais e reguladora da isenção da informação e da diversidade da programação.

Em Portugal, os autores da revisão constitucional de 1988 seguiram esse modelo. Sucede, porém, que a composição do órgão, acordada entre o PSD e o PS, nem sequer garante uma ficção credível e fá-lo surgir como um prolongamento ou, mesmo, um pseudónimo do Governo. O que se discute, agora, no Parlamento (por exemplo, o modo de designação dos representantes da opinião pública), não sendo irrelevante, é, francamente, secundário. O essencial já estava decidido: o Governo Cavaco Silva conduzirá, na (quase) plenitude dos seus poderes, o processo de abertura ao sector privado. A indignação dos socialistas tem toda a razão de ser, mas, em rigor, o PS deveria começar por se indignar consigo próprio e o deputado Arons de Carvalho deveria irromper no Telejornal a oferecer a si próprio a obra completa do dr. Arons de Carvalho.

Mário Mesquita

Eurico de Melo ao DL

Demiti-me por motivos de Defesa Nacional



Eurico de Melo levantou uma ponta do véu sobre a sua demissão

PR promulgou hoje o pacote militar

“Começam a aflorar os motivos pelos quais abandonei o Governo”- disse o ex-ministro Eurico de Melo ao DL. E reforçou: “Saí por motivos de Defesa Nacional”. A afirmação de Eurico de Melo surge num momento em que militares, Proton e Presidente da República têm protagonizado importantes reuniões, que culminaram, esta manhã, com a promulgação dos cinco diplomas constantes do chamado “pacote militar”. Mário Soares teve um papel interveniente e apaziguador do conflito entre a hierarquia castrense e as pretensões do Governo. Os militares não esperavam obter a reposição do esquema prevista no diploma inicialmente preparado por Eurico de Melo, mas desejavam que lhes fossem feitas algumas concessões, ao menos simbólicas, num dos três pontos considerados quentes: a base para o cálculo dos vencimentos, a alteração dos escalões e o subsídio de condução militar.

Pág. 11

Segredo de Estado à espera de lei

O segredo de Estado continua sem enquadramento legislativo. Em Outubro de 1987, o CDS tomou a iniciativa de lhe dar expressão legal. Só que, até hoje, nada foi aprovado no Parlamento. O mesmo acontece com o acesso dos cidadãos aos documentos da Administração, ideia que teve em Salgado Zenha, na sua campanha eleitoral para a Presidência da República, um precursor. Hoje, é a vez do PS apresentar mais um projecto de lei que pretende consagrar o direito à documentação.

Págs. 2, 3, 4, 5 e 6

Sondagem DL: maioria dos portugueses considera a existência de segredos de Estado justificada. Arquivos de Salazar, Caetano e PIDE são um segredo, mas, paradoxalmente, devem ter acesso livre

A Constituição impôs a transparência como norma e o segredo como excepção. A Administração pretende-se aberta, mas, por enquanto, ainda se está na ordem dos princípios

Collor insulta portugueses

Especial para o DL

Fernando Collor de Melo escolheu o insulto aos portugueses para responder ao sentido de humor do seu colega argentino Raul Menem.

Collor, que em 27 horas visitou a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, onde com os respectivos pre-

sidentes é suposto ter discutido a hiperinflação, a dívida externa e uma vaga e eventual «integração da latinidade», respondeu a uma anedota de Menem sobre si próprio com outra, inegavelmente ofensiva para os portugueses.

«Sabes qual é o galego mais estúpido da Argentina?», perguntou Menem

ao presidente eleito do Brasil. «É Alfonsín», respondeu o próprio Menem, explodindo numa gargalhada com a conclusão que lhe é muito pouco favorável: «É que Alfonsín levou cinco anos e meio a destruir o que eu já destruí em seis meses.»

Joaquim Letria
Continua na pág. 15

FP/25: fim à greve da fome

Pág. 17



Leste preocupa economistas portugueses

Págs. 20 e 21

Tiroteio na Albânia

Pág. 14

Cabo Verde: nevoeiro estraga visita do Papa

Pág. 14

Ninhos de cegonhas destruídos levam agrária a juízo

Pág. 17

A Constituição portuguesa aponta claramente para uma Administração aberta que possibilite um acesso alargado aos documentos oficiais. Esta deveria ser uma regra de ouro da democracia, só que, não raro, os cidadãos se defrontam com o fechar de portas e alegações de reserva ou confidencialidade. É reconhecida legitimidade para o secretismo em áreas onde está em causa o interesse soberano do Estado. Só que a alegação do segredo de Estado é, regra geral, arbitrária, já que não existe lei que o regulamente

O segredo de Estado numa Administração fechada

«Todos os países têm os seus segredos de Estado» - diz o escuteiro Mirim, da biblioteca de Walt Disney. Só que, falando sério, uns fazem disso regra e outros excepção. Portugal vive na arbitrariedade do segredo. O Governo, a Administração de um modo geral, assumem a opacidade ou a transparência consoante o fim em vista para o exercício do poder. Os arquivos, sejam os da PIDE, de Salazar ou de Marcelo Caetano, continuam fora do alcance da generalidade dos cidadãos. E o segredo e o silêncio parecem ser a regra de ouro de quem faz da retenção da informação razão de autoridade.

A Constituição não contempla o segredo de Estado. O espírito prevalecente é o do direito à informação numa concepção alargada. Na última revisão constitucional chegou mesmo a introduzir-se o direito dos cidadãos a serem informados pela Administração sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados. Refira-se também o «direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa,

à investigação criminal e à intimidade das pessoas». E aqui surgem as chamadas razões de Estado para justificar reservas, confidencialidades ou secretismos.

É claro que, como diz Pierre Péan no seu livro *Secret d'État*, «a razão de Estado permite explicar o inexplicável, o inconfessável, o ilegal, ela autojustifica-se. Com as devidas proporções, a razão de Estado é para o País aquilo que a legítima defesa é para o indivíduo: a autorização de matar, isto é, transgredir a lei, para não ser morto. Ora, se o princípio é claro, a sua aplicação não o é menos: à falta de um verdadeiro controlo, todos os abusos correm o risco de ser permitidos». É que a área do segredo por razão de Estado não é um saco sem fundo onde todo o interesse obscuro possa ganhar lugar.

O Código Penal Português prevê penas de prisão até 15 anos para aqueles que violarem segredos de Estado «pondo em perigo os interesses do Estado português relativos à sua segurança ou à condução da sua política externa». Define-se assim a Defesa e a Política Externa como os sectores que podem justificar a existência de

segredo de Estado. Esta é a sua definição jurídica, suficientemente vaga, apesar de tudo, para permitir todas as interpretações. De tal modo, que já houve situações em tribunal, como a que envolveu elementos alegadamente relacionados com os designados GAL - Grupos Autónomos de Libertação em que o segredo de Estado foi invocado para não responder ao tribunal. Foi o caso de Serradas Duarte da DINFO - Divisão de Informações do Estado Maior General das Forças Armadas que, perante o juiz, se recusou a dar pormenores do envolvimento da Divisão a que pertencia no caso em julgamento.

Segredo teve projecto de lei

O segredo de Estado é sobretudo uma questão do Executivo, daí a necessidade de fiscalização por parte do Legislativo. E aqui o vazio é total, apesar da tentativa em contrário do CDS, através do deputado Adriano Moreira. Em Outubro de 1987, apresentou um projecto de lei do Segredo de Estado, entendido como «facto ou documento directo ou indirecto que se lhe refira, os quais sejam parte do processo de um acto de



inteligência ou administrativo ou político, de responsabilidade de um agente do Estado, e cuja divulgação pública prejudique os interesses do Estado português.»

O projecto do CDS subiu ao plenário em Julho de 88 e recebeu acesas críticas das várias bancadas parlamentares. Críticas de indeterminismo do conceito de segredo, considerado demasiado alargado, «iniciativa perigosa», nas palavras de Miguel Galvão Teles, foram algumas das reacções que se ouviram no Parlamento. Galvão Teles

chegou mesmo a dizer que, na ascepção do projecto do CDS, «é segredo de Estado tudo aquilo que, para a defesa dos interesses do Estado, quaisquer interesses do Estado, o Presidente da República ou o Governo, qualquer membro do Governo ou um chefe de estado-maior como tal qualificarem». Contudo, uma virtude é reconhecida ao projecto defendido por Adriano Moreira: foi o primeiro a procurar ultrapassar o vazio legislativo numa matéria que configura uma limitação ao direito à informação e ao acesso aos documentos oficiais. O projecto do CDS aponta para a confiança nos detentores do poder político, segundo uma moral de responsabilização de quem governa, em prejuízo de garantias formais. Este entendimento foi vivamente contestado pelos abusos e discricionariedade que pode permitir. O projecto não chegou a ser votado e baixou às comissões de Defesa Nacional e de Direitos, Liberdades e Garantias. E aí continua até hoje, pois não voltou a ser retomado.

A Administração aberta

O princípio da administração aberta tendo como excepção o segredo norteou um projecto que teve uma trajectória paralela na Assembleia da República. Foi o caso do projecto de lei do PCP que «garante a todos o acesso aos documentos da Administração». Proclama a administração aberta, sem prejuízo de restrições quando esteja em causa «a intimidade da vida privada de cidadãos ou de valores constitucionais protegidos, (...) certos domínios como a defesa nacional, segurança pública, justiça e economia e apenas

na medida e com o âmbito e duração estritamente necessárias à realização dos objectivos que com a restrição ou a proibição se visa proteger».

José Magalhães foi o autor do projecto e nele chama a atenção para a necessidade de distinguir entre o mero segredo administrativo e o segredo de Estado. Esta distinção põe-nos perante uma panóplia de potenciais destruições a fazer: seja o segredo militar, o diplomático, o de justiça, o estatístico, o dever de sigilo... E aqui a situação complica-se, pois o segredo ergue-se como teia cujos contornos são difíceis de controlar.

O Governo de Cavaco Silva criou uma secretaria de Estado da Modernização Administrativa, procurando reformar a máquina da Administração Pública, desburocratizar e facilitar o acesso dos cidadãos aos documentos oficiais. Só que até hoje não se notam melhorias, salvo mais uns impressos propagandísticos. Nada tem sido feito para possibilitar o acesso aos arquivos e fundos documentais, sejam os do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sejam os da memória do antigo regime.

As únicas diligências legislativas e regulamentares que o Governo promoveu neste âmbito foram na área da Segurança Interna e do Sistema de Informações. A segurança de matérias classificadas mereceu dois diplomas: os designados SEGNAC 1 e o SEGNAC 2. O primeiro garantindo «a segurança protectiva das matérias classificadas de âmbito governamental contra acções de sabotagem e espionagem e, ainda, falhas humanas susceptíveis de ocasionar comprometimentos e quebras de segurança». O segundo SEGNAC detem-se na «defesa das matérias classificadas, segurança industrial, tecnológica e de investigação». Ainda que os motivos de segurança nacional sejam compreensíveis e tidos em consideração por todos os Estados, estes dois documentos publicados sob a forma de resoluções de Conselho de Ministros, têm um alcance muito largo e dão possibilidade ao Governo de fechar o acesso a informação que deveria ser do conhecimento geral, mas que, em nome de um pretenso «interesse nacional» não chega a vir a público.

Alberto Martins

«Transparência deve ser regra»

«O segredo de Estado serviu como regra nuclear de um Estado do segredo onde a confidencialidade bloqueou o acesso à informação e denegou o controlo público e participativo dos cidadãos.

É certo que todas as sociedades têm necessidade de instaurar uma zona de segredo que proteja interesses públicos maiores com a defesa nacional, a segurança interna ou a intimidade individual.

Mas ao procurar delimitar o segredo de Estado de modo genérico e amplo como «um acto de facto» de um «agente do Estado», e cuja divulgação pública prejudica o Estado português, o projecto de lei limita-se a remeter a sua concretização para o titular do direito de qualificação do acto ou documento.

E nesse sentido, a ausência de delimitação das matérias relativamente às quais o segredo funciona, dos interesses e direitos que salvaguarda e das zonas intocáveis ao segredo, constitui uma fragilidade signifi-

cativa do projecto que o minimiza enquanto garantia precisa, e não fluida do Estado, e, sobretudo, dos cidadãos.

Uma lei do segredo do Estado deve, por isso, integrar-se na percepção moderna que aponta para o acesso à informação e o saber dos cidadãos como a terceira geração das liberdades públicas.

A partir dos anos sessenta do nosso século, um pouco por todo o mundo, de Ocidente a Leste, o princípio da transparência, da Administração aberta, da política à luz do dia, vem reduzindo a longa tradição do segredo fazendo da transparência a regra e do segredo excepção.

A Constituição da República ao integrar-se neste movimento definiu a transparência como regra e o segredo como excepção, desde logo, reduzindo a regra do segredo às matérias, e não todas, respeitantes à segurança externa e interna, à investigação criminal e à

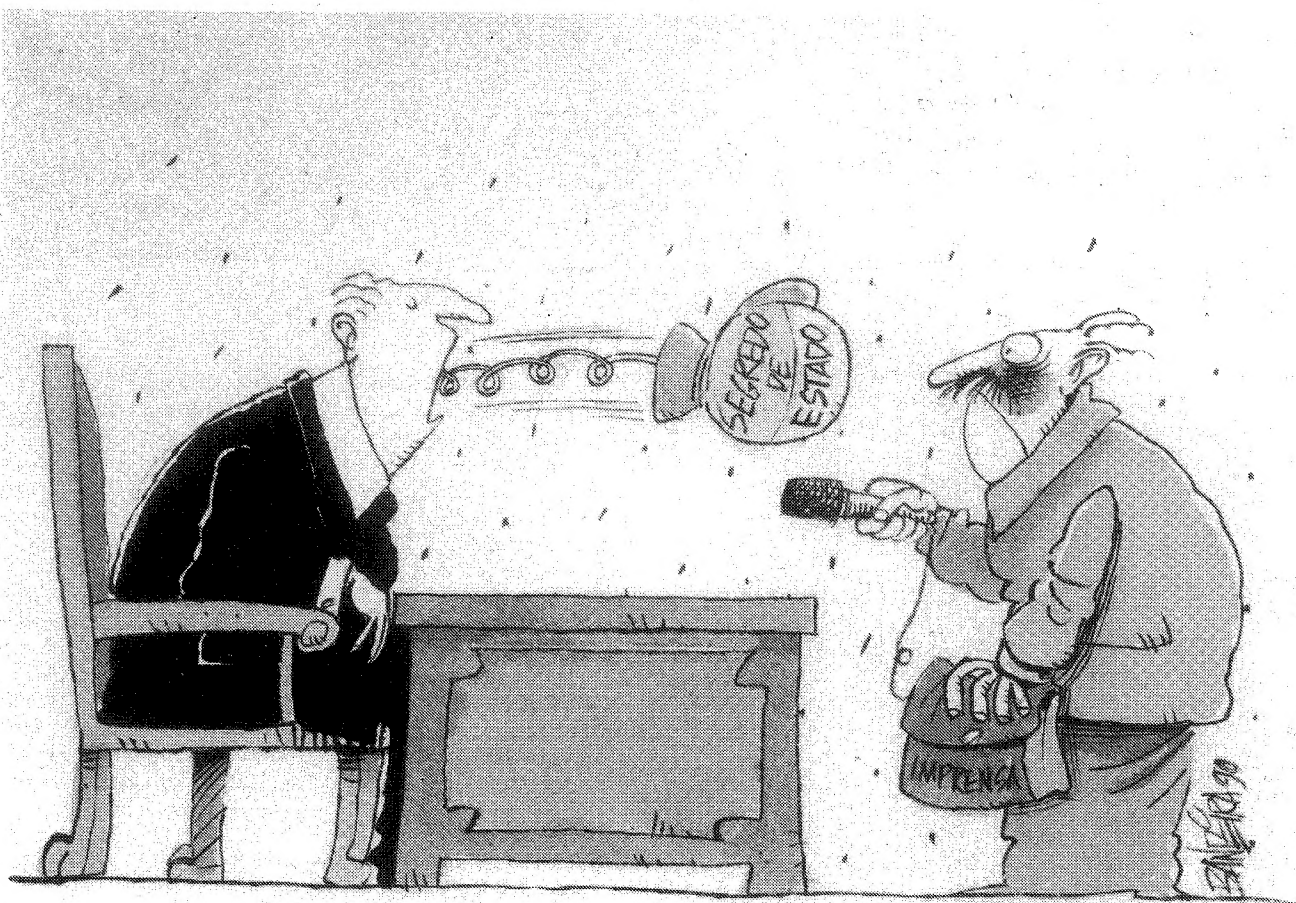


Alberto Martins, deputado do Partido Socialista

privacidade.

Uma lei do segredo do Estado deve, por isso, como expressão de uma zona residual de opacidade, con-

cretizar os domínios precisos do segredo, e não, como esta, apesar da sua motivação positiva, apontar a uma grande indeterminação».



Jorge Miranda, conhecido constitucionalista, afirma que «quem tem o poder tem sempre a tentação de abusar dele». Daí a necessidade de haver muito rigor, muita minúcia de conceitos, de modo a impedir a utilização abusiva do segredo e para que não possam ser postas em causa as garantias que constitucionalmente são reconhecidas aos cidadãos.

Em muitos países europeus, particularmente nos nórdicos, está consagrado o livre acesso aos documentos oficiais. A Suécia desde 1766, a Finlândia desde 1951 e a Dinamarca e a Noruega desde 1970. Variam apenas os regimes. Na Finlândia e na Suécia a legislação vigente não fez depender o acesso aos documentos da prévia identificação do requerente, enquanto que a legislação finlandesa e sueca determinam uma série de documentos classificados, considerados secretos. A Dinamarca e a Noruega excluem o acesso a alguns documentos, mas não identificam quais.

Nos EUA começou por haver uma Lei sobre a Liberdade de Informação (1966), depois em 77 a Lei *Sunshine* definiu medidas com vista a publicar processos de decisão de alguns organismos governamentais. Já em 1974, uma lei sobre a protecção da vida privada regulou o acesso dos cidadãos aos documentos da Administração.

A Grã-Bretanha domina uma lei sobre o segredo de Estado que data de 1911. Embora exista um Comissário Parlamentar para a Administração que tem acesso aos documentos públicos, a verdade é que estão em vigor grandes restrições. Em Inglaterra continua a vigorar o princípio de que a informação oficial deve ser mantida secreta a menos que o Governo, ou a lei, considere o contrário. Implicitamente, pois entre nós há um vazio legal, a situação portuguesa é semelhante.

António José Teixeira

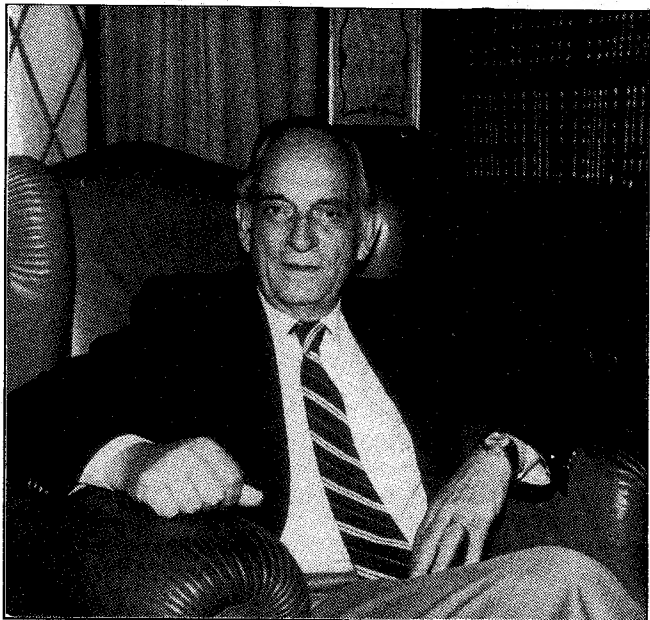
Adriano Moreira

«Falta lei do segredo para evitar abusos»

«O segredo de Estado abrange os factos e procedimentos do poder político e das suas estruturas auxiliares, que apenas podem ser do conhecimento de um círculo formalmente delimitado de agentes, e o alargamento do círculo referido, proveniente de acção interna ou externa ao mesmo, é ilegal. No Estado anterior à revolução liberal, o segredo era a regra, no Estado democrático o princípio é o da publicidade, transparência e fiscalização do executivo. Acontece porém, sobretudo nos domínios das relações internacionais clássicas, e cada vez mais na área da investigação científica e tecnológica, que os Estados não dispõem uma área reservada de acção, coberta pela disciplina do segredo de Estado, formalmente protegida. Todas as grandes potências o praticam para além daquilo que confessam, e tornou-se um capítulo importante da

ciência política, ainda pobre de resultados, o estudo da clandestinidade do Estado. De quando em vez, por acidentes vários, a opinião pública mundial é abalada com o conhecimento de acções clandestinas de monta, e não apenas conduzidas por regimes qualificados de totalitários, também acções da responsabilidade das democracias estabilizadas. A necessidade do segredo de Estado não tem relação com a ilegalidade da acção dos órgãos do Estado, e justamente o problema político e administrativo a enfrentar é o de consentir o segredo sem dispor os meios de verificar oportunamente se a lei foi observada. O risco calculado é de que o segredo incite ao abuso do poder. Por exemplo, Schlesinger adianta a hipótese de que o presidente Nixon foi levado a exceder internamente os seus poderes por impulso derivado do exercício secreto que lhe era

consentido na política internacional, e isto não obstante a regulamentação complexa que parte do «National Security Act de 1974». O motivo é sempre a consideração do venerado Alexandre Hamilton: «Energia no executivo é a característica principal de um bom governo». A experiência da clandestinidade do Estado, sobretudo na vida internacional, é enorme na URSS, mas não falta, por exemplo, à Inglaterra ou à França. A questão é sempre a de assegurar que o segredo não cobre a ilegalidade, e que a clandestinidade não reproduz um poder arbitrário que publicamente cultiva a imagem de respeito pela constância da remissão. Substitua a moral de responsabilidade dos titulares dos órgãos do executivo, a falta de uma lei que regule o segredo de Estado abre caminho a que o Estado resvale para um regime de secretismo arbitrário sempre próximo da degenerescência do poder, porque o saber secreto é uma ameaça para a normalidade jurídica da vida das sociedades. Admitindo que as condições da vida do Estado, designadamente na defesa, nas relações internacionais, e na investigação científica e tecnológica, não dispensam a possibilidade de reservar o acesso ao conhecimento dos factos e dos procedimentos, a defesa da legalidade aconselha que uma lei defina as áreas onde o segredo pode ser usado, identifique os órgãos que podem decidir a aplicação do regime, limite o tempo e assegure o acesso razoável e eficaz da fiscalização política, garanta a tutela dos abusos ou ilegalidades cometidas. Em Portugal não temos essa lei».



Adriano Moreira, deputado do CDS

O direito à documentação

«Liberdade de acesso aos documentos administrativos» é o tema de um projecto de lei que o Partido Socialista apresenta hoje na Assembleia da República. O projecto, da autoria do deputado Alberto Martins, a que o *Diário de Lisboa* teve acesso, define as condições do exercício de acesso à documentação administrativa e do dever de transparência da Administração Pública.

O diploma que o PS vem agora trazer a público recupera em grande parte os princípios expressos no projecto do PCP sobre a mesma temática, apresentado em Outubro de 1987 e que até hoje não teve honras de agendamento parlamentar.

A transparência como regra e o segredo como excepção é o diapasão do projecto socialista. O direito à documentação é apresentado como um direito novo, conformando «o direito à informação dos cidadãos com o interesse da Administração e a defesa da vida privada. O direito à informação, o direito à vida privada e o direito ao bom Governo balizam as restrições e o equilíbrio dos compromissos que a salvaguarda destes princípios exige.»

A transparência administrativa representa, segundo o projecto, «não só uma exigência de controlo da Administração, mas ainda um instrumento de diálogo que garanta ao cidadão o exercício adequado do direito de crítica e de contestação e implica um processo de alterações estruturais e uma mudança nas mentalidades, na estrutura e nas rotinas dos agentes do serviço público».

A liberdade de acesso aos documentos, nos termos do diploma, compreende o direito à informação sobre o conteúdo dos documentos e a possibilidade da sua reprodução material. A regra geral prevista é a do acesso livre de qualquer cidadão, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, aos documentos não nominativos. Os documentos que respeitam a uma pessoa identificada só são acessíveis ao próprio. Outras pessoas poderão ter igual acesso, desde que demonstrem «interesse legítimo, directo e pessoal». Para este efeito, o requerente terá que contar com o parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos e Registos Administrativos - CADRA, a constituir, a exemplo, aliás, daquilo que o projecto do PCP já previa. A própria designação é semelhante: Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

As informações nominativas de carácter médico só poderão ser comunicadas ao interessado por intermédio de um médico por si designado. Por outro lado, os interessados podem exigir a faculdade de correcção de informações inexatas.

Pelo que pode ler-se no preâmbulo deste projecto socialista, o acesso aos documentos não choca com a designada «reserva de intimidade administrativa» no que respeita aos processos preparatórios de elaboração de uma decisão. Posto de lado o acesso às notas pessoais é, contudo, garantida a possibilidade de ter acesso a documentos preparatórios que reportem ao momento da decisão.

A recusa de acesso a documentos só pode verificar-se, caso seja aprovado o projecto em referência, se a classificação do documento o autorizar, dada a sua natureza.

De qualquer modo, a Administração deve informar o requerente das razões da recusa ou se o documento não está na sua posse. Os prazos de resposta previstos vão até aos trinta dias. Findo o prazo, poderá haver lugar a recurso administrativo contencioso.

Os documentos e registos protegidos pela Administração serão referenciados - diz o PS - e publicados nos termos da lei. Assim, serão afixadas publicamente as listas de documentos «cujo acesso é vedado ou limitado em função da sua natureza ou objecto», após parecer da referida CADRA.

Prevê-se também legislação própria para as matérias respeitantes ao acesso ao registo civil, comercial e predial, aos arquivos históricos e ainda ao tratamento automatizado de dados com recurso à informática.

De um modo geral, pode dizer-se que o projecto do Partido Socialista é muito semelhante ao projecto subscrito pelo deputado comunista José Magalhães e aguarda discussão. A filosofia é a mesma, registando-se pequenas diferenças no regime de acesso aos documentos.

Trata-se de um desafio que vai ser lançado ao Governo e que se espera possa vir a ter melhores resultados que as propostas anteriores, sejam a de delimitação e regulamentação do segredo de Estado, seja a de garantir o acesso aos documentos da administração.

A.J.T.

Mário Raposo (PSD) e José Magalhães (PCP)

Transparência como norma segredo como excepção

GRANDE
ANGULAR

Segredo de Estado é um conceito íntimo do de administração aberta. No plano dos princípios, desde logo os constitucionais, a Administração portuguesa está proibida de ser fechada. A última revisão do Texto Fundamental reforçou esta vertente de clareza face aos cidadãos. Porém, pouco ou nada foi regulamentado sobre a matéria. Os deputados José Magalhães, do PCP, e Mário Raposo, do PSD, falam na necessidade de se estabelecerem normas legais para impedir o caos no acesso público a determinados documentos e as arbitrariedades do Estado em prol dos alegados interesses da Nação. Os dois parlamentares, ainda que distanciados politicamente, convergem na ideia de transparência como regra e de segredo como excepção.

O conceito de segredo de Estado é ambíguo. Foi engendrado para tutelar interesses e valores relacionados com a defesa nacional, com a integridade da Pátria perante ameaças internas e externas, e com a salvaguarda da ordem constitucional e da liberdade individual. «O Estado nunca poderá deixar de evocar o estatuto de segredo para certos documentos e situações.



Mário Raposo e José Magalhães

No entanto, este conceito deve ser inequivocamente fixado na lei para impedir arbitrariedades», diz Mário Raposo, antigo ministro da Justiça. O deputado comunista defende um ponto de vista semelhante ao lembrar o artigo 268, nº 2 da Constituição que consagra o direito de todos os portugueses a uma administração aberta: «A não regulamentação do disposto, a persistir, acarreta uma grave omissão inconstitucional. É

indispensável que as iniciativas dos diferentes partidos nesta matéria sejam apreciadas na Assembleia».

O PCP formulou uma, em 1985, que não chegou a subir a plenário. «Por manifesta indisponibilidade da maioria PSD», frisa José Magalhães. Para o deputado, o projecto-lei do PCP visava, e visa, operar uma reclassificação dos documentos da Administração Pública que reduza o número de assuntos tidos

como secretos ou confidenciais, com um âmbito e uma duração estritamente necessários à realização dos objectivos a proteger.

Aliás, a proposta comunista consigna ainda a criação de uma comissão independente que sirva de mediadora entre os cidadãos em litígio com a Administração por omissões injustificadas da mesma.

«Fundamental é garantir que a invocação de segredo de Estado não conduza à

paralisação dos tribunais, impedindo-os de esclarecer a verdade por a certos cidadãos ser exigido (ou concedido o benefício de...) segredo de Estado», sublinha o parlamentar do PCP.

A revisão constitucional revogou as normas do direito ordinário contrárias ao funcionamento aberto e transparente, conferiu aos cidadãos larguíssimos direitos de informação, directamente aplicáveis. Diversos diplomas tornaram obrigatória a publicação de documentos administrativos e previram meios de reacção contenciosa contra ilegalidades administrativas, entre eles a Lei de Processos dos Tribunais Administrativos.

A parte boa da laranja esconde a má. O poder de José Magalhães, na resistência ao impulso de abertura de uma Administração secularmente virada para o seu próprio umbigo. «A administração aberta é receada por beneficiários da gestão secretista (que encobre confortavelmente fenómenos de ilegalidade, má gestão ou mesmo corrupção) porque virá obrigar a uma profunda reforma da Administração Pública», afirma o deputado comunista.

Mário Raposo concorda

com a ideia de que o rigor e a transparência são regras decisivas para a vida democrática, por isso aponta para um sistema enquadrável naquilo a que genericamente se chama «arquivo aberto». O antigo ministro da Justiça considera, contudo, que «com um salto de Gulliver, passou-se do zero para o infinito». Trata-se mais uma vez do artigo 268, nº 2 da Constituição. «Esta norma de total permissividade atribuída aos cidadãos para recorrerem aos arquivos da Administração Pública, é inexecutável porque, a ser posta em prática, gerava o caos».

O cidadão comum, esse, ainda não se apercebeu dos meios legais que tem ao seu dispor. Para José Magalhães, «sendo dúbios os meios de consulta jurídica e a assistência judiciária, muitos são os lesados pelas recusas de informação de processos que lhes dizem respeito, acabando por não reagir a tempo ou perder horas em busca de documentos que lhe deviam ser imediatamente facultados, sobretudo os jornalistas que têm, ou melhor, deveriam ter especial direito de acesso às fontes de informação».

Paula Sá

Jornalista contra governante: «não senhor secretário»

O mais flagrante exemplo da tendência para o hermetismo e o sigilo da administração pública face aos propósitos informativos jornalísticos foi proporcionado há coisa de cinco anos por um conflito que teve como principais protagonistas um secretário de Estado do Emprego, o social-democrata Rui Amaral, e José Pedro Castanheira, então redactor de «O Jornal». Castanheira, processado sem consequências pelo governante, veria o seu procedimento profissional sancionado pelo Conselho de Imprensa, que considerou que Amaral violara a Lei de Imprensa no capítulo relativo às fontes de informação — e de acusado passou a acusador.

O caso foi a origem para uma série de artigos do jornalista naquele semanário, acerca da gestão do entretanto extinto Fundo de Desemprego. Nesses trabalhos, José Pedro Castanheira questionava a distribuição de verbas para acções de manutenção e criação de postos de trabalho, que a lei então previa, e sobretudo o secretismo em relação a elas guardado. Tratava-se do destino de uma importância que, só em 1984, ascendeu a seis milhões de contos, saídos do bolso do contribuinte.

Acontecimentos posteriores provariam que as suspeitas do jornalista não eram infundadas, nomeadamente a detenção de um funcionário, acusado de fazer da facilitação de apoio financeiro instrumento de extorsão. Mas o secretário de Estado, que justificava a opacidade da gestão do Fundo equiparando os subsídios a empréstimos bancários, não gostou da insistente curiosidade de José Pedro Castanheira, que calcula ter dedicado ao assunto uns bons 70 artigos. E acionou-lhe um processo por difamação.

Mesmo privado das informações actualizadas que reivindicava, recorrendo a necessariamente anacrónicos relatórios oficiais, Castanheira pôde denunciar situações reveladoras de grave discricionariedade na concessão de subsídios, como as de empresas contempladas a procederem a despedimentos colectivos, senão a fecharem as portas na imediata sequência do benefício. Em suma, coligiu suficientes indícios de corrupção para a Oposição ficar impressionada. Estava-se nos tempos do Bloco Central. O Partido Comunista chamou a si a iniciativa que a denúncia jornalística justificava.

A acção intentada por Rui Amaral não teve alcance futuro. Isso, apesar de contar com o patrocínio jurídico e o apoio testemunhal de individualidades com o peso político de, no primeiro caso, José Miguel Júdice, no segundo Eurico de Melo e Proença de Carvalho, entre outros.

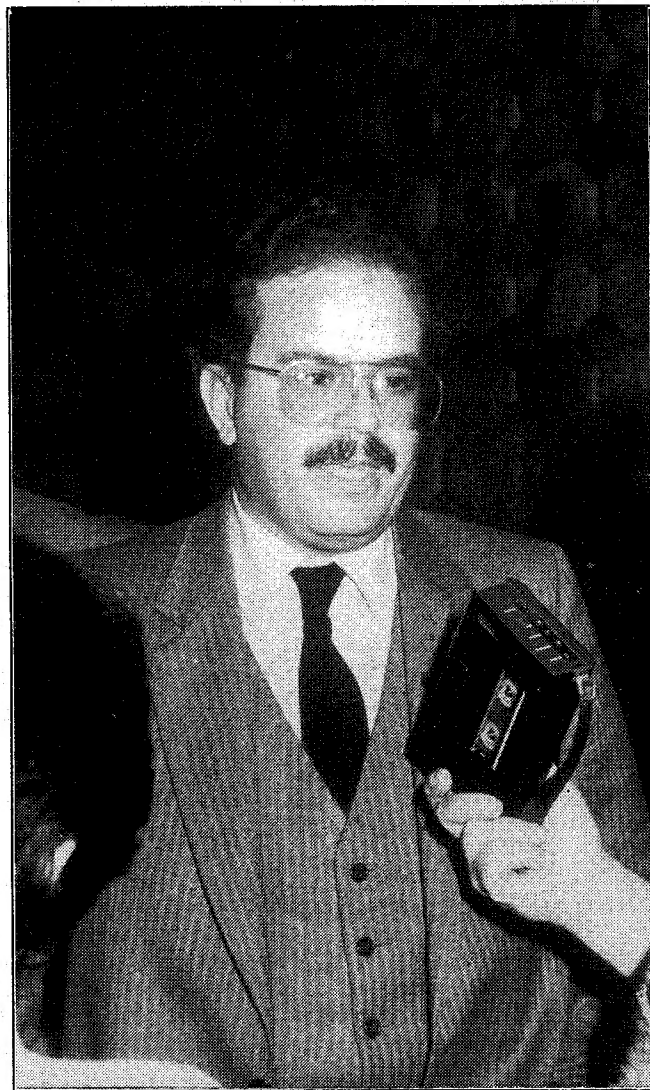
Tudo se saldou por um acordo judicial. Mas a iniciativa comunista, tomada na Assembleia da República, de propor a constituição de uma Comissão de Inquérito, viria a ter rápidos efeitos práticos. Foi aprovada. E a comissão elaborou um relatório fortemente crítico do governante, relatório que, na conjuntura da desintegração do Bloco Central, recolheu a maioria dos votos parlamentares.

José Pedro Castanheira, ao tempo presidente da direcção do Sindicato dos Jornalistas, decidiu arvorar a sua luta em cruzada pela transparência da administração pública, pela efectiva aceitação pelos governantes da sujeição dos seus actos ao juízo da opinião pública, através da Comunicação Social. Tomou então uma iniciativa sem precedentes em casos similares: apresentou queixa ao Conselho de

Imprensa contra Rui Amaral. Por quê? Por violação da lei de Imprensa no respeitante ao acesso às fontes de informação. O parecer do órgão foi-lhe inteiramente favorável. Vai daí, resolveu progredir no ineditismo: intentou uma acção, por igual motivo, contra o titular da secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional, que, entretanto, fora eleito para o Parlamento Europeu.

Na queixa, Castanheira incluía cópias dos mencionados relatórios parlamentar e decisão do Conselho de Imprensa. Apresentou-a em 1985. Desde então, nada mais soube acerca da evolução do processo. Reconhece não ter desenvolvido grandes esforços para que avançasse. Hoje ao serviço do «Expresso», motiva-o mais a investigação de outros casos.

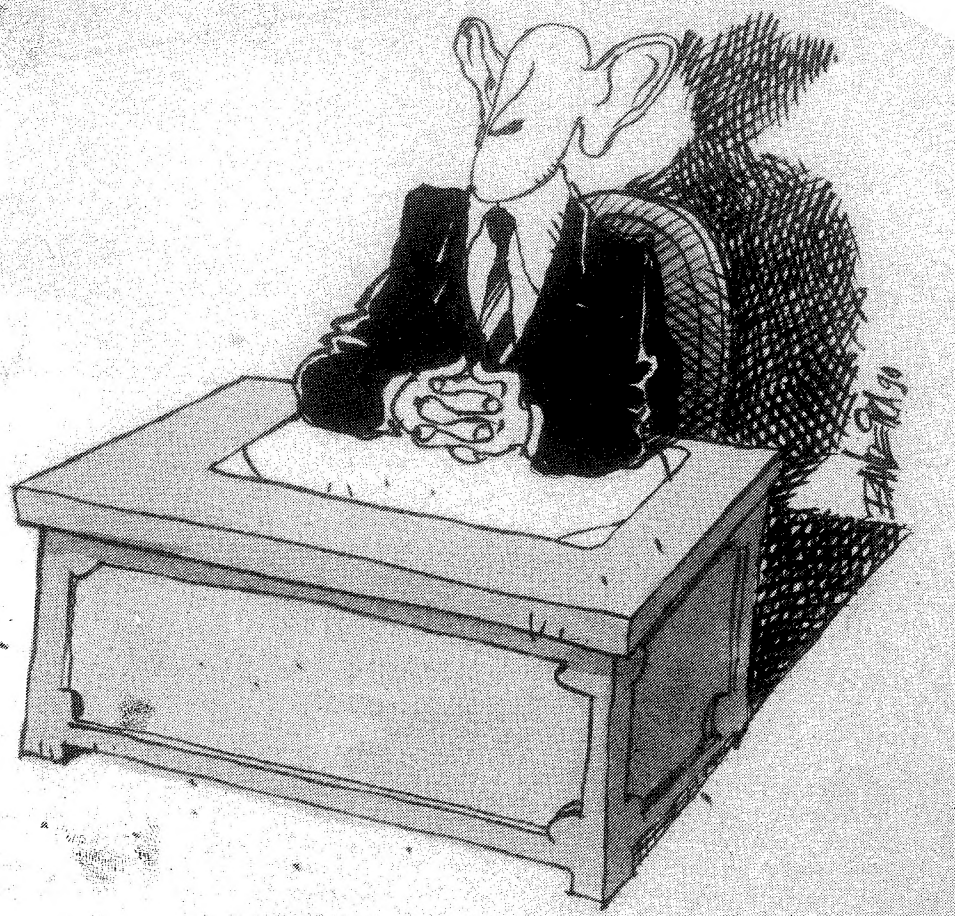
Da experiência deste conflito com uma instância governativa, o antigo presidente do Sindicato dos Jornalistas extraiu a convicção de que grande parte da responsabilidade na obstrução pelos titulares de cargos públicos às investigações dos profissionais da informação cabe precisamente aos últimos, e isso pela pouca pertinácia que investem em tais dil-



Rui Amaral

igências, fruto da ignorância em que estão dos direitos que lhes assistem.

F.B.S.



Historiadores criticam arquivismo português

A consulta dos arquivos de Salazar e Marcelo Caetano está vedada à generalidade dos investigadores por uma legislação que a interdita por um período de 25 anos sobre a morte de cada um dos líderes do Estado Novo. O historiador Fernando Rosas considera esse prazo excessivo. Mas o que acha mais grave, nesta matéria, é a indefinição de um regime geral de acesso àqueles documentos, bem como a muitos outros indispensáveis ao estudo do Portugal recente. Quais? Arquivos da PIDE, da Legião, da União Nacional, da Mocidade Portuguesa...

Um período de defeso de fontes históricas como os papéis citados não constitui invenção portuguesa. Original, segundo Fernando Rosas, será a sua extensão, já que, na maioria dos países evoluídos, ela se fica por 25 anos sobre o acontecimento, não sobre o óbito de um protagonista. Original será, sobretudo, a arbitrariedade que caracteriza os critérios de acesso.

Membro da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, equipa de historiadores com prerrogativas especiais, que lhe facilitam a livre consulta dos materiais citados, Fernando Rosas elogia o trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional sobre o arquivo de Salazar, que diz encontrar-se impecavelmente organizado e constituir uma preciosa fonte de informação histórica, não obstante certas omissões, com relevo para a do *dossier* respeitante a Marcelo Caetano, naturalmente atribuível ao segundo chefe da ditadura.

Em contrapartida, segundo ele, o arquivo de Caetano, também na Biblioteca

Nacional, está por trabalhar, tal como os das estruturas repressivas do antigo regime, que, embora acondicionados na Assembleia da República, dependem, no que se refere à consulta, do Estado-Maior do Exército. Neste particular, trata-se de um arbítrio imprevisível: um jornalista estudante de sociologia foi certa feita autorizado a compulsar os *dossiers*, desde que o fizesse apenas na segunda

dispersão do acervo documental do Estado Novo, vulnerabilizando-o a subtrações, complica duplamente o trabalho de pesquisa histórica acerca do Portugal recente.

Segundo Piteira Santos, arquivos como o de Salazar e da PIDE acusam já omissões que representam grave prejuízo para a historiografia, atribuíveis à precariedade das condições de segurança em

experiência que vem tendo, nos últimos anos, de trabalho dessa natureza nos Estados Unidos da América. Afirmando a uma lei que permite o acesso, dentro de certas normas, a materiais ainda classificados, ou seja, protegidos por uma confidencialidade temporária, logrou examinar documentos como os relatórios da embaixada norte-americana em Lisboa coevos e respeitantes ao 25 de Abril, informação que utilizou no primeiro volume da sua obra «Os americanos e Portugal», sobre «Os anos de Richard Nixon».

O empenho dos norte-americanos em deixar testemunho da sua própria história originou instituições como as *Presidential Libraries*, bibliotecas construídas nos locais de nascimento dos diversos presidentes da República, e onde se reúne o essencial da memória da sua acção política.

Criação norte-americana é também a *oral history*, entrevistas com personalidades políticas recolhidas sob garantia de confidencialidade por um período combinado.

Autor de uma recolha de cartas de Marcelo Caetano que provocou celeuma, ao documentar a estreiteza das relações que o ditador mantinha com vultos de relevo na actual situação política, Freire Antunes parece porém relacionar mais a debilidade da moderna investigação histórica em Portugal com a atitude, alegadamente emotiva e reverenciadora de mitos e tabus, que impera no País dentro deste domínio do que com as condições materiais em que essa investigação tem de desenvolver-se.

F.B.S.

Arquivos da PIDE analisados pelo Parlamento

Os arquivos da ex-PIDE/DGS, Salazar e Marcelo - foco de indubitável curiosidade pública - estão no segredo dos deuses, bem protegidos no Forte de Caxias. Um grupo de trabalho «ad-hoc», no âmbito da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias do Parlamento, integrado por Mário Raposo (PSD), Almeida Santos (PS) e José Magalhães (PCP) prepara as soluções a propor quanto ao sistema de guarda, conservação e acesso aos ditos arquivos.

«É preciso reconhecer que as actuais regras de acesso primam pela fluidez que comportam exclusões menos explicáveis. É um sistema confessionalmente provisório cuja reavaliação irá ocorrer em prazo não muito distante», disse ao DL José Magalhães. Até ao momento, só a Comissão do Livro Negro do Fascismo tinha acesso àquela documentação, essencial ao estudo de um longo período da história portuguesa.

P.S.

daquelas qualidades...

A verdade, de acordo com Fernando Rosas, é que, não fôra o estatuto excepcional da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, muitos aspectos e actuações do salazarismo não teriam ainda podido ser apreendidos e analisados.

Testemunhos desaparecidos

Para outro elemento da Comissão, o analista político Fernando Piteira Santos, a

que durante largo tempo foram mantidos. Das sedes da polícia da ditadura desapareceram, no período imediatamente subsequente ao 25 de Abril, testemunhos que o publicista qualifica de preciosos não só acerca dela como da luta política que lhe foi movida pelo povo português.

Particularmente apetrechado para falar das deficiências do arquivismo histórico em Portugal está o jornalista e historiador José Freire Antunes, depois da

COMENTÁRIO

Os segredos de Estado e os nossos segredos

Todos temos os nossos segredos. O Estado tem também os seus segredos. A intercomunicação entre uns e outros é um problema em aberto nas sociedades democráticas. Por um lado, o Estado cada vez mais quer saber dos «nossos segredos» e menos quer que saibamos dos seus segredos. Por outro, entendemos nós que o Estado deve ter poucos ou nenhuns segredos.

O Estado, através dos seus telemáticos sistemas de informação, lá vai sabendo da nossa vida: com quem vivemos, quanto ganhamos por fazer isto ou aquilo, que doenças temos ou não temos, por onde viajamos, a que sindicatos ou partidos pertencemos, se votamos ou não, se pagamos ou não os impostos, etc, etc...

Não é preciso ser nenhum Big Brother ou possuir o pessimismo de Orwell para perceber que se todas estas informações estão recolhidas ali ou acolá, por motivos de recenseamento, de beneficiação de crédito, por razões de saúde, segurança ou fisco, em sistemas integrados, ao Estado é possível sabê-los todos.

Mas ao simples cidadão perdido nesta máquina complexa que é o Estado torna-se sempre mais difícil saber dos segredos do Estado. Os jornais, as rádios, (em Portugal a televisão nunca) de quando em quando penetram nesse «cofre» e mandam cá para fora «alguns» dos «segredos» de Estado.

Na maior parte das vezes, e no caso português, nem são segredos de Estado mas «segredos» dos seus e nossos ministros. Dos verdadeiros segredos de Estado, a quem Portugal vende armas, como ajudamos a Unita ou MPLA, como se fazem os grandes negócios de Estado, que sabemos nós?

Todos nós temos, pelo menos, três conjuntos de segredos: os segredos que não queremos que ninguém saiba, os segredos que gostávamos que todos soubessem e os segredos que gostamos de revelar só a uns. Os Estados têm também três conjuntos de segredos: os segredos segredos de Estado que têm a ver com a segurança e a defesa interna e externa do Estado e dos cidadãos, os segredos que são convertidos em segredos pelos Governos mas não são de Estado, e os segredos que os governos transformam em segredos exactamente para que sejam divulgados e todos os saibam. Também nós conhecemos a técnica popular de que a melhor maneira de fazer passar uma informação é rotulá-la de *top secret* e, confidencialmente, transmiti-la aos amigos.

Esta interpretação livre de um assunto tão importante em democracia - a confidencialidade dos verdadeiros segredos de Estado *versus* a transparência que deve caracterizar a gestão democrática duma sociedade - não pretende minimizar a sua transcendência social e política e a dificuldade de tratamento. Justapõe-se como reflexão mediática aos resultados de uma sondagem (devidamente comentados noutra peça) e que na sua relatividade relevam três questões pertinentes a um debate nacional sobre este tema: o reconhecimento da justificada existência de segredos de Estado; a necessidade de clarificar e delimitar o que são segredos de Estado; a exigência duma grande transparência na administração das coisas públicas.

O exemplo concreto apresentado aos inquiridos é complexo mas permite posicionamentos muito interessantes. Efectivamente, nos arquivos secretos de Salazar e da PIDE/DGS haverá segredos que são de Estado e segredos que não o são. Importa assumi-los para «esconjurar» os fantasmas de um passado recente que terá a ver com os «segredos» de muitos cidadãos. A liberalização dessa informação, com certeza depois de sistematizada para não perder-se, é quase uma exigência geral nesta sondagem.

O acesso a esse espólio deve ser o mais imediato possível. Com regras para não haver devassas, mas público e não «segredado» a alguns privilegiados. Nos arquivos de Salazar ou da PIDE haverá talvez muitos segredos que serão nossos segredos ou da família. Se forem da democracia convém valorizá-los. Não interessa negar o passado. Interessa defender o futuro.



José Manuel Paquete de Oliveira

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho
de Administração: António Ruella
Ramos.
Administradores: Maria
do Carmo Ruella Ramos, João
Manuel Ruella Ramos, António
Brás Montelero e António Gomes
da Costa.
Secretário-geral: Jorge Galamba.

Director Mário Mesquita
Directora-adjunta Diana Andringa

Exerceram anteriormente
a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella
Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David,
Rodríguez da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira
Coordenadores de Secção:
Adelino Cardoso, Eurico
Vasconcelos, João Galamba
de Oliveira, José Luís Feronha,
Maria Gulomar Lima, Neves
de Sousa e Vítor Leitão

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Ana Mafalda
Inácio, Ana Paula Sá, António José
Teixeira, Augusto Vilela, Carlos
Campanez, Céu Neves, Daniel Reis,
Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa
Andrade, Emília Trindade, Ernesto
Sampaio, Fernando Brederode
Santos, F. Dias de Brito, Gisela
Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira,
José Rui Cunha (Bruxelas), José
Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa
Alexandra Botinas, Lurdes Féria,
Maria Antónia Martinho, Maria João
Martins, Maria João Rocha, Maria
José Belo Marques, Mariana Tadeu,
Mariana Tavares Dias, Paulo Martins,
Pedro Alvim, Pereira de Almeida,
Rodrigues Borges, Rui Eduardo
Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui
Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes
da Redacção: Alves Henriques,
Daniel Oliveira, Francisco Paraíso,
Isabel Joyce e Roby Amorim.

Cartoonistas: António Alfredo
e José Bandalra

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador),
Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo
e Luís Tenreiro

Paginadores:
José António Carvalho, Jorge
Santos, Nuno Teixeira e Oscar
Figueiredo

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello
Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador),
António Lima e Maria
Helena Matos

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Cantelero

Redacção, Administração, Publicidade
e Serviços Técnicos: Rua Luz
Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef.
3474870/9 - Telegrafos DIBOA -
Telex 12363 DIAROP
- Telefax 3467134. Impresso
na Renascença Gráfica, SA
- Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa.
Distribuído por Interpress - Rua do
Norte, 115-1ª - 1200 Lisboa
- Telef. 322100/322204/320784.
Depósito legal nº 1426/82. Preço
do jornal: no Continente, 60\$00;
na Madeira, 75\$00; nos Açores,
85\$00.



PORTE
PAGO

A maioria dos portugueses considera que os arquivos de Salazar, Caetano e da PIDE são um segredo de Estado. Mas, paradoxalmente, defende que o acesso a eles venha a ser totalmente livre

Segredo a quanto obrigas

A existência de segredos de Estado é considerada justificada por 52,4 por cento dos residentes na Grande Lisboa e no Grande Porto, chamados a pronunciar-se em mais uma sondagem Euroteste/«DL».

Sobre a quem compete, em primeiro lugar, definir e aplicar legalmente o segredo de Estado, 31 por cento dos inquiridos disse ser essa uma função do Governo, enquanto 25,8 por cento imputou tal responsabilidade ao Parlamento e 24,6 por cento ao Presidente da República.

Ao serem interrogados sobre se os arquivos de Salazar, Marcelo Caetano e da PIDE/DCS são, ou não, segredos de Estado, 60,8 por cento dos inquiridos respondeu afirmativamente e 26,5 por cento fê-lo de forma negativa.

A sondagem, que procurou, ainda, auscultar a opinião pública sobre a inacessibilidade (actual) dos cidadãos àqueles arquivos secretos, revela que 58,4 por cento das respostas defendem um acesso (futuro) totalmente livre e 68,9 por cento dizem que ele deve ser imediato.

Interpelados sobre se concordam com a divulgação pública desses arquivos ou se defendem a sua destruição, 67,1 por cento defendeu a primeira hipótese e apenas 12,8 por cento optou pela destruição.

Porto mais liberal

Na primeira pergunta, em que a maioria respondeu considerar justificada a existência de segredos de Estado, 5,8 por cento dos inquiridos manifestou, no entanto, a sua discordância total. E mesmo entre aqueles que a justificam, em percentagens praticamente iguais entre homens e mulheres, nota-se que os adeptos dos segredos de Estado vão escasseando com a idade: de 60,7 por cento entre os 18 e os 24 anos, até 43,9 por cento entre as pessoas com 55 ou mais anos. De salientar, que esta variação também se verifica entre classes sociais: de 62,3 por cento nas classes alta e média alta para 43,7 por cento nas classes média inferior e baixa, num quadro em que o Porto (48,4 por cento) demonstra ser mais liberal que Lisboa (54,3 por cento), e com uns surpreendentes 10,8 por cento do total dos inquiridos a não saberem responder.

Em relação à segunda pergunta, os resultados da sondagem demonstram existir uma nítida confusão entre as competências dos órgãos de soberania, nomeadamente no que respeita a quem deve definir e aplicar legalmente o segredo de Estado. Assim, vê-se que o Grande Porto (32 por cento) sobrevaloriza a função do Presidente da República, enquanto a Grande Lisboa (21,1 por cento) a subestima em relação ao Parlamento (27,8 por cento) e ao Governo (31,1 por cento). E por classes sociais, enquanto a alta e a média alta atribuem essa competência por esta ordem de preferência - Governo, Parlamento e Presidente da República -, as classes médias e baixas dão-lhe outra ordem: Governo, Presidente da República e Assembleia da República, subvalorizando assim a competência do Parlamento.

Livre acesso em maioria

Quanto ao facto de a maioria esmagadora (60,8 por cento) dos inquiridos ter considerado que os arquivos de Salazar, Marcelo Caetano e da PIDE/DCS são segredos de Estado, de salientar a discrepância entre Porto e Lisboa com, respectivamente, 68,4 e 57,2 por cento. Curiosamente, as classes altas (64,7 por cento) e as pessoas entre os 18 e os 24 anos de idade (65,9 por cento) são os que mais defendem esta classificação, por contraponto com a classe média (55,1 por cento) e as pessoas com 55 anos ou mais (56 por cento). E entre os que são contra tal classificação (26,5 por cento do total dos inquiridos), de sublinhar que 30,9 por cento das respostas foram registadas na Grande Lisboa e 17,1 por cento no Grande Porto, tornando a capital mais liberal. O que resulta aparentemente contraditório com os resultados das respostas sobre se o futuro acesso a esses arquivos deve ser totalmente livre, condicionado a certas entidades ou totalmente interdito. O Grande Porto registou 64,8 por cento das respostas a defenderem um livre e total acesso aos arquivos e, na Grande Lisboa, apenas 55,43 por

cento defenderam a mesma opinião. No conjunto dos adeptos da interdição total do acesso em causa (3,7 por cento), ele é maior entre os indivíduos de 25 a 34 anos (4,7 por cento) e nas classes altas (4,3 por cento).

Há adeptos da destruição

Para quem defende o acesso imediato àqueles três arquivos (68,9 por cento do total dos inquiridos), vê-se que os homens (76,2 por cento) são mais liberais que as mulheres (62,6 por cento). O que se mantém entre os que defendem um acesso interdito por X anos (19,1 por cento do total), com 17,6 por cento para os homens e 20,4 por cento para as mulheres.

Já para quem defende a divulgação pública dos arquivos de Salazar, Marcelo e da PIDE (67,1 por cento do total), não há significativas diferenças entre sexos, idades, classes sociais ou Lisboa e o Porto. Mas entre os que defendem a destruição dos arquivos (12,8 por cento do total), nota-se que os homens (15,4 por cento) são mais radicais que as

mulheres (10,7 por cento). De salientar, por último, as atitudes dos mais cautelosos: com 9,4 por cento do total de inquiridos a bater-se por uma divulgação parcial dos arquivos e com 1,6 por cento a pronunciar-se a favor da sua destruição parcial.

Note-se que a quinta pergunta (sobre o acesso imediato ou interdito) só não foi colocada a quem respondeu *totalmente interdito*, na pergunta anterior.

Ficha técnica:

Amostra constituída por 301 entrevistas telefónicas a residentes nas regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto, recolhidas por oito entrevistadores nos dias 15 e 16;

Margem de erro de mais ou menos 5,7 por cento, a 95 por cento de probabilidade.

GRANDE
ANGULAR

Quadro de resultados

	SEXO			IDADE				REGIÃO		CLASSE		
	TOTAL	Mascu lino	Femi nino	18 a 24	25 a 34	35 a 54	55 mais	Gr. Lisboa	Gr. Porto	A/B	C1	C2/D
TOTAL	300	138	162	46	66	110	78	204	96	90	117	93
P.1. — A EXISTÊNCIA DE SEGREDOS DE ESTADO E...												
Tot. Justificada	8.8	12.2	5.9	14.8	10.2	8.4	4.7	8.3	9.8	10.2	8.4	7.9
Justificada	52.4	52.9	52.0	60.7	58.3	51.4	43.9	54.3	48.4	62.3	51.7	43.7
Injustificada	20.0	18.1	21.6	15.7	12.8	20.1	28.3	17.9	24.3	15.1	22.9	21.1
Tot. Injustificada	5.8	7.8	4.0	5.4	6.6	6.4	4.3	6.7	3.7	8.3	5.5	3.6
N. Just./N. Injust.	2.0	1.9	2.1	—	3.6	1.7	2.3	.5	5.2	.7	1.5	3.9
Não sabem	10.8	7.2	13.9	3.5	8.5	11.2	16.5	11.9	8.6	3.5	9.3	19.8
NR	.3	—	.5	—	—	.7	—	.4	—	—	.7	—
P.2. — DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO DO SEGREDO DE ESTADO DEVE COMPETIR EM 1.º LUGAR A...												
Governo	31.0	33.9	28.6	36.5	33.3	32.4	24.0	31.1	30.8	35.6	30.6	27.2
Parlamento/Ass. R.	25.8	26.9	24.9	25.6	33.4	21.1	26.3	27.8	21.6	31.2	26.3	20.1
Presid. República	24.6	23.6	25.4	28.6	16.7	27.3	25.2	21.1	32.0	23.6	27.4	22.1
Nenhum deles	3.7	3.8	3.6	1.8	7.0	2.7	3.5	4.5	2.0	4.0	2.1	5.5
Não sabem	14.5	11.1	17.4	7.4	9.7	15.7	21.1	15.0	13.5	5.6	12.9	25.2
NR	.3	.6	—	—	—	.8	—	.4	—	—	.8	—
P.3. — OS ARQUIVOS DE SALAZAR, MARCELO CAETANO E DA PIDE/DGS SÃO...												
Segredo estado	60.8	69.7	53.3	65.9	57.0	64.4	56.0	57.2	68.4	64.7	55.1	64.2
N/ão segredos	26.5	23.8	28.9	21.4	36.9	22.9	25.8	30.9	17.1	29.2	27.0	23.2
Não sabem	12.2	6.0	17.5	12.7	6.2	12.7	16.4	11.8	13.1	5.4	17.2	12.6
NR	.4	.5	.4	—	—	—	1.7	—	1.4	.7	.6	—
P.4. — O ACESSO FUTURO A ESSES ARQUIVOS DEVERÁ SER...												
Totalmente livre	58.4	61.6	55.7	40.5	68.2	56.3	63.6	55.4	64.8	62.9	54.3	59.4
Condicionado	27.0	27.0	27.0	44.1	23.4	24.6	23.4	28.9	23.1	27.5	30.0	22.8
Totalm. interdito	3.7	2.8	4.4	2.2	4.7	4.0	3.2	3.7	3.6	4.3	3.2	3.7
Não sabem	10.6	8.5	12.4	13.1	3.7	14.3	9.7	11.6	8.5	5.3	11.9	14.2
NR	.3	—	.5	—	—	.7	—	.4	—	—	.7	—
P.5. — PARA QUANDO O ACESSO A ESSES ARQUIVOS...												
B: N/INTERDITO	289	134	155	45	63	106	76	196	93	86	113	89
Deve ser imediat.	68.9	76.2	62.6	76.9	81.4	61.1	64.8	66.1	74.8	75.5	65.9	66.3
Interdito x anos	19.1	17.6	20.4	13.0	14.7	25.6	17.1	23.1	10.5	18.8	18.0	20.7
Não sabem	11.3	6.2	15.7	7.5	2.6	13.3	18.1	9.7	14.7	5.7	14.3	12.9
NR	.7	—	1.3	2.6	1.4	—	—	1.0	—	—	1.8	—
P.6. — DEFENDEM DIVULGAÇÃO/DESTRUIÇÃO DESSES ARQUIVOS...												
TOTAL	300	138	162	46	66	110	78	204	96	90	117	93
Def. Div. Publi.	67.1	68.1	66.1	69.4	77.3	59.1	68.4	65.7	70.0	73.3	61.2	68.5
Defen. Destruição	12.8	15.4	10.1	12.8	13.2	14.4	10.3	13.7	11.1	11.8	15.5	10.5
Def. Divulg. Parc.	9.4	9.2	9.1	11.0	5.7	10.2	9.3	8.9	10.6	9.3	11.6	6.9
Def. Destruc. Parc.	1.6	1.1	2.0	—	—	3.5	1.4	2.4	—	2.5	.9	1.6
Não sabem	9.0	6.1	11.4	.7	3.7	12.7	10.7	9.3	8.3	3.1	10.8	12.4
NR	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

80 ANOS

EM PORTUGAL

DESTA VEZ NÃO É UM CASAMENTO. É UM ANIVERSÁRIO.

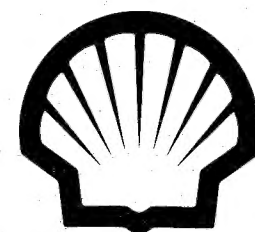


Em Portugal desde há 80 anos, a SHELL cresceu na perspectiva de conseguir uma posição duradoura com uma preocupação pela qualidade, participando activamente na evolução do mundo em que está inserida, investigando e criando novos produtos e serviços, apresentando soluções úteis para a comunidade, orientando as suas múltiplas actividades e a prossecução dos negócios segundo os mais elevados níveis de comportamento.

O segredo da longevidade é a energia da SHELL Portuguesa, 80 anos de empenhamento na procura de alternativas para equações de todos os graus.

A SHELL Portuguesa tem a energia e o incentivo de quem confia no progresso e na inovação, que tornam a vida melhor em qualquer lugar.

E porque temos o futuro no sangue, vamos continuar ao seu lado pelo menos durante os próximos 80 anos.



Shell

**80 Anos de Energia
para uma Vida
Melhor**

FORUM

A ALTA AUTORIDADE

Não sei porquê, mas, ao ver agora o projecto de uma Alta Autoridade imponente a substituir o simples Conselho de Imprensa, senti vertigens. E lembrei-me que, em tempos, houve a Comissão de Censura à Imprensa e que o Marcelo Caetano, cujas reformas se limitavam quase sempre a mudar o nome às coisas, tinha também acabado com a PIDE e, poupando uma letra, lá posto a DGS; pois o Marcelo Caetano, em lugar da Comissão de Censura à Imprensa, pôs a Comissão de Exame Prévio. Mas o meu artigo de fundo na «República» de 14 de Abril não deixou de ter cortes.

Pois bem. A Imprensa merecerá tanta mais credibilidade quanto mais livre for o jornalista na sua possibilidade de expressão. A notícia deve chegar ao público como os factos se passaram; e as opiniões dos colaboradores, dos directores, dos redactores, os relatos dos repórteres, até a dos espontâneos, simples leitores, devem ser publicadas como foram expressas. Em linguagem escorreita que é a do jornalista que se preza.

Naturalmente, há sempre o filtro da redacção, da direcção, já que todos os jornais, rádios, televisões, têm a sua orientação, as normas e o seu leque de

público.

A função de uma autoridade democrática na comunicação social parece-me essencial em país democrático, com quinze anos de Imprensa livre e responsável.

A ditadura tinha uma comissão de censura à Imprensa; a democracia deve ter sempre uma forma de garantir a liberdade dessa mesma Imprensa; e, naturalmente, a sua responsabilidade. Quando falamos de liberdade de Imprensa é da liberdade de cada um de nós que falamos, do direito que temos ao nosso nome e à nossa dignidade; como da liberdade de cada jornal poder ter a orientação que tem, que a direcção lhe dá, correspondendo ao leque dos seus leitores. É nessa liberdade de ser cada um como é e manifestar a opinião que acha justa que está a democracia.

Não nos parece que seja positiva a extinção do Conselho de Imprensa, nem dos restantes órgãos com ele relacionados e que eram emanações da mesma Assembleia da República. Era um órgão democrático em que se encontravam representantes de todos os sectores da Imprensa, portanto se poderia dizer quase um parlamento da Imprensa. Ao afastar-se da Assembleia da República, não perderá na mentalidade do espírito que a enforma?

A Alta Autoridade será o mesmo? Não é. Começa logo pelo desvairo das alturas quando o jornalismo é terra a terra, povo. Esperemos, todavia, que ela tenha a mentalidade de jornalista; mas o nome implica autoritarismo, quase que uma sombra a adensar-se sobre os pincha-no-crivo das redacções. Mas por essa mesma característica, íamos a dizer, sobranceira, nos parece distante dos meios em que se colhe a notícia, da forma como se dá, da liberdade de opinião, do respeito prático pela opinião de todos.

Bem sei que há uma Alta Autoridade contra a Corrupção e que tem dado boas provas. Mas o caso é tão diferente que nem valia a pena chamar uma coisa à colação da outra.

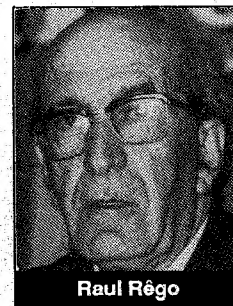
Trata-se agora, simplesmente, não de julgar crimes, mas de garantir a liberdade de expressão no jornalismo, mantendo o respeito pela verdade e pela dignidade alheia. Mas o jurisdicção está a inçar em toda a sociedade portuguesa; e vai de par com um autoritarismo como não há melhor para abafar a verdadeira mentalidade, o claro viver democrático, dos cidadãos. Democracia é povo, é comunicabilidade, e deve ser também simplicidade. Como o povo.

Ninguém melhor do que um jornalista pode julgar outro jornalista; ninguém melhor do que um médico pode julgar outro médico; e não amarremos toda a nossa vida aos tribunais. As profissões contam. E todas têm a sua dignidade.

O jornalismo tem a sua deontologia. O Conselho de Imprensa, onde foram vozes como a de Norberto Lopes, demonstrou ser capaz de compreender a actividade dos profissionais de Imprensa. Para os crimes de Imprensa, como para os de todas as outras actividades, lá estarão os tribunais togados. Mas para apreciar e julgar o procedimento de jornalistas e garantir os direitos do cidadão na forma como os seus actos e opiniões são relatados na Imprensa parece-me não ser o ambiente mais adequado o de uma Alta Autoridade, distante e altaneira, tão altaneira que começam logo por lhe chamar Alta. Até mete medo! A verdadeira democracia, sobretudo como é praticada nos pés frescos dos jornalistas, é simples, correntia, ao nível do povo.

Ir para uma Alta Autoridade dá vertigens, não dá confiança.

Jornalistas que somos, também temos o sentido da justiça; e não menos apurado por sentirmos os anseios do povo rasteiro.



Raul Régo

RAMBÓFILOS, SOLAMENTE...

É interessante como a localização geográfica pode drasticamente influir na apreciação dos acontecimentos. Isto, evidentemente, em independência com a ideologia. Assisti à invasão do Panamá pela TV, em Nova Iorque e interpretei-a considerando a Imprensa estado-unidense, censurada e condicionada como não tinha voltado a ser desde Granada. Acompanhei o desenvolvimento dos acontecimentos no canal, mais tarde, pela óptica generalizadamente submissa da Imprensa portuguesa, com honrosas excepções, entre as quais se podem contar as posições assumidas por este jornal. Sigo hoje o seu rescaldo viajando pelo cone sul deste fascinante continente que se recusa a perder esperança.

O que torna mais interessante esta observação são os picos e descidas no gráfico da indignação de cada um, neste caso no meu próprio, pelo efeito directo ou indirecto da distância a que cada um se encontra do teatro das operações e as fontes de manipulação.

Ainda que assim o tenha pensado desde o início, não

posso hoje deixar de escrever - longe dos tumultos informativos deste início de ano -, que a acção dos EUA no Panamá foi arrogante, inútil e negativa.

Arrogante, pelo desprezo que revelou pela opinião da comunidade internacional já para não falar da indiferença ou menosprezo que vidas e bens panamenhos mereceram aos responsáveis do Pentágono, agora reduzidos teoricamente à função de gendarmes antidroga.

Inútil, porque não foi por se ter realizado a Operação «Justa Causa» que se deixou de vender um miligrama de coca ou de heroína nas ruas de Nova Iorque ou Los Angeles.

Negativa, porque este espalhafato, que custa vidas humanas, agrava profundamente o sentimento antiamericano, como generalizadamente se sente por estas paragens que agora percorro.

A truculência da acção de Bush contra o seu antigo colaborador na CIA, Manuel António Noriega, não deixará de trazer, todavia, enormes rendimentos a todos os rambófilos seguidores destes episódios espectaculares que servem para muito mais do que somente para ocupar um quadro de oficiais de extracção

hispânica que enquadram forças doutrinadas e preparadas para se tornarem numa força de intervenção neste vasto quintal das traseiras dos EUA.

Reagan fora o grande animador deste tipo de espectáculos. A eles assistimos em sucessivas e desajeitadas *répries* em Granada, Tripoli, Beirute, Salvador, Nicarágua, Honduras e Irão. Mas se Reagan fora um actor secundário canastrão, Bush tornou-se em Langley, Virgínia, um realizador metódico que deu agora a sua primeira volta à manivela no velho canal do Panamá. Daí se poder inferir que este primeiro *take* será apenas o princípio de uma superprodução que pode estar para estreiar em breve, mesmo depois da partida em falso do porta-aviões JFK e de um cruzador para águas caribenhas. É ocioso falar dos riscos, em termos de direito internacional que a extrapolação das interpretações jurídicas comporta, para além de ser impensável admitir a falta de respeito pela soberania de Estados independentes e amigos, que as sucessivas acções a descoberto ou subterrâneas representam.

O tempo do flibusteirismo tinha terminado, julgávamos nós, mas é isso que os EUA estão agora a querer negar. O pretexto do narcotráfico não pode servir de álibi para acções inqualificáveis que a

nação mais credora de admiração pelo respeito teórico dos direitos humanos desenvolveu e planeia desenvolver no Mundo. A gravidade desta situação é tal que justifica perfeitamente o esforço conjunto que nações a quem não se pode acusar de antiamericanismo, decidiram levar a cabo - refiro-me ao Brasil, à Argentina e ao México.

É que quando as coisas começam esquentando em demasia, como se diz e sucede agora por aqui, não fica mal prevenir. Sempre é melhor do que remediar...

Deixem-me agora ter só uma palavra de elogio para monsenhor Labado, o núncio apostólico no Panamá. A fazer fé nas afirmações e louvores que os americanos lhe tecem como peça-chave na acção psicológica que conduziu ao tombar de Noriega e à sua rendição aos americanos, pode concluir-se que é um homem à altura dos acontecimentos e que não estava no Panamá por acaso... é que, se recordarmos para que serviu o Panamá a monsenhor Marcinkus na lavagem de dinheiro do Banco Ambrosiano, não podia estar lá um representante da Santa Sé com outro perfil. As vezes, Deus também escreve torto por linhas direitas. Depois de Timor, o Panamá. Que Deus lhes perdoe...



Joaquim Letria

FORUM

Cartoon de Pedro Palma

Um exclusivo Faces of the World/DL@1990



CARTAS NA MESA

Que se passa com a TAP?

Não tenho hábito nem tempo livre para escrever para os jornais. Faço-o, hoje, na convicção de valer a pena utilizar a Imprensa que se quer digna e pode veicular as justas reclamações dos leitores.

Resumo o que se passou com o voo 402 da TAP de sexta-feira dia 5 de Janeiro. Pelas 14 horas foi anunciado que o voo estava atrasado (deveria ter partido às 13 e 40) em virtude das condições atmosféricas. Depois pelas 15 horas foi anunciada a partida para as 17 e 15 e às 17 e 30 foi declarado anulado o voo devido às condições atmosféricas. Entretanto, o voo da AIR FRANCE partia com atraso mas partia para Paris. E as companhias (SAS, SABENA, etc.) que tinham voos em atraso mas que iam partindo convidavam os seus clientes a tomarem refrescos e sandes no bar. A TAP só nos informou de que teríamos de transferir o voo e recolher as bagagens. Esta recolha foi caótica, pois nenhum funcionário se prestava a ajudar os clientes da TAP. Os passageiros, esgotados, reclamavam um atendimento humano, mas nenhuma consideração merecíamos.

O voo 402, transformado em 4021 (e isto depois de múltiplas peripécias na Marquês de Pombal), ficou marcado para as 20 e 15 de sábado. Mas às 19 horas deste dia, quando

registávamos a bagagem, foi-nos dito que às três horas da madrugada (de domingo já) nos deveríamos apresentar na porta 21. Entretanto, a empregada de balcão, que nos atendia com uma sobrançeria inconcebível, continuava a afirmar que o voo não se realizava devido às condições atmosféricas. Quando cortesmente lhe respondi que a AIR FRANCE aterrara em Paris, atirou-me com um «não vale a pena falar com a senhora». Sem informações, ou com uma desafortada desinformação, esperámos até às cinco da madrugada de domingo, hora em que um avião turco (fretado pela TAP?) nos levou de Lisboa a Paris. Suspeito que este avião foi o mesmo que, entre as 21 e 30 e as 22 horas partiu de Lisboa para Paris (seria o 402 de sábado, 6), regressou a Lisboa e recolheu-nos às cinco da madrugada para nos transportar a Paris.

O descaso e a incorrecção dos funcionários, com uma ou duas honrosas excepções, envergonhava-me. E o mais grave é que a desinformação levou, por exemplo, quatro passageiros (um casal com duas crianças) a perder o voo 402 de sábado, 6, visto ter-lhes sido garantido que esse voo não funcionava e teriam de partir, como partiram, no voo 4021 das cinco da madrugada de domingo.

Não desejo alongar-me, mas a vergonha que, perante nacionais e, sobretudo, estrangeiros, senti, ainda agora a guardo na memória. Li há meses, creio, uma carta que o jornal «Expresso» publicava, em que um utente

da TAP rematava as suas reclamações assim: TAP? Take another plane. Infelizmente é com mágoa que o faço, mas o meu conselho é exactamente este: Take another plane.

Perdoe, senhor director, mas o amor do meu País exige que torne público o tratamento que a TAP concede aos que preferem esta companhia. O descrédito recai sobre o País que consente uma «desorganização» tão lamentável como a que a TAP pratica.

Maria de Lourdes Belchior

Com os mortos não se brinca

No dia 22 de Novembro de 1989 o sr. Presidente da República visitou oficialmente a Guiné Bissau, país irmão ou filho independente, na qual se incluiu uma romagem ao cemitério de Bissau, onde prestou uma louvável e polémica homenagem aos soldados portugueses ali sepultados. Segundo reportagem publicada pelo jornal «O Diário», o dr. Mário Soares usou da palavra junto da algumas campas, nomeadamente da do soldado António Ruivo Navarro, «morto pela Pátria».

Morto pela Pátria, ou por ser patriota, ou por ser obediente, não interessa ao facto que vamos relatar, porque o meu irmão, morto e depois classificado de herói, se pudesse ter escolhido, teria preferido ser medroso e contin-

uar vivo na sua terra natal, Vila Verde de Ficalho. Vem tudo isto a propósito da situação que a referida reportagem desmascarou: como é possível que a campa do soldado nº 1 701/61, António Ruivo Navarro, esteja no cemitério de Bissau se os restos mortais foram trasladados, a nosso pedido, do referido cemitério para Vila Verde de Ficalho, em 1970. Aí, e desde então, todos os seus familiares e amigos iniciaram consecutivas deposições de lágrimas e flores, convencidos de que até sentiam o calor de um ente querido, ao mesmo tempo que amenizavam saudades e perdoavam aos culpados daquele nefasto acontecimento.

Fico na dúvida: será que dividiram as ossadas em duas, para que ficasse uma na Pátria onde foi morto e a outra fosse trasladada para a Pátria que o mandou para a morte? Ou será que a transladação não passou de uma farsa?

Com os mortos não se brinca! Com os seus familiares também não!

Se, na campa da Guiné, atribuída ao soldado António Ruivo Navarro, não estão os seus restos mortais, temos de concluir que ao dr. Mário Soares, Presidente da República Portuguesa, foi impingida uma grande mentira; caso contrário, fomos nós familiares terrivelmente enganados. Acharo-nos no direito de uma explicação plausível de quem de direito acerca de tão duvidosa situação.

Francisco Ruivo Navarro, leitor de Lisboa

FORUM

TELEVISÃO PRIVADA:
O VERSO E O ANVERSO

A contagem decrescente para a abertura da Televisão à actividade privada está provocando, como se esperava, uma grande atenção e alguma ansiedade.

Cá, como em toda a Europa, é uma questão quente, onde se jogam muitos interesses, dinheiro, poder. Diga-se, de passagem, que vários países que fazem parte do Conselho da Europa ainda não liberalizaram a TV, pelo que, e ao contrário do que alguns sofistas cá do burgo vêm apregoando sem-cerimónia, não nos encontramos adiantados nem atrasados neste domínio. Caminhamos, sim, no meio do pelotão europeu. Assim acontecesse com tudo o resto.

De qualquer modo, a recente iniciativa parlamentar do PS, que se saúda, obriga o Governo e o PSD a correrem: a apressar a execução daquela que foi uma das suas promessas eleitorais. Promessa táctica e já irremediavelmente adiada, no seu cumprimento possível, para os fins de 1991 ou mesmo para 1992.

De outra forma não se entenderia a morosidade na divulgação do Plano Técnico de Cobertura Televisiva nacional; na instituição e funcionamento da Alta Autoridade para a Comunicação Social (ainda em operoso parto legislativo), para não falar da clamorosa ausência de uma lei-quadro para o audiovisual em Portugal. Era por aqui, obviamente, que se deveria ter começado.

A grande fraqueza do PS no acordo que firmou com o PSD, quando da última revisão constitucional, foi ter-lhe entregue um «poder absoluto» nestas questões até ao termo da actual legis-

latura, pelo menos. O Governo pode, assim, «organizar» a futura paisagem do audiovisual português a seu belo prazer.

Resta-nos esperar que o bom senso impere e que o interesse nacional paire acima dos grupos de pressão e das clientelas partidárias, tentando-se soluções consensuais e duradouras. É preciso preservar o interesse maior da sociedade.

A Televisão é um «brinquedo» muito caro para que as suas «regras de jogo» se possam alterar, sem terríveis custos, sempre que o poder muda de cadeira.

A sociedade democrática compõe-se de diversas verdades e ninguém é proprietário de toda a verdade.

O facto de estarem reunidas todas as condições políticas para que surja, entre nós, a TV privada, não pressupõe que o mesmo aconteça, de igual modo, no plano económico. Há que reflectir sobre o que se está passando em França e noutros países. É preciso, como já escrevemos

anteriormente, que a estrutura da nossa Comunicação Social não reproduza, tão-só, o traço geral do contexto económico do nosso país.

Correr o risco de uma livre sujeição ao poder económico contando apenas com as regras do mercado, tal como acontece nos casos de submissão ao poder político, é abrir as portas à violação da pluralidade de opiniões _ e acrescente-se _ dos direitos civis e de cidadania.

A democratização, ao contrário do que se diz e pensa por aí, não se cimentará pela simples incorporação dos avanços tecnológicos. Pensar-se assim equivale a supervalorizar a tecnologia. A tecnologia tem vários usos sociais, tem vários usos políticos. Tanto pode servir para reforçar o nosso padrão de desenvolvimento mais equitativo como também para engordar interesses que não servem a comunidade nacional.

Não obstante estas reflexões, é a econ-

tal como já subvenciona a Imprensa. Outros meios de comunicação e outras actividades baterão à porta do erário público, se o actual equilíbrio se desmoronar.

Façamos contas: a Televisão em Portugal, considerando que absorve mais de 50% da renda publicitária do País, arrecadará em 1991 qualquer coisa como vinte e dois milhões de contos, líquidos de taxas, comissões e impostos.

Não vemos como será possível, sem contar com os investimentos, manter cada canal televisivo nacional, em termos competitivos com os restantes, sem receitas na ordem dos onze a doze milhões de contos (1991).

Por outro lado, a leitura do último Relatório e Contas da RTP-EP (1988) deixa perceber que os custos televisivos estão subindo mais que as receitas. Há uma diferença de oito a dez contos percentuais, que, de resto, corresponde a uma

tendência internacional, salvo nos casos da TV-PAY (assinatura).

Estas e outras razões podem vir a influenciar negativamente a programação dos canais existentes e futuros se não se concertarem decisões nos planos interno, peninsular e europeu. Decisões a tomar nas áreas da co-produção, no não aviltamento da exploração comercial, na gestão alinhada e partilhada face ao mercado internacional.

Enfim..., a TV privada não é um «parto sem dor».

Mobilizará vários milhões de contos do capital privado e do Estado, já que este não deverá deixar de op-

tar por deter em suas mãos a distribuição dos serviços de radiodifusão televisiva. Só neste ponto teremos um investimento semelhante ao da ampliação dos tabuleiros da ponte sobre o Tejo _ uns cinco milhões de contos.

Há uma convergência muito grande, uma quase unanimidade, sobre a liberalização televisiva e o seu aumento de canais. Acerca desta abertura muito se tem dito e continuará a dizer-se. Convirá, sobretudo, não perder de vista os exemplos alheios e os nossos; ter presente os tropeços sofridos por alguns conceituados e respeitadíssimos empresários nacionais em projectos de Comunicação Social; assumir que os riscos financeiros em Televisão se escrevem com muitos algarismos.

A posição mais correcta será

escolher uma solução intermédia, que não acolha uma via liberal extrema de que resultaria o definhamento do sector público mas que, por outro lado, não reforce os privilégios da RTP, redifina melhor a sua vocação e a desgovernamentalize.

Se há um consenso sobre a necessidade de dispor de mais imagens, de uma maior diversidade e pluralidade de programas, é preciso pensar o arranjar compromissos quanto à maneira de os obter.

A nossa identidade nacional e europeia é diariamente posta à prova com a grande sobrecarga da programação americana, que cada vez mais nos chega através de suportes técnicos japoneses. Vamos sendo, noite após noite, mais exibidores e consumidores dos valores alheios que produtores e utentes das nossas realidades e ficção.

Como atrás se disse, teria sido preferível, por mais importante, olhar globalmente os problemas do nosso audiovisual e só depois avançar no arranjo dos diversos quadrantes que o compõem.

Perdeu-se muito tempo mas, ainda assim, não se deverá correr de qualquer maneira, à «trouxe-mouxe», até em sentidos opostos, como parece estar a acontecer. Expliquemo-nos melhor: não se compreende que, em simultâneo, o Estado negocie «casamentos» com entidades produtoras norte-americanas e com instâncias europeias (Projecto EUREKA-Audio-Visual), sabendo-os concorrentes.

Entre as possibilidades e as fraquezas que caracterizam, o audiovisual português, a RTP vem, nos últimos anos, fazendo quase tudo, directa e indirectamente. Sem ela restar-nos-ia pouco menos que um deserto. Desmantelá-la ou amputá-la gravemente, como já tem sido preconizado, seria um acto da maior irresponsabilidade. Um atentado contra os interesses nacionais.

Seria resignar-nos a que se desenvolvesse ainda mais, no seio de nós mesmos, uma indiferença passiva, a abdicação, face à exigência insaciável do liberalismo económico e das leis do mercado, para quem mais não somos que um diminuto ponto de venda no grande espaço europeu.

Não passará pela cabeça de nenhum governo europeu acabar com o serviço público de Televisão, independentemente da família política a que pertença. A razão é a mesma que os leva, agora, a abrir a TV ao sector privado. Também na América do Norte - e para que conste (!) - há um serviço público de Televisão e as

restantes cadeias usufruem de regimes de concessão que, muito provavelmente, os nossos empresários não aceitariam, de tão gravosos.

Ninguém é proprietário de toda a verdade.

Nem mesmo a Igreja Católica que, nesta matéria, vem reclamando por cá direitos e privilégios que não possui na sua sede universal - em Roma.



"A leitura do último relatório e contas da RTP-EP (1988) deixa perceber que os custos televisivos estão subindo mais que as receitas"

omia, através da publicidade, que viabiliza em grande parte ou no todo os meios de Comunicação Social.

É o verso e o anverso das coisas.

A criação de canais de TV privados não se deverá fazer à custa da desestabilização do mercado publicitário global, nem com o sacrifício dos restantes media.

Há que fazer conta.

Estudar, medir até onde pode chegar a elasticidade dos investimentos publicitários sem comprometer a resistência do edifício que já existe _ Televisão Pública, Rádio, Imprensa, Cinema Nacional sem, acrescente-se, implicar a anulação dos apoios que a publicidade vem prestando ao Desporto e à Cultura, bem como a outras actividades socialmente importantes.

O Governo tem uma grande responsabilidade neste domínio, se não quiser correr o risco de ter um dia de subvencionar a Televisão Pública e Privada,



João Soares Louro

POLÍTICA

Eurico de Melo abre hostilidades no aniversário de Soares Carneiro

Diplomas militares controversos foram promulgados pelo Presidente da República

O Presidente da República promulgou hoje os cinco diplomas do «pacote militar», que nos últimos dias provocaram, além de controvérsia nos meios militares, intensos contactos entre Belém e São Bento e as chefias castrenses.

Segundo as nossas fontes Soares tentou sensibilizar o primeiro-ministro para o mal estar reinante nas Forças Armadas e aperceber-se das razões da contestação, tendo as diversas partes atingido uma plataforma de entendimento, que permitiu a promulgação dos diplomas, a tempo de evitar a delicada questão da passagem à reserva de Soares Carneiro, que amanhã festeja o 62º aniversário. Um dos projectos de decreto-lei determina o cumprimento integral dos mandatos, independentemente da idade dos titulares dos cargos.

Ontem, depois de novo encontro com Soares para debater a quente questão militar, Cavaco reuniu com as chefias das Forças Armadas. O Presidente esteve esta manhã reunido por sua vez com os quatro chefes militares, em Belém, durante cerca

de uma hora. À saída do encontro, Soares Carneiro reconheceu terem sido abordados os problemas relacionados com os diplomas que dizem respeito às Forças Armadas - Estatuto e Sistema Retributivo, mas nada referiu em relação a eventual promulgação.

A polémica em torno do «pacote militar», que se mantinha em «lume brando», terminou com a decisão de Mário Soares. Informação oficial segundo a qual o Governo se dispunha a suspender administrativamente qualquer processo de passagem à reserva - para salvaguardar a posição do CEMGFA - foi desmentida esta manhã à agência Lusa por fonte não identificada. A mesma fonte aludiu a outro mecanismo, que o Executivo provavelmente desenvolveria: a retroactividade a 1 de Janeiro do diploma sobre o Estatuto dos Militares.

Os cinco diplomas deste «pacote» - Estatuto dos Militares das Forças Armadas, alterações à Lei Orgânica da GNR, sistema remuneratório dos militares das Forças Armadas, da GNR e Guarda



Eurico de Melo diz que a sua saída do Governo teve «razões militares»

Fiscal, e da PSP - foram enviados para promulgação a 2 de Janeiro. Soares dispunha de um prazo até 10 de Fevereiro para se pronunciar sobre estas matérias.

Entretanto, foi hoje publicado no «Diário da República»

o decreto do Presidente da República que prorroga por mais dois anos o mandato de Firmino Miguel como Chefe do Estado-Maior do Exército.

Eurico contra-ataca
«Começaram a aflorar os

motivos pelos quais abandonei o Governo. Nada tiveram a ver com os resultados autárquicos. Foram motivos de Defesa Nacional» - declarou Eurico de Melo ao «DL» pouco depois da meia-noite de hoje.

O ex-ministro desenvolvia assim ideias expostas à Rádio Renascença acerca do relacionamento desejável do Executivo com a instituição militar, que provocaram um mini-terramoto político. Falando de Santo Tirso, Eurico quis dessa forma colocar o dedo na ferida das suas relações frias com Cavaco Silva, que terá de assumir por inteiro a polémica sobre o Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Aos microfones da Renascença, Eurico de Melo foi peremptório: a razão objectiva da sua demissão - foi o desentendimento quanto às questões militares. afirmou que não desejava abrir conflitos com as Forças Armadas, pelo que estabeleceu múltiplos contactos, preparando o lançamento dos diplomas. O Governo, porém, não lhe deu nessa altura ouvidos.

«A verdade vem sempre ao de cima», comentou o antigo titular da Defesa a propósito da reacção dos militares. Eurico apelou, ainda assim, ao «bom senso», única forma de evitar conflitos entre o Executivo, a Presidência e as chefias militares.

Jorge Sampaio quer criar uma «presidência aberta»

Intervenção cirúrgica leva João Soares a pedir a suspensão de mandato

João Soares, o vereador da Câmara de Lisboa eleito pela coligação PS/PCP/MDP/«Verdes» pediu a suspensão do seu mandato por 60 dias, devido a uma intervenção cirúrgica a uma perna, a que deverá ser submetido no dia 29 deste mês. Durante este período será substituído por Crisóstomo Teixeira. O vereador socialista não participa, assim, na primeira reunião do novo executivo camarário a realizar amanhã e no decorrer da qual serão distribuídos os pelouros.

De facto, na primeira reunião a que presidirá, cuja ordem de trabalhos compreende 15 pontos, Jorge Sampaio, que hoje se encontrou com Mário Soares, deverá apreciar questões regimentais com vista a «tornar as sessões mais operacionais», conforme explicou ao DL o vereador Rui Godinho.

Segundo aquele autarca, «a realização de reuniões de trabalho descentralizadas, nomeadamente, nas diferentes juntas de freguesia» con-

stitui uma das novidades que se querem imprimir na orgânica municipal. Trata-se de uma espécie «presidência aberta», que não exclui a realização das reuniões públicas as quais continuarão a ter lugar uma vez por mês nos Paços do Concelho.

«Pôr a Câmara funcionar a emergência das emergências», sublinhou Rui Godinho, que referiu o facto de o novo executivo já ter iniciado encontros com os diferentes serviços camarários para uma melhor organização interna. A distribuição de pelouros e o estudo do Plano de Actividades para este ano são os assuntos dominantes na reunião de quinta-feira. Quanto ao primeiro, sabe-se já que em matéria urbanística, da responsabilidade do presidente, haverá delegação de competências.

CDS com pelouros a meio tempo

O presidente da edilidade assinou, entretanto, um acordo com os vereadores do

CDS, António Ferreira de Lemos e José Luis Seixas nos termos do qual lhes são atribuídos os pelouros do Abastecimento e Acção Social.

De acordo com um comunicado da CML, a atribuição obedece a vários princípios como as consultas com o presidente da câmara «em questões que possam originar divergências graves» e a votação favorável de poderes delegáveis no presidente e subdelegáveis nos vereadores.

Os vereadores do CDS comprometem-se a votar favoravelmente os orçamentos e planos de actividades, desde que aqueles que têm competências delegadas tenham chegado a acordo com o presidente e os restantes vereadores com pelouros sobre os grandes objectivos e distribuição das verbas.

Os dois vereadores do CDS exercerão os seus cargos em regime de meio tempo, mantendo a sua autonomia política em questões que não digam respeito aos princípios

em que se baseia a atribuição dos respectivos pelouros. O vereador do PPM, Luis Coimbra fica responsável pelo pelouro da Iluminação Pública. No que diz respeito aos social-democratas eleitos, a opção foi a de não aceitarem pelouros. O presidente do conselho geral da Associação Nacional de Municípios (ANMP) disse que a associação está «a precisar de uma reviravolta. Para Abílio Curto, presidente da Câmara Municipal da Guarda, a última fase da vida daquela associação caracterizou-se por uma «certa passividade que permitiu ao Governo tratar os autarcas como eleitos menores da democracia».

Na opinião de Abílio Curto, «faltou alguma coragem à ANMP para tomar certas medidas», no entanto, o autarca considerou que esta «fez um bom trabalho» a nível externo e a primeira fase da sua actuação «contribuiu também para despertar a maioria dos autarcas portugueses».

COTAÇÕES

Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	49\$20	55\$20
ALEMANHA FED. (marco)	87\$00	88\$20
ÁUSTRIA (xelim)	12\$40	12\$60
BÉLGICA (franco)	3\$967	4\$217
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	12\$500	127\$50
(notas de 5 a 1000)	12\$550	128\$00
DINAMARCA (coroa)	22\$45	22\$85
ESPAÑA (peseta)	1\$304	1\$424
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	147\$30	150\$80
(notas de 5 a 1000)	147\$80	151\$30
FINLÂNDIA (marka)	36\$95	37\$55
FRANÇA (franco)	25\$60	26\$30
HOLANDA (florim)	77\$20	78\$30
IRLÂNDIA (libra)	231\$70	235\$70
ITÁLIA (lira)	\$106	\$121
JAPÃO (iene)	\$976	\$1031
NORUEGA (coroa)	22\$55	23\$05
REINO UNIDO (libra)	245\$00	249\$50
SUÉCIA (coroa)	23\$85	24\$35
SUÍÇA (franco)	97\$90	99\$40
VENEZUELA (bolívar)	3\$242	4\$042

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Estatuto de Macau prevê aumento de deputados

Lei eleitoral do território pode ser revista

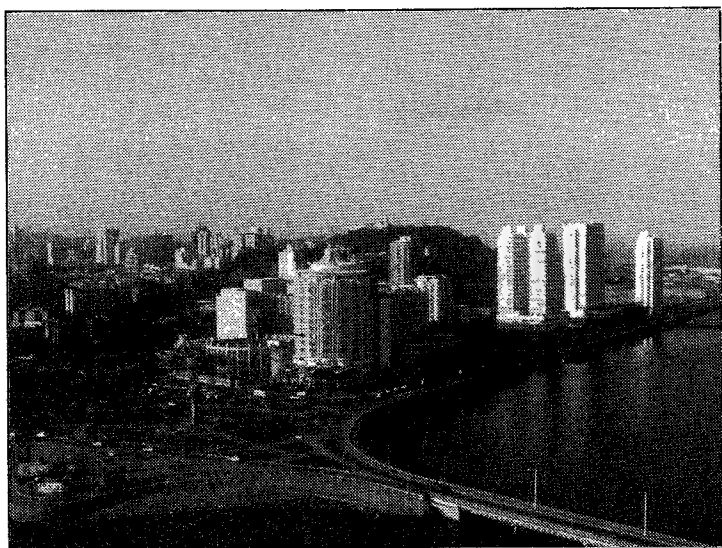
O anteprojecto de revisão do Estatuto de Macau prevê um aumento do número de deputados à Assembleia Legislativa, mas mantendo a proporção entre nomeados e eleitos por sufrágio directo e indirecto.

A proposta elaborada pela comissão eventual da Assembleia, preconiza «a manutenção das actuais formas de designação e de proporcionalidade na distribuição de lugares, com sete deputados nomeados - oito eleitos por sufrágio directo e outros tantos por sufrágio indirecto - com um total de 23 representantes, em vez dos 17 até agora existentes.

A distribuição dos seis novos lugares e a forma de designação, foram a única alteração mencionada no parecer da comissão que não obteve consenso dos membros eleitos, noticia a Lusa.

A futura aprovação do Estatuto Orgânico de Macau, pela Assembleia da República, obrigará à revisão da lei eleitoral do território, pelo que a comissão propõe que «a realização ou não de eleições intercalares» fique ao cuidado do governador, «em função daquilo que dois terços dos deputados legislarem sobre o regime eleitoral».

O alargamento das competências legislativas do território, por transferência da Assembleia da República para a Assembleia Legislativa e para o governador, diz respeito, segundo o parecer, «somente à reserva relativa daquela, e



Novo estatuto acaba com vogais da NATO

apenas quanto às matérias que se coadunam com as realidades político-sociais» de Macau.

Poder legislativo para o governador

A proposta prevê a transferência, para o governador, do «podre exclusivo de desenvolver as leis de base dos órgãos de soberania da República», considerando-se como «critério-base de afectação de novas competências legislativas» o seu exercício cumulativo pela Assembleia Legislativa e pelo governador. Exceptuados são os critérios «ditados por razões de segurança jurídica, designadamente o regime de prisão preventiva».

O anteprojecto, que começou a ser elaborado em finais de 1988 prevê ainda

que «em caso de divergência entre as normas dos órgãos de soberania da República e os órgãos legislativos do território» prevaleçam estes últimos, «quando estejam em causa matérias da sua competência específica».

Tribunais dependentes da Presidência

No domínio da organização judiciária a comissão propõe como norma transitória a atribuição, ao Presidente da República, da faculdade de decidir sobre o momento em que os tribunais de Macau passarão a estar investidos na plenitude e exclusividade de jurisdição, «ouvidos que sejam o Conselho de Estado e o Governo da República».

Depois da revisão constitucional de 1989, recorde-se, o território de Macau passou a dispor de «organização judiciária própria, dotada de autonomia e adaptada às suas especificidades».

O anteprojecto prevê ainda aumento do número de secretários adjuntos (de cinco para sete), justificando-se tal decisão por pedido do governador e pela «crescente complexidade e diversificação das tarefas governativas», designadamente as decorrentes do período de transição. Finalmente o texto preconiza a supressão dos cargos de vogais da NATO no conselho consultivo do governador, que poderá passar a nomear, discricionariamente, os cinco elementos que o formam.

Coligação PS-PCP em Loures e Vila Franca

Criada plataforma de gestão para aprovar o orçamento

As direcções concelhias do PCP e do PS de Loures assinaram um acordo programático para a gestão do município, «com o objectivo de responder às necessidades dos cidadãos locais». Este tipo de entendimento regista-se em outros municípios onde a CDU perdeu a maioria absoluta, como é o caso de Vila Franca de Xira. Recorde-se que nas autárquicas de 1985 o PS concorreu coligado com o PSD nestes dois municípios da área metropolitana de Lisboa.

Severiano Falcão, do PCP, e o candidato do PS, Roque Lino, divulgaram os termos do entendimento em conferência de Imprensa. A referência a um acordo nacional entre os dois partidos da Oposição era inevitável, mas tanto o PS como o PCP recusam liminarmente tal interpretação, alegando que foi «uma estratégia utilizada pela direita nas eleições em Lisboa, sem qualquer êxito».

No entanto, a nível autárquico, é notório o afastamento do Partido Socialista do Partido Social Democrata considerado «um derrotado» e, a médio prazo, esta estratégia vai contribuir para a imagem de alternativa ao PSD, que a nova direcção dos socialistas quer destacar junto da opinião pública.

José Manuel, do executivo da Comissão Concelhia do PCP de Loures, disse ao DL que este acordo «não se limita à distribuição de lugares, mas compromete os dois partidos numa plataforma de gestão, que permite viabilizar as questões mais importantes como a aprovação do orçamento e do plano de actividades». Estes acordos provocaram já a reacção dos socialistas de Vila Franca de Xira e de Loures, que se consideram «marginalizados».

Nas últimas eleições, em Loures, o PCP elegeu cinco vereadores e o PS e PSD três vereadores cada um. Na distribuição das cinco vereações a tempo inteiro os comunistas ficaram com três lugares e os socialistas com os dois restantes. Antes, o PS tinha apenas um vereador a tempo inteiro, Carlos Martinho, responsável pelos transportes escolares e trânsito. No que respeita ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados o PS ficou com dois lugares e o PCP com três. A CDU obteve a maioria absoluta nas Assembleias Municipais do concelho de Loures.

Informação

CP - CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

Greve da Federação dos Sindicatos dos Ferroviários, das 05.00 horas do dia 26/1/90 às 05.00 horas do dia 27/1/90

Ligação entre LISBOA - BARREIRO

Face à greve acima referida prevê-se uma redução do número de circulações na via fluvial entre Lisboa e Barreiro, nomeadamente no período da manhã, pelo que a CP complementará a sua actividade fluvial com meios rodoviários com partidas do Barreiro (Palácio de Coimbra) e de Lisboa (Praça de Espanha) a partir das 5.00 horas.

O Chefe da Divisão de Relações Públicas



Caminhos de Ferro Portugueses



CNE faz contas das autárquicas

A Comissão Nacional de Eleições iniciou ontem o complicado processo de verificação das contas do sufrágio autárquico. Tem 60 dias para cumprir a tarefa, que implica a análise de processos relativos aos 305 concelhos do País. As principais forças políticas cumpriram os prazos, entregando a documentação até ao passado dia 16. Resta saber se obedeceram mesmo ao bizarro dispositivo legal que limita a uma nota de 500 as despesas legalmente permitidas por candidato.

POLÍTICA

O saldo das três horas de debate na Assembleia da República sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social é minguido: a maioria deu notícia de duas ténuas concessões, na mira de as discutir e partilhar com o PS

Conselho de Imprensa imolado em auto-de-fé parlamentar

O Governo comprometeu-se, ontem, pela voz do secretário de Estado Albino Soares, a apoiar por todos os meios, «inclusive financeiros», um organismo privado que os interessados mais directos na produção e consumo da Informação queiram erguer sobre as cinzas do Conselho de Imprensa, que está prestes a ser sacrificado em auto de fé parlamentar.

A bancada do PSD — jura feita por Nuno Delerue, seu porta-voz neste debate — prometeu alterar a proposta de lei do Governo no sentido de que um dos quatro elementos, em treze, a cooptar pelos outros nove membros, que compõem a Alta Autoridade, seja obrigatoriamente jornalista.

Estas foram as duas concessões mais palpáveis feitas à Oposição. Mas trata-se de um saldo que não compensa a honra perdida, logo à nascença, por uma Alta Autoridade que a Constituição exige independente e a opinião pública esperava fosse, no mínimo, credível. Pelo que se ouviu no Parlamento, do que ela já não se livra, é de ter nascido humilhada e ofendida. Isto para além de ter de provar que não é um mero «pseudónimo do Governo» como lhe chamou, há dias, o director do DL e alguns deputados ontem reafirmaram.

Jornalista, sim mas qual e como?

E quanto à concessão de «um jornalista» no elenco, ficou por explicar de que jornalista se trata pois, entre a representação institucional do Sindicato, seja qual for a sua Direcção de momento, e a escolha, pelos agentes governamentais na Alta Autoridade, de um jornalista qualquer (ele há tantos e alguns tão amigos e reverentes...) vai um diferença abissal.

No mais, foi o espectáculo esperado de uma banda oposicionista unísona a bater forte na proposta do Governo, especialmente, nas soluções mais controversas nela contidas: a extinção do Conselho de Imprensa, a retirada dos poderes aos Conselhos de Redacção para avalizarem a nomeação dos directores de jornais, a cooptação como forma de preenchimento das quatro vagas da Alta Autoridade deixadas pela Constituição ao critério do legislador ordinário e a marginalização dos jornalistas em todo este processo.

Essas críticas à proposta do Governo não surpreenderam, em função do que já se tinha escrito e dito sobre ela; estiveram, aliás, em consonância com as divergências, face à proposta, dos três projectos alternativos apresentados a plenário e subscritos pelo PS, o PCP e a ID.

O que talvez não se aguardasse era o volume e o

tom das críticas: foi malhar forte e feio sobre o projecto governamental de Alta Autoridade e sobre Albino Soares e Nuno Delerue que deram a cara, em nome do Governo e da bancada do PSD, para defender o que, aos olhos da Oposição e da generalidade da opinião pública conhecida, é indefensável.

Alberto Arons de Carvalho, um especialista de Comunicação Social destacado pelo Partido Socialista para afrontar as intenções de absolutíssima governamentalização da Alta Autoridade, chegou a citar o director do Diário de Lisboa e um artigo recente em que Mário Mesquita apelidava a «pseudonímia do Governo» a nova criatura (ou «criatura», na designação do comunista José Manuel Mendes). A partir daí, a glosa generalizou-se e só as alusões de Nuno Delerue à incomodidade vivida pelos socialistas em todo este debate aliviou o arraial. Mas lá que este «pseudónimo do Governo» saiu do debate bem humilhado e ofendido, estão aí três horas gravações que não nos deixam mentir.

Socialistas mal refeitos da revisão constitucional

Foi evidente, durante toda a tarde, a incomodidade do Grupo Parlamentar do PS (não do seu deputado Arons de Carvalho, sublinhe-se, marginalizado como foi quando estas questões se discutiram em sede de revisão constitucional) para tornar credível ao público uma tão profunda divergência das opções do Governo. É que esta lei decorre, directamente, da revisão constitucional, terreno onde os socialistas acederam a deixar em branco lacunas de mais para o legislador ordinário preencher discricionariamente. O resultado está à vista:

como acentuaram vários oradores, entre eles os renovadores-democráticos Natália Correia e Alexandre Manuel (um jornalista regressado ao Parlamento, por quinze dias, apenas para debater estes temas da Comunicação Social), o PS descobriu tardiamente que tinha feito a cama para outrém nela se deitar.

Nomeadamente, o mandato de quatro anos previsto para os membros da Alta Autoridade retira-lhe toda a margem de manobra, mesmo que forme Governo na sequência das próximas eleições legislativas. O bunker estará totalmente ocupado e nem a ameaça velada de que, nessa altura, revêlas. Aí, deve poder valer aos socialistas. Anular direitos adquiridos, quando se trata de televisão e estão milhões de contos em jogo, não é tarefa a que alguém se possa aventurar de ânimo leve.

E não terão Almeida Santos e António Vitorino previsto e desejado, exactamente, o desfecho que está à vista, quando aceitaram gerar esta criatura no decurso do convívio constitucional com o PSD? Nuno Delerue foi pisando essa tecla ao de leve até que, pressionado pela bancada do PS, desafiou Jorge Lacão, outro comparsa do negócio da revisão constitucional, a revelar em público o que em privado então se falou exactamente sobre esta matéria.

Comissão pode repor maioridade dois terços

As quatro propostas não foram votadas nem baixaram à Comissão, antes de qualquer votação, como chegaram a admitir os mais optimistas e os fanáticos de conciliação entre inconciliáveis.

Sê-lo-ão amanhã e Delerue garantiu aos jornalistas que, ontem, o PSD ainda não sabia o que fazer. Chumba os projectos todos da Oposição? Deixa-os descer ao limbo da Comissão para aí, à meia luz, os derreter?

Sabemos que o Governo e a Maioria estão interessadíssimos em voltar a reunir, para as questões essenciais, o consenso nascido no acordo de incidência constitucional que lhes permitiu rever a Constituição em conjunto com o PS. Isso passa, necessariamente, por uma atitude favorável ou a abstenção, quando o projecto socialista for medido a votos.

Saber-se-á então se a representação naturalista de ontem, em vez do drama que pareceu ser, não terá passado de uma simples farsa.

A maioria qualificada de dois terços, que absolveria o PSD de ser o único suspeito do delito de açambarcamento (nove ou dez dos seus entre os treze componentes da Autoridade é obra...) ainda não saiu do horizonte dos próceres da Maioria nos bastidores do Parlamento.

Daniel Reis



Bem preparou o debate o deputado Nuno Delerue, de modo a suportar o ónus mais gravoso da proposta do Governo. Mas isto de defender o indefensável tem que se lhe diga

BOCA DE CENA

Fizeram a cama para outros se deitarem

Natália Correia (PRD) sobre o acordo PS/PSD, em sede de revisão constitucional e que esteve na base da invenção da Alta Autoridade:

«Nas danças e conivências da revisão, alguém fez esta lei em proveito próprio. Descobre hoje, com surpresa, que esteve a fazer a cama para outros se deitarem».



José M. Mendes

O criaturo anómalo

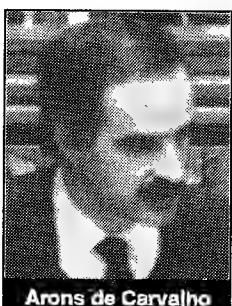
José Manuel Mendes (PCP), sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social, o tema do dia:

«O criaturo gerado pelos últimos revisores é, razoavelmente, anómalo e padece, à nascença, de um vírus gravemente corrosivo. Mas o Governo e o PSD entendem que este criaturo ainda é capaz de ser pessimizado e, a partir de uma má matriz, apresentarmos um desconchavo».

O secretário de Estado para a TSF

Corregedor da Fonseca (ID) para o Secretário de Estado-Adjunto do Ministro-Adjunto e da Juventude:

«Não sei se sabe, mas já há quem diga que o sr. Albino Soares é o secretário de Estado para a TSF, tal a obsessiva perseguição que lhe vem movendo. Mas já agora, explique-me lá isso de querer libertar a Comunicação Social da tutela do Estado. Como, se no Conselho de Imprensa, de 19 membros, só quatro eram designados por órgãos de soberania e na Alta Autoridade, em 13, só três se podem considerar isentos da tutela do Governo?».



Arons de Carvalho

Direitos de autor e indemnizações

Arons de Carvalho (PS) a Albino Soares, que tinha citado abundantemente passagens do livro *A liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa*, da autoria do deputado socialista, relativamente menos favoráveis sobre a génese do CI:

«Não lhe peço direitos de autor, nem sequer lhe exijo indemnização por me ter tão mal citado. Mas para que leia as passagens que ignorou e para que saiba o que eu penso do Conselho, tomo a liberdade de lhe oferecer o exemplar que resta do meu livro».

O PS a jogar em dois tabuleiros

Narana Coissoró (CDS) sobre o papel representado pelos socialistas na discussão da lei:

«O PS está a jogar aqui em dois tabuleiros: faz hoje de Oposição, mas já a pensar na lei em termos de futuro Governo. Mas esta lei tem é de ir, rapidamente, para obras e ser trabalhada no estaleiro da Comissão».

Salta-lhe ao caminho abre a faca...

Ecos ainda da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, trazidos por José Magalhães ao plenário, a propósito da extinção do Conselho de Imprensa projectada pelo PSD:

«Na altura da revisão, coibiram-se de falar na morte. Agora, abrem a faca, saltam-lhe ao caminho e gritam-lhe: "Deves morrer"».

O significado do verbo cobrir

Herculano Pombo, dos Verdes, e uma questão de semântica:

«Dizem-me agora que a Alta Autoridade cobre as competências do Conselho de Imprensa. Só se o único significado que conhecem para o verbo cobrir é o de abafar».

O mesmo deputado acrescentou, especificamente, sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social:

«O que vem aí é uma criatura ciclópica, não só porque é alta, mas porque tem um olho só: vai ter 13 membros que 10 olham numa só direcção. E em Comunicação Social, como no trânsito, isso é sinal de desastre certo».

INTERNACIONAL

Bruma anti-Papa em Cabo-Verde

Está tudo a postos para receber, na sexta-feira, o Papa João Paulo II. No entanto, o nevoeiro poderá trazer contrariedades

Especial para o "DL"

A bruma é a mais citada das entidades. A persistir, ela irá estragar a mais meticulosa das agências de viagens... «Quem marcou a visita do Papa para este mês, é quem não sabe o que faz, quer a responsabilidade more em Cabo Verde, quer resida mais longe, no Vaticano».

A censura aberta à impraticabilidade das condições meteorológicas vinha de uma voz colocada no próprio Vaticano. Parecem, assim, estarem contados os dias do jesuíta Robert Docchit, à frente da mais delicada das empresas papais: as visitas papais. A antecedê-lo, recorde-se, esteve o arcebispo Marcinkus, o banqueiro de - má memória, ainda em maus lençóis com a justiça dos humanos...

A servir de bode expiatório, a bruma, que há mais de uma semana cobre quase todo o arquipélago, é um empate na engrenagem desta visita papal

por um dos mais pobres países do Mundo e o mais católico do continente africano: Cabo Verde.

Ansiedade popular

O substancial número de habitantes destas ilhas poderá não cumprir um dos seus maiores desejos - ver em carne e osso o Papa - se de facto persistir até sexta-feira no horizonte a bruma que confere de modo especial à Cidade da Praia um tom de pensamento misterioso. João Paulo II e a sua comitiva terão, nesse caso, de serem trasladados da ilha do Sal para um avião militar que arrote com uma aterragem sem qualquer perigo no aeroporto da Cidade da Praia, capital do arquipélago, onde decorrerão a maioria dos actos públicos desta visita papal.

Comprometida fica também a deslocação à cidade do Mindelo, na ilha de S. Vicente, programada para a

manhã de sexta-feira. O Papa poderá, nesse lapso de tempo, visitar o Hospital Agostinho Neto, em Remo-delação aqui na Cidade da Praia.

Força Aérea Portuguesa protesta

Esta eventual situação não calará contudo o protesto da Força Aérea Portuguesa que apenas há duas semanas viu inviabilizado pelo Governo cabo-verdiano o seu pedido de transporte para o Papa e comitiva nas deslocações inter-ilhas.

A Força Aérea tinha já dispendido cerca de oitocentos contos na preparação de um painel a fim de assinalar este serviço à corte papal em Cabo Verde. Nesse mesmo sentido, disponibilizou dois Hércules C70 para o transporte de Lisboa para a Praia e Guiné Bissau de jornalistas, médicos e material técnico e humano da RTP e RDP, que farão a cobertura total da

visita, ainda que, no caso da TV, apenas sejam enviadas para fora do arquipélago imagens em diferido, devido à inexistência de meios técnicos locais.

Nesta onda de colaboração solidária da antiga metrópole chegaram também já à Cidade da Praia as motos da Polícia que aderiram ao cortejo papal e as fardas para a Polícia de Cabo Verde, oferta da PSP.

Quaisquer que sejam as condições meteorológicas, o Papa terá a recebê-lo, no início deste sexto periplo pela África, mais de um terço dos habitantes deste arquipélago que aqui, na Cidade da Praia, já colocam discretamente flores de papel nas árvores e pintam alguns edifícios para tornar mais lavada uma cidade de meia centena de milhar de habitantes, na sua maioria filhos da ruralidade, que medeia as portas de uma cidade quase fantástica.

Manuel Villas-Boas

Algo mexe no «farol do socialismo» Tiroteios sucedem-se na capital albanesa

Na Albânia, o «farol do socialismo» e o único país da Europa em que o modelo estalinista permanece intacto, continuam a surgir relatos de acções - sobretudo pelos vizinhos jugoslavos e gregos - de repressão face a um crescente descontentamento popular.

Embora a Imprensa estrangeira não tenha acesso a este país hermeticamente fechado, um jornalista da rádio húngara, Jozsef Orosz, citado pela agência jugoslava «Tanjug», afirmou que, segunda-feira, se ouviram frequentemente tiroteios na capital, Tirana.

O jornalista que, segundo a Tanjug, se encontra na embaixada húngara em Tirana, disse que as rajadas, vindas de todas as direcções, foram mais frequentes que nos dias anteriores.

A Tanjug fez notar que «esta é a primeira afirmação dos meios de informação húngaros de que algo se está a passar na capital albanesa».

No princípio deste mês a agência húngara e a Imprensa grega tinham noticiado que se verificavam várias manifestações de contestação ao regime albanês. Essas notícias foram, no entanto, desmentidas mais tarde por várias fontes, nomeadamente húngaras.

Entretanto, o diário jugoslavo «Brba», que se publica em Belgrado, noticiou ontem que a «comissão de emigrantes albaneses» em Kosovo, apelou a todos os seus concidadãos (apenas três milhões) para que lutem «contra o terrorismo e genocídio na Albânia».

A Comissão diz pretender a aglutinação de todos os albaneses democratas para lutar no sentido de criar as condições para tomar o Poder, cujo regime se mantém há mais de quatro décadas, e levar a que a opinião mundial conheça a situação na Albânia.

Redacção DL/Lusa

«NATO preocupada com a retirada soviética»

A NATO está preocupada com o crescente entusiasmo na Europa de Leste, onde se exige a retirada das tropas soviéticas. «Seria péssimo para a NATO se os soviéticos fossem postos na rua sem nenhuma cerimónia», disse um alto funcionário da organização que pediu o anonimato e acrescentou: «Esta perspectiva é hoje uma possibilidade».

Uma retirada apressada de Moscovo, pressionada pelas populações de Estados antigamente submissos ao Pacto de Varsóvia, terá a desvantagem de privar o Ocidente de um parceiro estável nas negociações de desarmamento.

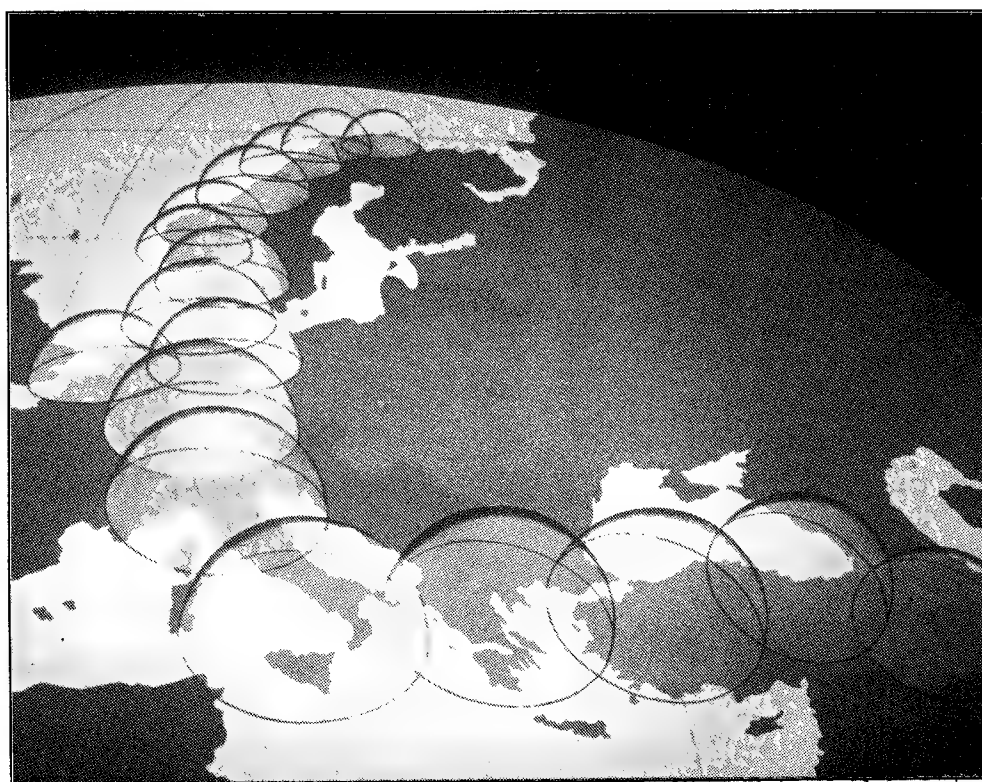
Entretanto e também dentro da Aliança Atlântica, têm sido expressos receios de que, se os soviéticos forem forçados a retirar apressadamente, os americanos sejam obrigados a fazer o mesmo.

«Se os soviéticos aceitarem a retirada, será muito mais difícil para nós convencer os países da Europa Ocidental de que as tropas americanas devem ficar», disse um diplomata.

Dificuldade logística

A NATO apoia-se, há mais de quarenta anos, numa presença maciça de tropas americanas na Europa Ocidental. Em caso de crise, o apoio norte-americano não teria de atravessar o Atlântico.

Esta dificuldade logística é o argumento mais utilizado



O sistema de defesa anti-aérea da NATO (aqui ilustrado) tem sido parte das cuidadosas negociações para o desarmamento. A retirada unilateral das forças soviéticas convencionais terrestres da Europa Oriental está, essa, a criar outros problemas

pela NATO para dissuadir a opinião pública da necessidade uma eventual retirada.

A Checoslováquia já disse à URSS que pretende a retirada de todas as tropas soviéticas do seu território até ao fim do ano, enquanto a Hungria, por sua vez, disse que 1991 é a data limite.

Na semana passada, Lech

Walesa apelou a Moscovo para que fizesse sair todas as suas tropas da Polónia até ao fim do ano, embora mais tarde o Governo declarasse que Walesa estava a exprimir as suas opiniões e que o assunto não seria estudado.

Diplomatas da NATO prevêem que a URSS, depois das eleições de Maio na RDA, venha a ser fortemente pres-

sionada para retirar o seu contingente de 380 mil homens estacionado na República Democrática.

A União Soviética começou a retirar unilateralmente algumas tropas da Europa de Leste.

Mais precisamente 38 mil homens já saíram e Moscovo declarou que gostaria de retirar todas as tropas

no estrangeiro até ao ano 2.000.

NATO não faz cortes

No entanto, numa entrevista dada na semana passada pelo Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa, general John Galvin, foi uma vez mais afirmada a oposição da NATO a quaisquer cortes formalmente unilaterais e, em resposta, recíprocos.

Afirmou ainda que as reduções deveriam somente ocorrer no âmbito «de um tratado assinado, não reversível e verificável».

Na mesma lógica, a NATO

rejeitou, no princípio do mês, um apelo do líder do Partido Comunista da RDA, Gregor Gysi, para a retirada de todas as tropas das duas Alemanhas, nas quais se situa o ponto de encontro militar dos dois grandes blocos.

A NATO gostaria de evitar acordos bilaterais ou formalmente unilaterais fora da estrutura diplomática de 23 países, existente nas negociações de Viena, de Forças Convencionais (CFE), que os ocidentais esperam terminar antes do fim do ano.

Nicholas Doughty
Reuter / «DL» - trad. N.A.

Washington lança aviso

Edward Rowny, conselheiro de Bush e de James Baker, disse, na Universidade de Yale, que as retiradas unilaterais de tropas soviéticas da Europa Oriental poderão aumentar a pressão política sobre o Ocidente, no sentido de que efectue retiradas militares equivalentes.

Rowny, que é conselheiro para as questões do controlo dos armamentos, considerou preferível que a saída de tropas da URSS do território da Europa Oriental decorra de acordo com o Tratado que está a ser negociado nas conversações de Viena, entre a NATO e o Pacto de Varsóvia.

Rowny recordou, ainda, que Bush e Gorbachev apontaram a conclusão desse tratado como um dos seus principais objectivos para 1990, na área do controlo de armamentos.

Lusa

Por lapso, de que nos penitenciamos, inserimos, ontem, na Pág. 11, um texto em duplicado, ficando de fora outro, que devia ter sido publicado. Hoje repara-se a falta, publicando-o devido, cuja actualidade se mantém.

INTERNACIONAL

«Volte-face» diplomático

Adiada visita de Eduardo dos Santos aos Estados Unidos

A visita do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, aos Estados Unidos foi adiada para data a anunciar, revelou em Washington a emissora norte-americana «Voz da América».

Em declaração àquele estação, o embaixador angolano nas Nações Unidas, Manuel Pedro Pacavira, disse ser «necessário fazer alguns ajustamentos nas datas da visita». O diplomata adiantou ainda que a deslocação do presidente angolano decorrerá «à mesma em Fevereiro», sem no entanto adiantar datas certas para a visita.

Randall Robinson, director da organização Transafrica e organizador da visita, em declarações à Associated Press, declarou que José Eduardo dos Santos cancelou a visita «devido a pressões da administração Bush».

O embaixador Pacavira justificou ainda o adiamento devido a «novas iniciativas do presidente e naturalmente à presença do sr. Cohen em Angola», que hoje inicia uma visita a Luanda.

«Operação Casa Branca» em compasso de espera

A visita de carácter par-

ticular do presidente angolano destinava-se essencialmente a reafirmar a vontade do seu governo em aproximar-se de Washington e conseguir o estabelecimento de relações diplomáticas.

O ponto fulcral da deslocação de José Eduardo dos Santos era a ida a Washington onde estavam a ser desenvolvidos todos os esforços para que a escala do dirigente angolano fosse um sucesso. Nesse êxito estavam empenhados, tanto uma empresa de «lobby» contratada pelo governo angolano, como um grupo e congressistas e de activistas políticos que tradicionalmente apoiam as actividades do MPLA.

O objectivo maior seria conseguir que Eduardo dos Santos fosse recebido na Casa Branca. Esse foi, aliás, um dos propósitos da visita de Cavaco Silva à capital norte-americana, onde debateu com o presidente George Bush o processo de paz angolano e, em particular, as últimas propostas de paz formuladas pelo governo de Luanda.

MPLA-UNITA: match-nulo diplomático

Apesar da boa impressão

deixada pelo primeiro-ministro português, que foi convidado para a Casa Branca por duas vezes no espaço de 24 horas, não é de crer que os compromissos políticos, quer internos quer externos da actual administração, quer mesmo a situação militar, permitam um contacto de José Eduardo dos Santos ao mais alto nível.

No entanto, e se as declarações de Randall Robinson forem fundamentadas, as pressões norte-americanas para adiar a visita terão um duplo efeito. Para além de criar um embaraço evidente a José Eduardo dos Santos que, tal como Jonas Savimbi, vê os seus esforços diplomáticos logrados à última hora, o adiamento poderá ter proporcionado, em moeda de troca, o trunfo que a diplomacia angolana necessitava, isto é um contacto ao mais alto nível junto da actual administração americana.

Kennedy e Carter ficam à espera

Durante a sua estadia em Washington, o dirigente angolano seria obsequiado com uma série de jantares cujos anfitriões iam desde

Ethel e Ted Kennedy, ao congressista Howard Holpe, passando por um grupo de multinacionais.

No tocante à ala conservadora que apoia a UNITA, sabe-se que Eduardo dos Santos tinha previsto um encontro liderado pelo senador Jesse Helms, conhecido pelas suas posições de um radicalismo absoluto relativamente ao MPLA. Ainda na capital, o ex-candidato presidencial Jesse Jackson tinha

previsto juntar-se ao presidente angolano durante uma conferência na Universidade de Howard.

Estavam ainda previstos contactos com o ex-presidente Jimmy Carter em Atlanta, com a viúva de Martin Luther King e com Douglas Wilder, o primeiro governador de estado negro desde de sempre eleito nos EUA.

Correspondente «DL» em Washington / Lusa



José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola

Herman Cohen inicia hoje visita a Luanda

O subsecretário norte-americano de Estado para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, chega hoje a Luanda para consultas com as autoridades angolanas sobre o processo de paz interna.

O governante norte-americano visita Angola no termo de uma estadia de três dias na África do Sul, onde debateu com as autoridades as mudanças políticas anunciadas pelo Presidente De Klerk.

Durante a sua permanência em Luanda, Herman Cohen deverá transmitir às autoridades angolanas uma resposta à mensagem levada pelo primeiro-ministro português à administração Bush, sobre a nova plataforma do Governo de Angola, Cuba e África do Sul.

Cohen poderá ser confrontado em Luanda com um pedido oficial para convocação de uma nova reunião extraordinária da comissão tripartida de Angola, Cuba e África do Sul.

Esta reunião extraordinária poderia ser justificada pelo recente ataque de forças da Unita contra uma unidade militar cubana, na periferia do Lobito, no domingo, em que morreram quatro soldados cubanos.

As autoridades angolanas interpretam esta nova acção militar da Unita como uma nova tentativa dos rebeldes para «internacionalizar o conflito».

De qualquer forma, observadores em Luanda sustentam que, caso o Governo angolano não apresente ao subsecretário norte-americano alterações significativas para a condução das negociações de paz com a Unita, Washington poderá manter por mais algum tempo o seu apoio aos rebeldes.

As autoridades de Angola não perderão «mais esta oportunidade de procurar relações formais com os Estados Unidos», como disse uma fonte oficial em Luanda, citada pela Lusa.

Redação «DL»/Lusa

Collor: anedota ofensiva para os portugueses

continuação da primeira página

Os presidentes tomavam o pequeno-almoço em família na casa rosada, acompanhados das respectivas mulheres, que na circunstância e pelos trejeitos e penteados visíveis nas coberturas televisivas mais se assemelhavam a parceiras de ilusionistas do que a primeiras damas de nações civilizadas. Jornalistas brasileiros e argentinos foram testemunhas da troca de anedotas que ocorreu durante a chamada «photo opportunity» do encontro.

Collor pediu em seguida desculpa às senhoras pela anedota que iria contar, criando uma natural expectativa por legitimamente se imaginar que a sua seria uma anedota picante.

Em vez disso, o presidente eleito do Brasil resolveu contar uma anedota sobre Luiz Inácio da Silva (Lula), seu rival directo na segunda volta das eleições presidenciais.

No entanto, a anedota visaria objectivamente a inteligência dos portugueses, o que constitui um desporto nacional dos brasileiros. Aqui conta-se anedotas de portugueses em mesma forma e com o mesmo objectivo que em Portugal se utiliza para ridicularizar os alentejanos.

Collor contou, então, que Lula ficara famoso na Europa graças às eleições. O seu

adversário, sindicalista e antigo metalúrgico, usa barba, boné e falta-lhe o dedo mindinho de uma das mãos, perdido num acidente de trabalho.

Collor prosseguiu: «a popularidade de Lula é tal que todos estão querendo imitá-lo. Os franceses deixaram crescer barba, os alemães estão usando boné e os portugueses estão amputando o dedo mindinho».

Os jornais mais sérios do Brasil comentaram este momento como «a tomada do perigoso caminho da galhofa», desenvolvida entre ovos com presunto, croissants, café e sumos.

Collor, que tem os dez dedos inteiros, bem vai precisar de todos eles quando ainda esta semana começar a andar pelo mundo de mãos estendidas, pedindo aquilo que os brasileiros esperam que seja uma ajudinha para a

solução da sua grave crise económica.

Com 7,1 biliões de dólares de débitos em atraso acumulados, o presidente eleito do Brasil bem vai precisar de estender os seus dez dedinhos à caridade internacional.

Quando desembarcar em Lisboa, a 8 de Fevereiro, os responsáveis portugueses, bem lhe podem mostrar os seus dedos todos para o mandar pedir para outra freguesia.

Joaquim Lotria



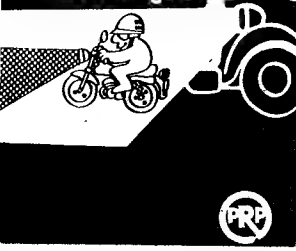
Collor de Melo

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 80 946 «PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DE AGENTES ESPESSENTES DE LÁTEX, SOLÚVEL EM ALCALIS»

Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º - Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

quem me avista meu amigo é



S.  R.

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA**

ÉDITOS

Arquivo 688-A

Processo 1/67

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do Art.º 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e outros, estará patente o projecto apresentado pela EDP — Electricidade de Portugal, EP, Direcção Operacional Distribuição Sul a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação eléctrica:

Linha aérea, a 30 kV, ST 30-9-41, com 1764 metros, do apoio n.º 201 da ST 30-9, Alcácer-Santiago, ao PT da Suinicultura do Sul, freguesia e concelho de Grândola, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA, durante 15 dias, nas horas de expediente.

Estará também patente na DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo n.º 81, 3.º andar, tel. 548807, durante 15 dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL ou na Secretaria daquela CÂMARA MUNICIPAL, dentro do citado prazo.

Lisboa, 9 de Janeiro de 1990.

João Manuel F.C. Garcia
Director de Serviços

INTERNACIONAL

Cabo Verde revê Constituição e programa do PAICV

O Conselho Nacional do PAICV, o partido único no Poder em Cabo Verde, reunir-se-á nos primeiros dias de Fevereiro para se debruçar sobre as alterações ao seu programa que foram recomendadas pelo congresso do partido, realizado nos finais de 1988. Eventualmente, o Conselho Nacional apreciará também o andamento dos trabalhos da comissão de revisão da Constituição e de preparação das eleições legislativas deste ano.

Recorde-se que foram adiadas para 1991 as eleições que estiveram previstas para este ano e que deveriam realizar-se com a inclusão de listas independentes. O adiamento foi justificado por «falta de capacidade técnica e financeira» para realizar dois actos eleitorais no mesmo ano.

O ministro da Defesa e Segurança, Júlio de Carvalho, admitiu, em entrevista concedida a um jornal cabo-verdiano, a possibilidade de se realizar um congresso extraordinário do PAICV. Disse Júlio de Carvalho: «Como a Constituição deve ter em conta, e absorver, o programa do partido e como este só pode ser modificado pelo congresso, chega-se à conclusão de que vai haver um congresso extraordinário». Dessa entrevista depreende-se, contudo, não haver ainda consenso sobre a natureza da revisão constitucional nem sobre as mudanças no programa do partido.

Ameaças de morte

A necessidade de revisão da Constituição é de há muito tempo advogada em Cabo Verde pelos sectores que lidam mais de perto com as relações económicas externas, na perspectiva de a expurgar de objectivos ideológicos que em nada condizem com a vida de Cabo Verde desde a independência e expurgando-a também de normas que entravam os investimentos directos estrangeiros no país.

Foi esse, aliás, o sentido da emenda introduzida em Dezembro de 1988, a qual permitiu o estabelecimento de instituições bancárias «off-shore», de empresas seguradoras privadas e, «en passant», de órgãos de Imprensa privados. Paradoxalmente, os observadores registaram que um ano depois e coincidindo com o adiamento das eleições municipais, a presidência da comissão de revisão constitucional foi entregue ao secretário de ideologia do PAICV, Olívio Pires, o homem que controla o jornal que, em Julho de 1989, apoiou o massacre de Tiananmen.

Os elementos chave do programa de mudanças encontram-se no círculo de colaboradores do primeiro-ministro Pedro Pires. O mais notório de entre esses colaboradores era o Secretário de Estado da Administração Pública, Renato Cardoso, assassinado no passado mês de Outubro em circunstâncias que talvez venham a ser esclarecidas no próximo mês pelo julgamento do único suspeito até agora detido e é pessoa já com largo cadastro.

O ministro da Segurança, que insiste em que o móbil do crime foi o roubo, confirmou, entretanto, à Imprensa, a existência de telefonemas e de cartas anónimas com ameaças de morte a membros do Executivo, da direcção do partido e ao presidente da Assembleia Nacional, Abílio Duarte.

Manuel Delgado

Móveis OLIVEIRA & LEAL, LDA

Mobiliário em todos os estilos-estantes, móveis soltos — jogos de mapas veludo e pele, arcas — colchões molas e espuma (por medida) — somniers (por medida).
Móveis - sala e quarto (por medida).
Mobiliário em pinho — móveis de cozinha.

Não compre sem nos consultar.

Entregas em qualquer ponto do país.

Rua da Rosa (Bairro Alto) 73-81-158-160
Telef. 32 18 72 (200² exposição)

Abundante desemprego, minguado investimento, inflação galopante e o partido peronista em crise - eis o mau tempo que se acumula sobre as cabeças dos argentinos

Argentina ameaçada por explosão social

Quando o peronista Carlos Menen, o actual presidente argentino, foi empossado em Julho de 1989, isso resultou de um acordo com o seu antecessor, o radical Raul Alfonsín, visando a antecipação da data legal fixada. Para Menen, um dos motivos da antecipação foi a nítida consciência que ele tinha da gravidade da situação argentina, em todos os aspectos.

Dias antes de ser empossado acontecera já o chamado «Rosariazo», isto é a população de Rosario (segunda cidade argentina), e não só a população, lançaram-se ao assalto da maioria dos supermercados da cidade em procura de alimentos. Estavam desesperados com a sua situação económica.

É importante assinalar que foi uma manifestação de massas espontânea, na qual até a própria polícia de certo modo participou, pois decidiu não intervir, factor pouco conhecido no exterior da Argentina. Mas houve sectores da sociedade argentina ligados ao Poder, como o conhecido jornalista Grandona, que pediram, pela televisão até, a intervenção do Exército. Mas, sondados os chefes militares, estes recusaram, porque não sabiam que «atitude iriam tomar os soldados».

Em 1989, a hiper-inflação foi imparável; a dívida externa situou-se nos 50 mil milhões de dólares; a dívida interna (dívida pública) cresceu também; o número de argentinos abaixo do nível de vida mínimo foi de sete milhões, num país com pouco mais do que trinta milhões; aumentou o desemprego.

Por outro lado, a população tinha duas grandes feridas ainda abertas: o problema dos militares assassinos e torturadores que, com poucas excepções, não foram punidos; e o problema histórico das Malvinas, muito sentido no país e na América Latina, em geral.

O Estado-empecilho

É neste contexto e por pressão das movimentações populares, que Alfonsín deixa o Poder antes de tempo e que Menen o assume, com o aval de grande parte do povo argentino, em particular dos trabalhadores. Isto é, os votantes peronistas provaram querer conseguir, com o seu voto, uma mudança radical, melhores condições económicas, pleno emprego e o não-pagamento da dívida externa, como prometera, e prometia, Carlos Menen, tal como as-



Carlos Menen, à direita, quando recentemente recebeu a visita do presidente eleito do Brasil, Fernando Collor de Mello

sumira o compromisso de resolver o caso das Malvinas, mesmo com sangue.

Quando Menen tomou posse sintetizou a sua política numa frase contundente: «Neste país praticaremos cirurgia sem anestesia». Essa cirurgia é o chamado plano de emergência, um plano que em grande medida continuava a política anterior, recriando-a e agravando-a nalguns aspectos.

Essa política, já aplicada noutros países como o Chile, Bolívia e Inglaterra, é a concretização da teoria económica de Milton Friedman, que consiste em levar a economia de mercado até às últimas consequências, privatizando tudo e considerando que o Estado é um empecilho para o desenvolvimento económico. No Chile, foi o «milagre»... para 5 por cento da população. Para o resto foi a miséria, a fome, etc.

Com vista à aplicação desse plano, Menen formou uma equipa governamental constituída por homens ligados a grandes multinacionais, como a Bunge e Borno e ao mundo sindical e homens

como o ministro da Defesa, que foi, em tempos, o primeiro a chamar os militares a fazerem a guerra total contra a chamada subversão, com isso dando começo a uma das piores ditaduras da América Latina.

Agravamento da situação

Menen tratou de aplicar o plano à risca e para isso tentou, entre outras coisas, conquistar os militares, o que fez decretando o perdão total para os que tinham estado ligados à ditadura e eram acusados da prática de violências. Esse perdão foi criticado pela maior parte da população argentina. Procurou também uma conciliação com a Igreja Católica, que nunca teve boas relações com o peronismo e que sempre apoiou a ditadura.

Seis meses passados sobre a posse de Menen, a situação não somente não se resolveu como se agravou.

Não foi totalmente travada a inflação, que diminuiu de 50 por cento por mês, mas mesmo assim continuou muito alta. Ninguém investe, não há confiança no Governo. O desemprego vai além dos

20 por cento e os empresários depositam o seu dinheiro em bancos estrangeiros. Os negócios fazem-se com pagamento a sete dias e taxas de juro da ordem dos 600 por cento ao mês, por não haver confiança na moeda argentina. Os militares continuam divididos entre si e não têm capacidade para intervir. Começaram as greves e as explosões sociais contra o Governo e o peronismo, como partido político, desagregase.

Já se fala em nomear um primeiro-ministro, para substituir Menen na direcção do Executivo, procurando-se, portanto, uma saída institucional para a crise. Esta é uma proposta do dirigente peronista máximo, o governador Caffiero. Mas, como dizem os analistas argentinos: até quando será possível sustentar a explosão social gigante que se adivinha?

Os próximos tempos o dirão, mas uma coisa é certa: Menen já não tem o aval do povo argentino. A sua política condenou-o.

André Martin

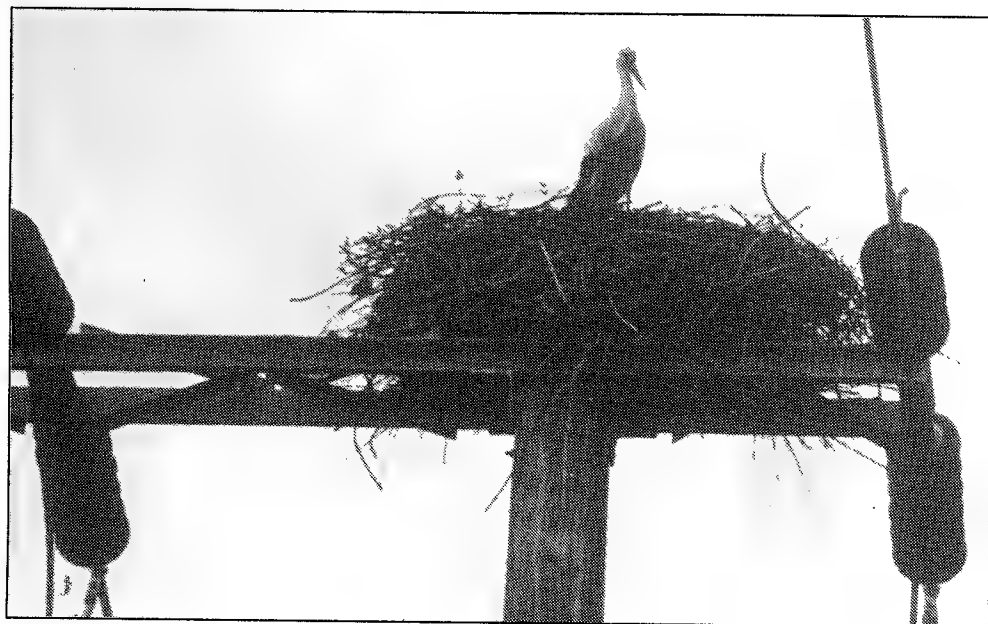
QUOTIDIANO

A mascote que caiu em desgraça

Longe vão os tempos em que as cegonhas eram vistas com bons olhos, como portadoras de ólhos e sinal de fortuna. Hoje, nos meios rurais, essa simpatia cedeu o lugar a uma aversão que se traduz em tiros e, mais frequentemente, na destruição de ninhos da inofensiva pernalt. O motivo poderá entrar na frustração venatória. É pelo menos esse o apontado pelo biólogo João Rabaça, num estudo sobre a *ciconia ciconia* editado pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Inculpada da predação de perdizes e outras aves cinegéticas, a pobre da cegonha serve de bocape expiatório da penúria de caça gerada por uma lei que, de tanto pretender permiti-la a todos, está à beira de a tornar objecto de ninguém.

Nada mais errôneo e injusto. Intitulado «Estudo sobre os hábitos alimentares da população cegonha-branca nidificante do Alto Alentejo», o trabalho de João Rabaça discrimina as espécies depredadas pela ave, sendo categórico em assinalar que a esmagadora maioria consiste em invertebrados, particularmente ortópteros e coleópteros, como escaravelhos e gafanhotos. Entre os poucos vertebrados vítimas do comprido e agudo bico, predominam os mais comuns no habitat ribeirinho da cegonha, ou seja, anfíbios, pequenos répteis e peixes.

Mas não será a perseguição humana directa, de acordo com o biólogo, o principal factor da recessão acusada este século pela espécie em toda a Europa Ocidental, recesso que fica perfeitamente ilustrado pelo caso português, a dar crédito aos seguintes números da obra citada: 1959, 3471 ninhos ocupados; 1977, 1930; 1984, 1533 (hoje, um recenseamento de outra autoria, aponta para



Na Quinta Grande, local do atentado, um casal de cegonhas construiu o ninho numa plataforma montada intencionalmente pela EDP num poste de electricidade

pouco mais de mil ninhos). O principal factor estará na dizimação das presas da cegonha pelos modernos insecticidas. Ave maioritariamente migrante, a cegonha branca tinha a grande fonte alimentar nas pragas de gafanhotos do continente africano, seu quartel de Inverno, estando agora a ser vítima da eficiência dos programas internacionais de combate ao ortóptero.

Não é também excluído que a ingestão de insectos contaminados por pesticidas, com a continuidade, não tenha efeitos negativos na capacidade de reprodução da espécie.

Por menor que seja a influência da perseguição humana no declínio da cegonha, a verdade porém é que a escassez actual dos efectivos europeus da ave agrava as consequências de qualquer atentado contra as suas populações. Daí, a inclusão da *ciconia ciconia* na lista das espécies «estritamente protegidas» elaborada pela Convenção de Berna, que

Portugal ratificou.

A impreparação cultural, entre outras carências das forças de ordem às quais compete fiscalizar o acatamento desta directiva, tem feito dela pouco mais do que letra morta. O caso da destruição de ninhos de Coruche foi objecto de processo, mas outro similar, ocorrido tempos depois cerca de Palmela, ficou impune, alegadamente por se não terem descoberto os responsáveis. Perto de Alcácer do Sal, a mesma sorte contemplou um adolescente que fuzilou com dois tiros de uma potente pressão de ar um dos ocupantes de um ninho de igreja, não obstante esta, com os seus hóspedes alados, constituir uma espécie de *ex-libris* da pitoresca aldeia. E isto para não falar nas destruições operadas no âmbito das reflorestações com eucaliptos (a não ser para dizer que foi essa a razão do abate de um pinheiro onde nidificava um dos poucos casais portugueses de cegonha negra, *ciconia nigra*, uma elegante e tímida ave negra,

de bico e patas vermelhas, um pouco menor do que a sua próxima parente, cuja área de distribuição em Portugal se circunscreve às imediações do Tejo fronteiriço e que tem na península ibérica os únicos e escassos efectivos europeus)...

As campanhas de sensibilização promovidas por associações ambientalistas estarão a inverter um pouco este estado de coisas.

Não pode esquecer-se ser a um desses grupos que fica a dever-se a parte maior do relativo êxito que, no contexto da luta contra a extinção das cegonhas, o julgamento de Coruche, seja qual for o seu resultado, constitui. Por outro lado, uma EDP, por exemplo, foi induzida a cooperar na empresa, e tem instalado nos seus postes plataformas onde as aves encontram sucedâneos dos espaços de nidificação que lhes vão sendo retirados. Resta porém ver se isto é o bastante. E se vem a tempo.

Fernando Brederode Santos

Processo das cegonhas

Ausência de testemunhas suspende julgamento

A destruição de ninhos de cegonha é matéria de um processo inédito em Portugal, cujo julgamento principiou hoje de manhã em Coruche, tendo sido suspenso até data a marcar, devido à ausência de algumas testemunhas.

O caso remonta a Março de 1988, quando a Associação ambientalista Quercus denunciou à Secretaria de Estado do Ambiente o abate de três pinheiros que suportavam os ninhos de nada menos do que 27 casais daquelas aves, em plena fase de postura.

A queixa da Quercus foi apoiada pela Câmara Municipal de Coruche, concelho onde ocorreu o vandalismo, tendo a edilidade reivindicado a «punição exemplar» dos responsáveis.

Único réu no processo, Maria da Graça Ribeiro da Cunha, antiga proprietária e, na ocasião, administradora da Quinta Grande, herdada a que pertenciam as árvores abatidas, alega tê-las vendido na ignorância de a cegonha ser ave protegida por lei.

A acusação, porém, apresenta uma versão diferente.

Segundo o Ministério Público, uma equipa da Quercus empenhada no recenseamento da ciconia ciconia, cegonha branca, contactou a ré, após observação da colónia que nidifica na Quinta Grande, que é a maior do Ribatejo e uma das maiores do País.

Um desses ambientalistas, José Paulo Martins, assegurou ao DL ter sido claramente exposto à administradora da propriedade a necessidade de se preservarem as árvores onde existiam ninhos pelo menos até Agosto seguinte, dado que as fêmeas se encontravam em plena fase de choco, e só nessa altura as crias estariam capazes da autonomia bastante para sobreviverem.

José Paulo Martins afirma que Graça Ribeiro da Cunha manifestou total compreensão relativamente a estes avisos, aliás consignados em cartazes da Quercus deixados nos pinheiros onde as aves se abrigavam.

Não obstante, três das árvores -- e logo aquelas que ostentavam maior número de ninhos, com nove em cada uma, num total de ovos superior à centena -- foram cortadas à motosserra por madeireiros dois dias depois, aparentemente para viabilizar a implantação no local do pivot de um sistema de rega.

José Paulo Martins manifestou ao DL a esperança de que este processo contribua para a redução da frequência com que casos semelhantes estarão a ocorrer em Portugal, nomeadamente em conexão com a reflorestação com eucaliptos.

A acusação incorre numa pena de 30 a 90 dias de prisão remíveis por multa, em termos a definir pelo tribunal.

Presos FUP/FP25 terminam greve de fome

Libertação não é para já e a luta continua

José Ramos dos Santos, preso preventivo do caso FUP/FP 25 terminou hoje, às 11 horas, a greve de fome que vinha a efectuar há 45 dias, apesar do tribunal judicial de Évora ter voltado a indiferir o requerimento, apresentado pela advogada de defesa.

Segundo Silvino Gomes, membro da Solidariedade Contra a Repressão (SCR), que Ramos dos Santos, bem como os restantes presos que se encontravam em greve de fome, numa atitude de solidadriedade, decidiram terminar esta greve de luta, porque consideram «não só ter conseguido dar uma pedrada no charco, como clarificar uma série de posições

em relação ao Caso FUP/FP 25».

Silvino Gomes disse que esta interopção era inevitável porque o estado orgânico dos presos iniciava já a corrida para a morte. «O objectivo não é morrer e ficar com uma bandeira de herói. Há toda uma luta que tem de ser travada fora das grades, paralelamente às atitudes tomadas pelos presos.

Mesmo que existessem formas legais que levassem a dizer que Ramos dos Santos seria libertado daqui a uns dias, ele não estava em condições para lá chegar», salientou Silvino Gomes.

Este elemento da SCR disse ainda que o

próximo passo será a apresentação, no prazo de cinco dias, e nos caso de Ramos dos Santos concordar, do recurso ao Supremo Tribunal de Justiça.

«Os presos continuam atentos e não dão por terminada toda esta luta. Eles aguardam a evolução de todo o processo cá fora e se verificarem que todo o movimento volta a cair, eles retomam outras formas de luta. Não vou dizer que eles façam novamente greve de fome, porque é uma atitude muito séria, que só eles podem assumir», acrescentou Silvino Gomes.

Com o objectivo de conseguir libertar Ramos

dos Santos, a SCR diz continuar a sensibilizar as entidades competentes, para a resolução deste caso.

A Sociedade Pró-Amnistia a Presidência da República, Otelo Saraiva de Carvalho e os restantes implicados neste caso que já libertados, foram alvo de críticas por parte de Silvino Gomes «Não houve qualquer apoio ou compreensão para com Ramos dos Santos», disse, acrescentando que «a única atitude de solidadriedade que se verificou foi por parte do Provedor de Justiça que teve a coragem de dizer que Ramos dos Santos estava a ser vítima de uma ilegalidade», concluiu Silvino Gomes.

Avião francês rastreia crude na Madeira

Uma unidade aérea utiliza raios infravermelhos em busca de manchas ainda não detectadas. Portugal tem três anos para pedir indemnizações

Do nosso enviado especial

O dia 24 de Janeiro de 1990 ficará na história de Porto Santo: o presidente do Governo Regional da Madeira visitou pela primeira vez a ilha, acedendo assim ao convite que o líder socialista local lhe fez para se inteirar do crude que só não invadiu ainda as suas praias desde a Ponta da Calheta à Fonte da Areia porque o tempo e as marés têm ajudado.

Neste momento circunscrito à faixa entre Vila Baleira e o Calhau da Serra de Fora, o crude ameaça as praias de Porto Santo. A dessalinizadora local reentrou ontem em funcionamento e assegura o normal abastecimento de água à população. As Ilhas Desertas estão, praticamente, fora de perigo.

O «Greenpeace» admitiu, entretanto, em Madrid, que o crude que atingiu a costa Nordeste de Porto possa ser



Nem o antigo cal de Porto Santo escapou ao crude que ameaça as suas praias e a principal riqueza da ilha: o turismo

do «Aragón». É também essa a opinião de J. A. Nichols, da P. & I, da organização «Protecção e Indemnizações», que integra a Federação de Associações de Seguros de Tanques Petroleiros (IPTOF). O mesmo pensa Yves Huet, técnico da CEE que acertou

com os comandos navais portugueses plano de combate à «maré negra», elogiando o seu trabalho. As autoridades portuguesas dispõem de três anos para reclamar dos prejuízos provocados pela «maré negra».

As manchas de crude, que na enseada da Serra de Dentro apresentam uma espessura que chega a atingir trinta centímetros (continuando a ser recolhida manualmente), parecem não constituir ameaça para Alberto Jardim, que já fez constar que tomará hoje banho nas suas águas. Mais comedido, o ministro do Ambiente, que também aqui se encontra, admitiu ontem que a costa esteja limpa até ao Verão. Os trabalhos de recuperação não se estão a processar com a celeridade esperada por alguns, apesar da tecnologia utilizada. Há ainda arestas a ajustar - admitiu ao DL um elemento do gabinete coordenador instalado em Porto Santo.

O presidente da Câmara Municipal local, Góis Mendonça, não sabia se tomaria ou não banho com Jardim. O presidente do Governo Regional da Madeira chegou a Porto Santo antes do meio dia, sendo aguardado pelos

membros da autarquia local, delegados do ministro da República e do Executivo da região, comandos militares e capitão do porto, entre outros.

Tome ou não tome banho, Jardim é a figura de hoje em Porto Santo. Antes de aterrar no aeroporto local (em obras de alargamento que a NATO paga), Jardim sobrevoou a zona do crude, como de resto o havia feito no domingo, ao regressar ao Funchal vindo de Lisboa.

Dizia-nos esta manhã o presidente da Câmara que o ataque ao crude não tem sido plenamente conseguido, apesar do equipamento estrangeiro que tem chegado à ilha e do pároco local ter cativado mais de duas centenas de pessoas para a operação. «As eleições já passaram, a política é outra, impõe-se agora é defender a ilha aqui e lá fora, para que os turistas continuem a vir aqui» - foi assim que José Góis Mendonça nos sintetizou a situação.

Jardim insistiu esta manhã, face ao sol que aquece a ilha, em tomar banho - para «pôr cobro a fantasmas», como disse -, ao mesmo tempo que um avião francês, equipado com sistema de infravermelhos, fazia um voo de reconhecimento ao longo da zona marítima mais atingida pela «maré negra» que, entretanto - apurou o DL - passou ao largo das Desertas. «O tempo tem sido o nosso mais leal amigo», afirmou Góis Mendonça, membro do gabinete coordenador que elaborou o plano de combate à «maré negra».

Já passaram as maiores preocupações das autoridades navais quanto à mancha larga que ontem pairava entre as Ilhas Desertas (reserva natural classificada onde vive uma colónia de lobos marinhos) e a Ponta de São Lourenço.

Júlio Rodrigues

SILVA & FEIJÓO, LIMITADA

com sede na Rua dos Bacalhoeiros, 117 e 119, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 6854, no Livro C-18, com o capital social de 120 000\$00, pessoa colectiva com o cartão de identificação 500248117.

Certifico que, por escritura desta data, lavrada de folhas 64v.º a folhas 67v.º do Livro número 259-B das notas do Décimo Sétimo Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do Notário, Licenciado António Manuel Gonçalves Saldanha, foi aumentado o capital social da sociedade em epígrafe de 120 000\$00 para 1 536 000\$00, aumento esse no montante de 1 416 000\$00 realizado pela incorporação no capital de igual montante proveniente da conta de Reservas Livres, tendo sido aumentadas, proporcionalmente aos seus valores nominais, as participações dos sócios.

Que, em consequência do referido aumento de capital, foi alterado o contrato de sociedade no tocante ao artigo quarto, que passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO QUARTO
O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de UM MILHÃO QUINHENTOS E TRINTA E SEIS MIL ESCUDOS e corresponde à soma das seguintes quo-

tas dos sócios: uma do valor nominal de Cento e Vinte e Oito Mil Escudos pertencente a CARLOS JOAQUIM NAVARRO COSTA; uma do valor nominal de Cento e Vinte e Oito Mil Escudos pertencente a MANUEL FERREIRA DE ALMEIDA; uma do valor nominal de Seicentos e Quarenta Mil Escudos pertencente a João Paulo Leandro Feijóo e a Maria João Leandro Feijóo Passos, sem determinação de parte ou direito; e uma do valor nominal de Seicentos e Quarenta Mil Escudos pertencente a ELVIRA BARREIRO DA SILVA LEANDRO, a NUNO MANUEL DA SILVA LEANDRO, a PEDRO MANUEL DA SILVA LEANDRO, a JOSÉ DIAS DA SILVA, na proporção de vinte e um vírgula oitocentos e setenta e cinco por cento aos três primeiros, sem determinação de parte ou direito, seis vírgula vinte e cinco por cento ao último, vinte e um vírgula oitocentos e setenta e cinco por cento ao segundo e cinquenta por cento ao terceiro, pertencendo o usufruto a ELVIRA BARREIRO DA SILVA LEANDRO. ESTÁ CONFORME O ORIGINAL.

17.º Cartório Notarial de Lisboa, 19 de Outubro de 1989

O Primeiro Ajudante do Cartório
Manuel Pereira

«DL» - 24/1/90

TRIBUNAL JUDICIAL DE GUARDA ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da segunda e última publicação do anúncio.

Execução SUMÁRIA n.º 123/88 - 3.ª secção.
Exequentes - Cerâmica Duarte da Mota, Lda.
Executado - Cardoso & Cardoso, António Jorge Cardoso e Abílio Cardoso.

Guarda, 21 de Dezembro de 1989.

O Juiz de Direito, (assinatura ilegível)

A escuritória, (assinatura ilegível)

«DL» 24/1/90 - 2.ª Pub

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 4.º JUÍZO ANÚNCIO

Por este Tribunal correm editos de TRINTA DIAS, que começarão a contar-se da data da publicação do segundo e último anúncio citando a requerida Adelina Borges de Abreu Ferreira que teve a sua última residência conhecida na Rua Leite de Vasconcelos, 74, 3.º Dto. em Lisboa, para no prazo de DEZ DIAS findo o dos editos deduzir oposição ao inventário, impugnar a sua própria legitimidade ou a das outras pessoas citadas e a competência do cabeça de casal, nos Autos de Inventário Facultativo n.º 6081 - Separação de meações, que corre termos neste 4.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa, 3.ª secção em que é requerente Humberto Alves da Fonseca.

Para constar se lavrou este e mais dois de igual teor que vão ser afixados.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1990
O Juiz de Direito
Carlos Marcos Rodrigues
A Escrivã Adjunta
Ana Maria Ferreira

DL - 24/1/90 - 1.ª Pub

Exibicionismo

Da Madeira chega a notícia de que Alberto João Jardim vai hoje banhar-se nas polúnticas águas de Porto Santo. Dos banhos que os crulíticos tomam em público disse-se já o suficiente quando Marcelo Rebelo de Sousa decidiu mergulhar no Tejo. Registe-se, apenas, não ser João Jardim agioirente e não temer futuros insucessos eleitorais. De qualquer modo, o acto do líder madeirense não visa, ao menos no curto prazo, qualquer eleição. Ele mergulha para salvar o turismo. Ele quer que da América à Suécia, da Inglaterra à África do Sul, as televisões mostrem a potenciais turistas o seu corpo incólume à pretidão do crude que a Imprensa teima em manter nas águas de Porto Santo.

Alberto João Jardim é homem de acção. Ele não tem nenhum provador de comida. Prova ele mesmo. Dos farafós e monarcas absolutos ele guarda apenas o gesto, o estilo.

Não manda ninguém atirar-se à água ficando na praia atento aos eventuais efeitos perversos do crude. Atira-se ele mesmo, correndo embora o risco de ser um mártir do turismo.

Nem outra coisa seria de esperar. Ainda ontem, no semanário «O Diabo», ele escrevia algumas recomendações ao seu partido em vista da necessária revitalização. E num dos dez pontos constantes do artigo, advertia ser necessário que as classes médias e as mais desfavorecidas sentissem que algo de concreto nas suas vidas mudou para melhor. O princípio não é novo e o próprio primeiro-ministro parece firmemente disposto a segui-lo -, pois ainda há dias disse na televisão que a «exibição» vai ocupar um pouco mais o Governo.

Estamos pois em plena era do exibicionismo. Mas exibicionismo de graus diversos. No continente, ainda não sabemos bem como vai ser. Na Madeira, o exibicionismo define-se pela positiva mas também pela negativa, isto é, travando qualquer exibição, nomeadamente na RTP, que diminua os efeitos do exibicionismo do chefe.

Ora este exibicionismo de cariz madeirense não está a agradar no continente, a tal ponto que o responsável pela RTP/Madeira acaba de ser chamado a Lisboa para explicar algumas interferências nas comunicações com Lisboa relacionadas com reportagens sobre as praias de Porto Santo, assunto que também já mereceu pedido de inquérito no Parlamento regional.

O crude ganha assim tonalidade política. E, mais do que mártir do turismo, Jardim arrisca-se a ser mártir do exibicionismo.

José Leite Pereira

Gerência da RTP nega interferência

A não transmissão do jornal televisivo «24 Horas» dos dias 18 e 19 deste mês nas regiões autónomas, que incluía uma reportagem sobre o derramamento de crude em Porto Santo, deveu-se «a uma interferência no satélite» e não à posição do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, afirma, questionado pelo «DL», o Conselho de Gerência da Radiotelevisão Portuguesa, E.P.

Segundo os responsáveis por aquela empresa pública, o diferendo que opõe a RTP ao Governo Regional está a ser averiguado, tendo-se no entanto apurado já que «a substituição do jornalista inicialmente enviado a Porto Santo foi devida às suas folgas semanais, findas as quais voltou à mesma reportagem».

Para o apuramento da verdade, a gerência da RTP, «perante as dificuldades de comunicações por satélite entre o Continente e as Regiões Autónomas nos últimos dias

da pasada semana» e as «alegadas interferências do Governo Regional da Madeira junto da RTP-Madeira» chamou a Lisboa o respectivo director.

Apesar de as averiguações prosseguirem, ficou desde já claro, segundo afirmou ao nosso jornal, que «foi da exclusiva iniciativa e responsabilidade do director da RTP-Madeira a não inclusão, no respectivo Telejornal, da resposta dos directores dos canais 1 e 2 às acusações do Presidente do Governo Regional».

A Radiotelevisão sustém que no dia 20 do corrente se mantinham as más condições de transmissão, «o que impediu a transmissão integral do jogo de futebol entre o Vitória de Setúbal e o Sporting».

ATP recorda ainda que as comunicações via satélite «não são serviço próprio da RTP» e que esta não está ainda «completamente esclarecida sobre a origem das deficiências».

QUOTIDIANO

B R E V E S

Machado Macedo reempessado na Ordem dos Médicos

Machado Macedo foi ontem empessado como bastonário da Ordem dos Médicos, iniciando, assim, o cumprimento do segundo mandato à frente daquela instituição.

Na cerimónia realizada no Porto, Machado Macedo afirmou que a Ordem dos Médicos «vai assumir uma atitude de reserva face à política de saúde do Governo, porque não está de acordo com alguns decretos». Adiantou que o diálogo com o novo ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, será o seu «principal propósito».

Sentença de D. Branca foi adiada

A leitura da sentença dos 70 arguidos do «caso dona Branca» foi hoje adiada para data a marcar dentro de 15 dias.

O adiamento deveu-se ao facto de uma das juradas, Maria Feliciano Janeiro, ter dado hoje à luz um rapaz na Maternidade Alfredo da Costa.

Ajuda financeira da CEE para prejuízos das cheias

O ministro português da Agricultura, Arlindo Cunha, solicitou uma ajuda financeira da CEE para a reconstituição de infraestruturas agrícolas destruídas pelas cheias no último trimestre de 1989.

«Vamos ter um mau ano agrícola, não tenho a menor dúvida», disse ontem o ministro, numa apreciação dos prejuízos.

Cavaco Silva faz promessa para próximo ano lectivo

O primeiro ministro disse ser ponto de honra do Governo «que o próximo ano lectivo traga menos ansiedade e incerteza aos estudantes do ensino superior». Cavaco Silva invocou as dificuldades de ingresso, «fruto de erros acumulados no passado e que ainda se repercutem no presente».

O chefe do Governo falava na sessão solene comemorativa do 75º aniversário da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, que se realizou ontem à tarde na Aula Magna da Cidade Universitária.

Quatro anos de prisão para bombeiro pirómano

Um bombeiro, de 24 anos, foi ontem condenado pelo Tribunal de Amares a quatro anos de prisão pelo crime de fogo posto.

Alberto Macedo Antunes encontra-se detido desde o Verão, na cadeia de Braga, altura em que confessou ser autor de três incêndios.

Médicos requerem revisão de lei das carreiras

A revisão imediata do decreto-lei das carreiras médicas foi ontem defendida em comunicado pelo conselho executivo da Ordem dos Médicos.

O documento salienta que o referido diploma «foi aprovado sem audiência da Ordem e sem prévia definição da lei de bases do sistema de saúde».

Jovens advogados detidos em processo de droga

Dois jovens estagiários de advocacia encontram-se entre os cinco suspeitos de participação numa rede de tráfico de droga que a Polícia Judiciária deteve segunda-feira, depois de investigações levadas a efeito ao longo de alguns meses.

Com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos, todos do sexo masculino, os suspeitos tinham na sua posse 610 gramas de heroína, largas dezenas de milhares de contos, três pistolas e seis automóveis das marcas Porsche, Mercedes, BMW, Fiat, Regata, Lância e Rover, utilizados na comercialização do estupefaciente.

As capturas foram efectuadas na zona da Praça de Londres, em Lisboa, bem como na periferia da capital, em Sete Casas e Loures, numa operação simultânea que envolveu 15 elementos da PJ.

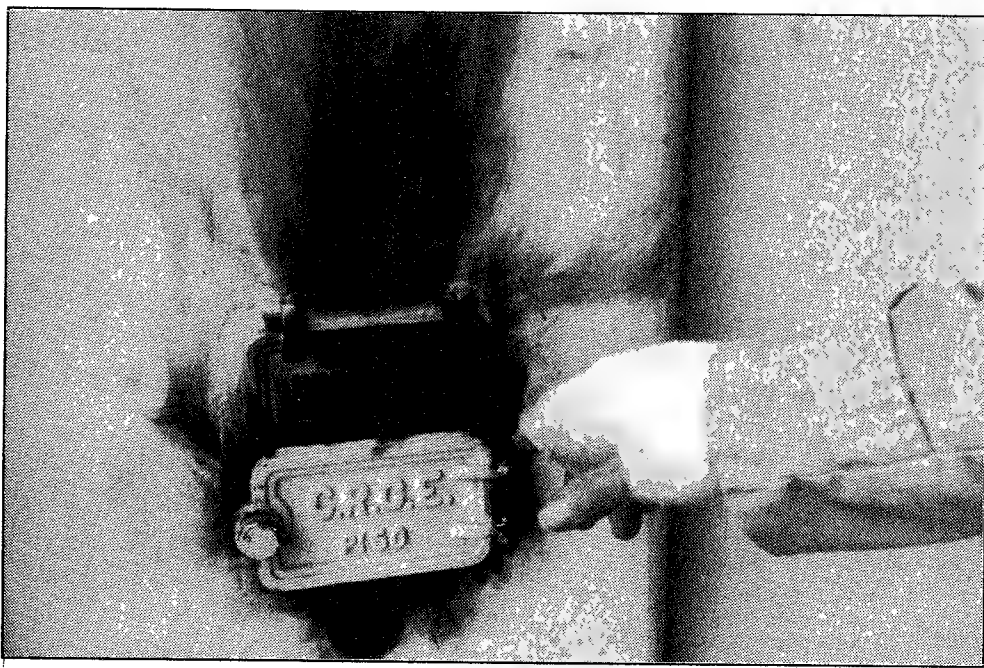
Quatro dos detidos foram ontem presentes ao Tribunal de Instrução Criminal que confirmou as prisões e as manteve sem admissão de caução. O quinto detido é hoje apresentado aos mesmos magistrados. A PJ informou que o grupo era chefiado por um indivíduo de apelido Dias, que se deslocava com frequência à Holanda, onde adquiria a droga comercializada em Portugal.

Portinhola da EDP rebenta em Lisboa

A portinhola da EDP, do edifício 165 da Rua da Escola Politécnica, rebentou ontem à tarde, provocando um ferido ligeiro. Trata-se do senhor Manuel António Cantador Ricardo que foi atingido na mão direita com pequenas queimaduras. «Ia a passar aqui na entrada quando a caixa explodiu e me apanhou a mão». Esta a versão de Manuel António, que se encontra a trabalhar nas obras daquele edifício.

Contactada, esta manhã, pelo «DL» a EDP informou que a explosão da portinhola daquele edifício teve como origem um curto circuito. «Um indivíduo não identificado, electricista, estava a efectuar um trabalho para um dos inquilinos do prédio e foi mexer na portinhola, rebentando o selo. Ao substituir um fusível provocou o curto circuito» - disse-nos uma fonte da EDP.

Entretanto, ontem, um trabalhador da EDP ficou gravemente queimado num



Manuel António aponta a portinhola que rebentou, causando-lhe ferimentos

acidente eléctrico ocorrido na subestação de Setúbal. A vítima Manuel Henriques, de 60 anos, recolheu ao Hospital de S. José e o seu estado

inspira cuidados. O acidente que acabou por provocar uma interrupção de fornecimento, de cerca de meia hora, nos concelhos de Setúbal e Moita,

teve origem num erro de identificação de equipamento - diz um comunicado do Gabinete de Informação da EDP, divulgado ontem.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
DIRECÇÃO - GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

AVISO

Nos termos da lei está a decorrer, até 28 de Fevereiro, o prazo de entrega da Declaração de Rendimentos - IRS, Modelo 1, referente aos rendimentos do trabalho dependente (categoria A) e/ ou de pensões (categoria H).

Conforme tem sido repetidamente divulgado, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos assegura a **distribuição gratuita** a todos os interessados da referida declaração, bastando para o efeito solicitá-la junto dos numerosos postos de distribuição das declarações:

- Repartições de Finanças
- Tesourarias da Fazenda Pública
- Serviços de Apoio ao Contribuinte
- Balcões dos CTT (Correios e Telecomunicações de Portugal)
- Balcões do Banco Pinto e Sotto Mayor
- Balcões do Banco Português do Atlântico
- Postos Especiais de Lisboa e Porto:

Caravanas, Carrinhas, Pavilhões e alguns Centros Comerciais

Tendo chegado ao conhecimento desta Direcção-Geral que a citada Declaração de Rendimentos - IRS - Modelo 1 está a ser vendida aos balcões de entidades privadas, alerta-se o público contribuinte para o facto do Governo ter assumido, no âmbito da Reforma Fiscal em curso, a sua **distribuição gratuita**, pelo que a mesma poderá ser procurada nos referidos postos.

Lisboa, 19 de Janeiro de 1990

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos



A Associação de Economistas promoveu um debate sobre a CEE, o Leste Europeu e as perspectivas portuguesas. Do que se disse, um alerta: temos de mudar de vida; o que se passa a Leste é um sinal e só ganharão os países que souberem interpretar o que se passa

O futuro é imprevisível

O futuro é imprevisível e, para já, torna-se necessário que os países do Leste europeu alterem a actual política de preços, forma que conduzirá a uma abertura da economia de mercado. Este foi o ponto-chave e a questão mais em foco ontem à noite, durante o colóquio/debate promovido pela Associação Portuguesa de Economistas (APEEC).

Contando, à partida, com a presença, na mesa, de Vítor Constâncio, Silva Lopes e João Salgueiro, o debate ficou mais pobre, por ausência deste, o possível contraponto aos dois primeiros.

Sob a presidência de Manuela Morgado e com a moderação do jornalista Nicolau Santos, o debate centrou-se no tema «CEE e Leste: balanço e perspectivas para Portugal». Falou-se muito do países de Leste, menos de Portugal, apesar de ter estado sempre presente, no espírito das cerca de 200 pessoas participantes, o problema nacional que será o da correlação de forças económicas entre os dois blocos.

Se estava prevista a apresentação de reflexões sobre o balanço da adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia e sobre os desafios que a actual situação político-económica do Leste pode trazer para a economia ocidental, em geral, e para a nacional, em particular, sobre isso pouco foi adiantado, salvo as referências ao que será a futura emigração e as consequências que advirão da abertura de fronteiras comunitárias a outros povos.

Os intervenientes, reportando-se a experiências vividas no local, em deslocações a alguns países socialistas e, com base em estudos e relatórios internacionais, traçaram panoramas sectoriais para, a partir deles, concluir que ainda há muito por fazer.

«Não há conceitos de concorrência, o que é indispensável para uma, o que é indispensável para uma, o que é indispensável para uma», lembrou Silva Lopes, ao falar do Leste europeu e dando como exemplo a Polónia, onde a taxa de inflação é de mil por cento ao ano, «o que não permite planificar a economia de mercado» e disse ser necessário motivar a procura, por haver grande quantidade de dinheiro acumulado.

Irreversibilidade

No Leste europeu, segundo Vítor Constâncio, vive-se um clima de irreversibilidade. É o fim da doutrina de Brejnev, é o ponto final na colapso da operação operacional do Pacto de Varsóvia e o colapso do modelo de planificação central, na teoria e na prática.

Mas, lembrou, «ninguém disse, na União Soviética, qual o modelo de economia para que



Uma sala repleta de interessados



Silva Lopes entre os assistentes

querem caminhar» e acrescentou ser difícil inventar uma classe empresarial no actual regime. «Infelizmente Gorbachev não é economista - salientou Vítor Constâncio - pelo que não compreende quais as reformas concretas a empreender». Coube aqui uma referência aos fundamentos das reformas empreendidas que não são aplicáveis na concretização do programa do dirigente soviético.

Ponto de vista, nas intervenções de Vítor Constâncio e de Silva Lopes, é que qualquer abalo social ou económico, na União Soviética, causa problemas internacionais, de que são exemplo o que se passa com as bolsas de Tóquio ou Nova Iorque, ou de uma descida do dólar e do marco.

Quanto a Silva Lopes, considerou que a «democratização política traz consigo a procura de mais bens». Motivar a procura é necessário, até por haver, nos países de Leste, muito dinheiro, já que as pessoas não têm onde o gastar. A poupança é forçada, disse, dando como exemplo as permanentes e sempre faladas filas para aquisição de produtos, ou as listas de espera, durante anos, para compra de certos bens. Ainda segundo o conselheiro do Banco Mundial, «a inflação actual é devida à maior oferta de produtos, postos no mercado».

Perspectivas

O parecer dos dois eco-

nomistas, aceite pelos participantes no debate, é que se torna necessária, nos países de Leste, «a reconversão da indústria para novas tecnologias», o que implicará o encerramento de certas fábricas, com o consequente desemprego, «fenómeno de que o Poder tem medo».

Aquelas economias continuarão a ser um desastre durante alguns anos, afirmou Silva Lopes, para quem a RDA e a Checoslováquia constituíram possível excepção. O que acontece agora, naquela parte da Europa, foi comparado com o que se passou no Ocidente, depois da II Guerra Mundial. «Ultrapassada a crise, dentro de oito ou dez anos, haverá uma explosão espectacular», acrescentou.

Quanto à CEE, que aponta as baterias para o Leste, encontra-se a atravessar uma fase de problemas. O seu reforço ou enfraquecimento depende, no entendimento de ambos os intervenientes, da possível reunificação das duas Alemanhas.

União Económica e Monetária e o Sistema Monetário Europeu foram alvo de referência. «Podemos pensar no SME sem a libra, mas nunca sem o marco», disse Silva Lopes.

Quanto a Vítor Constâncio, considera que, no centro de qualquer previsão, quanto à CEE, está a questão alemã. «A unificação económica vai dar-se, independentemente do sistema político que as Alemanhas seguirem», acrescentou.

Este tema está mesmo a ser

analisado em profundidade por Bona, que afirma, para que não haja ilusões, que é muito mais fácil fazer chegar um marco à RDA que a Portugal. Como conclusão, adiantou que «se a Europa não encontrar caminho para apoiar essa reunificação ela dar-se-á na mesma, mas à custa da CEE».

Que futuro?

«Mais importante que fazeremos, importa saber o que queremos». Com esta afirmação Vítor Constâncio deu o mote para a questão dos objectivos do Mercado Único, considerandos de grande importância para os países de Leste. E lembrou que «a grande ameaça económica não vem da Alemanha, mas do Japão».

Uma possível solução? A ajuda substancial ao Leste europeu, um «novo Plano Marshall» no fim do século. Referência para a linha defendida por Jacques Delors, contrária a uma Europa do Atlântico aos Urales. Segundo foi afirmado, preconiza o alargamento do espaço económico europeu em círculos, o primeiro dos quais passa pelos acordos entre CEE e EFTA e a criação do chamado Espaço Económico Europeu (EEE).

O segundo círculo seria o alargamento a países de Leste numa fase mais avançada de mudança e o terceiro a países com quem a Comunidade tenha firmado acordos. Vítor Constâncio lembrou que «no Leste há países com diferendos

entre si, o que aponta para uma preferência de negociações com a CEE e a uma tendência de alargamento para este lado».

Situação portuguesa

Portugal não deverá sentir, nos próximos dois ou três anos, os resultados das negociações que estão em curso, segundo pensa Silva Lopes; porém, acrescentou que, a médio prazo, não deixará de haver problemas, pois os investimentos comunitários e outros podem «fugir» para Leste, se ali forem criadas condições favoráveis.

De novo a afirmação de um banqueiro alemão ocidental de que é mais fácil encaminhar um marco para Portugal. «O nosso país irá perder nos auxílios financeiros», disse Silva Lopes.

Quanto a Vítor Constâncio disse que Portugal não pode pensar que o crescimento económico continue a ser feito à custa de baixos salários e com altas taxas de inflação. «Devemos ter taxas de juro mais elevadas que lá fora», afirmou.

Depois o alerta: «Temos de mudar de vida e o que se passa a Leste é um sinal. Só ganharão, a prazo, os países que souberem interpretar o que se passa e seguir a evolução das reformas», acrescentou Vítor Constâncio.

No seu entender um sistema de câmbios fixos e uma geometria variável serão prejudiciais. Quanto às indústrias tradicionais, não estão ameaçadas pela concorrência dos países socialistas, mas sim pela que vem de Marrocos, Filipinas ou China.

Isso mesmo salientou Silva Lopes, que disse que, «do Leste, a ameaça que vem é para as indústrias em que nos queremos lançar agora». A defesa dos interesses portugueses não deverá passar, no seu entender, pelo «Bloco Latino» preconizado pela França. «Portugal terá de reforçar outras relações, nomeadamente com a Alemanha reunificada».

Finalmente a diferença de conceitos entre Silva Lopes e Vítor Constâncio, salientada pelo primeiro. Segundo disse, a sua perspectiva é de que não haverá desinflação até 1994, «dada a situação em que nos encontramos».

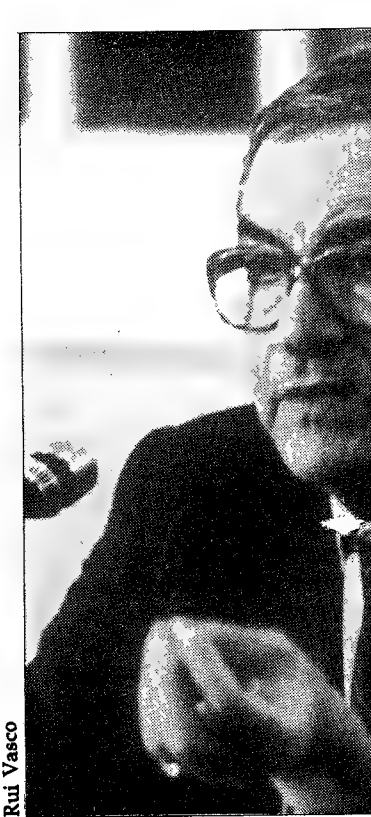
E lembrou existir «uma taxa de poupança familiar que é baixa, ao contrário do que se diz, e temos uma taxa de poupança, nas empresas, que não é estável, sob o ponto de vista social». Garantiu considerar «que desinflacionar em quatro anos é impossível».

As intervenções que se seguiram, mais pedidos de esclarecimento que propriamente debate, mostraram que os economistas presentes estão, na realidade, preocupados é com o problema nacional e isso fizeram sentir no que disseram.

Almeida Henriques



Vítor Constâncio: «Gorbachev»



Silva Lopes: «Dentro de dez anos haverá uma explosão espectacular»

COMENTÁRIO

Contradição absurda

As mudanças nos países do «socialismo real» e as reorientações estratégicas a que obrigam na Europa promovem uma catadupa de debates, em regra interessantíssimos e felizmente contraditórios, em que avulta um traço comum pressentido, mais que explícito, porque é dilacerante assumi-lo em público: nota-se um esforço íntimo para não contrapor às saudadas transformações no Leste a saudade de um antigo *statu quo*. Em falando-se de CEE, e de Portugal nela, a defesa do interesse nacional vai de par com a irreprimível verificação de que ainda há bem pouco tempo as coisas nos corriam de outro jeito, bem mais agradável: as «ameaças» de alargamento eram remotas, turcas e marroquinas, nada desta avalanche de potenciais candidatos à integração. O anti-europeísmo de direita e de esquerda rejubila; a condição periférica de Portugal e a força centrípeta do Estado espanhol revigoram os «independentistas». Havendo mais bocas a comer, repetem outros, menor será o quinhão ao alcance de cada uma delas - frase preferida dos que defendem para o País o estatuto de suplicante europeu.

Não por acaso, o contraponto ao festejo da *perestroika*, e suas consequências na União Soviética e imediações, tem sido um reflexo pragmático, em si mesmo legítimo, porém eivado, como é próprio do pragmatismo, de uma secundarização de valores relativamente aos interesses - os valores da solidariedade, europeia na circunstância, e os interesses nacionais, com o que, do mesmo passo, se inventa uma contradição absurda. O colóquio promovido pela Associação de Economistas Portugueses teve o mérito de evidenciar a indispensabilidade de uma Comunidade Económica Europeia coesa para a defesa consequente do interesse nacional português, desde que a nova situação criada pelas transformações a Leste, em vez de alimentar receios paralisantes, constitua ponto de partida para opções que já antes se impunham - por exemplo, a adopção de uma nova estratégia de desenvolvimento industrial. E nos leve a substituir a posição preferencial de rece-pteores que temos assumido na CEE por outra que não minimize o nosso contributo possível para a edificação da Europa.

Infelizmente, concentramos as preocupações na prevista redução do investimento e do montante dos fundos comunitários que nos toca, em prejuízo de concebemos uma actuação dinâmica nos novos mercados que se abrem. E tão arreigada se encontra entre nós esta propensão para a passividade, mesmo entre economistas, que o colóquio da APEC, concorridíssimo, terminou sem que - notou-o expressamente Vítor Constâncio - se tivesse falado nas perspectivas que a Portugal se deparam de investir nos países de Leste.



João Paulo de Oliveira



Vítor Constâncio, Nicolau Santos, Manuela Morgado e Silva Lopes: a mesa do debate

Manuela Morgado satisfeita com iniciativa da APEC

Pessoa visivelmente entusiasmada com a iniciativa da «sua» Associação Portuguesa de Economistas, Manuela Morgado, logo em início de conversa, com o «DL», disse ser «patente existir um interesse muito grande, por parte das pessoas, na discussão destes problemas, que até aqui têm sido encarados muito em termos políticos e não em termos económicos, com a acutlância que deveria existir».

Como fez questão de realçar, «há muitas posições de princípio, todas as pessoas dizem que não é possível fazer previsões, guiam-se muito pelo instinto e uma discussão a sério, baseada em números, procurando ver o tipo de relação com os países europeus do Comecon, não tem sido feita com frequência».

O interesse, conforme disse, está em saber como desmanchar o «nó górdio» comercial entre os países europeus do Comecon em favor de uma redistribuição do comércio na Europa. «É bom não esquecer que ultrapassa os 60 por cento o comércio feito com esses países», disse Manuela Morgado. Mas lembrou que «só que a própria estrutura desse comércio é tal que assenta no facto da União Soviética exportar petróleo e minerais para os países do Comecon e, por sua vez, receber máquinas e equipamentos».

Para a União Soviética, acrescentou, não será difícil continuar a assegurar o seu nível de comércio internacional, fazendo uma transferência das exportações. A haver problemas, surgirão a nível da qualidade, pois que há essa falta de qualidade mesmo nos restantes países do Comecon que exportam para a URSS e que têm bens de equipamento e maquinarias.

Mudar para melhor

Manuela Morgado acrescentou que, «quando começaram a dar-se as mudanças como as que se estão a verificar, estava em curso um plano, entre os países do Comecon, para melhorar a qualidade de produção».

Foi um facto de que os dirigentes se aperceberam e tornou-se forçoso resolver tal deficiência, «para conseguirem passar de um mercado localizado, interno, para poderem abrir novas fronteiras», acrescentou Manuela Morgado, que não deixou de referir que «uma das coisas que não foi dita aqui é que essas economias, sobretudo a da Hungria e a da Checoslováquia, não são tão fechadas como isso. Em alguns países, salvo a Polónia, onde há uma situação diferenciada, a percentagem de exportações do produto anda à volta dos 30 ou 40 por cento».

No seu entender, a dificuldade não irá ser



Rui Vasco

Manuela Morgado: «Estas questões devem ser debatidas com acutlância»

tão grande para a União Soviética como será para as restantes economias que precisam de ter qualidade suficiente para poderem exportar para os restantes países europeus. «Mas, aí, irão funcionar outros factores, nomeadamente esses países assegurarem o investimento das restantes nações ocidentais e assegurarem os investimentos nos países do Comecon».

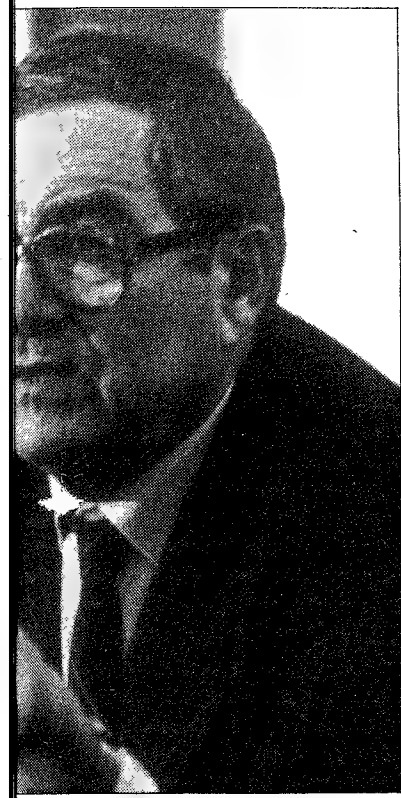
A opinião expressa por Manuela Morgado ao «DL» é que tal poderá ajudar a que acabem por aceitar determinadas exportações ou que procurem, *in loco*, investir em unidades ou mesmo ajudar a reconversão de outras ou penetrarem em algumas empresas locais o que, a partir daí, os levaria a melhorar a qualidade e a assegurar a reconversão do comércio.

«A grande incógnita é, de facto, a União Soviética, disse também. Mesmo que se pense na Europa económica do Atlântico aos Urais, esses países ainda estão muito longe, até por causa destas turbulências internas, de se aproximarem de uma economia de mercado».

Como conclusão, considera que a melhoria terá de ser feita por esses países -- «e estão interessados em fazê-la» -- antes de abrirem as fronteiras e de se sujeitarem a ver os seus preços relativos, em termos internacionais, cotados de forma a favorecê-los. «Penso que esses países não terão interesse numa abertura imediata», concluiu Manuela Morgado.

A.H.

batchev não é um economista»



CONCESSIONÁRIOS

AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA



(R)

Auto Monumental do Alentejo S.A.



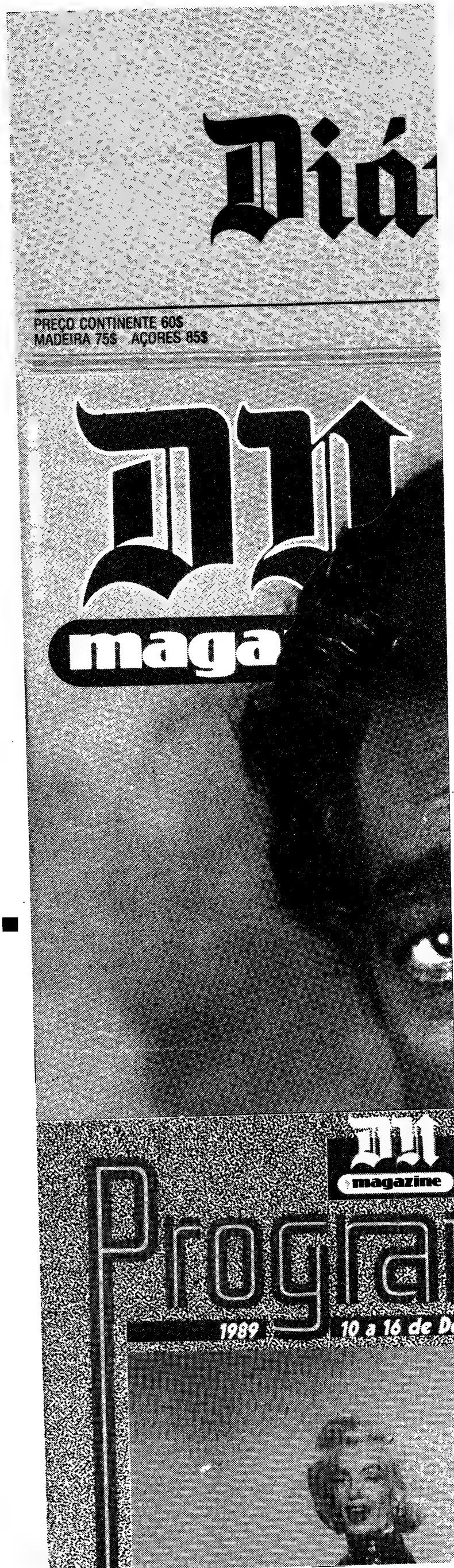
DN Magazine. Mais uma razão para gostar do Domingo.

É verdade. O DN Magazine traz agora novos temas,
mais páginas e um visual mais atraente.
Além disso, esta oferta semanal
do Diário de Notícias
inclui também PROGRAMAS,
uma nova revista de bolso.
Você fica a par de tudo
sobre televisão, rádio e espectáculos.
Neste domingo, veja as novidades do DN Magazine
e consulte durante toda a semana
a nova revista PROGRAMAS.
Você vai descobrir
que este anúncio lhe trouxe uma boa notícia...
do sempre renovado "Diário de Notícias".



Temas e temas.
PROGRAMAS à parte.

ANTENA/BBDO



ECONOMIA

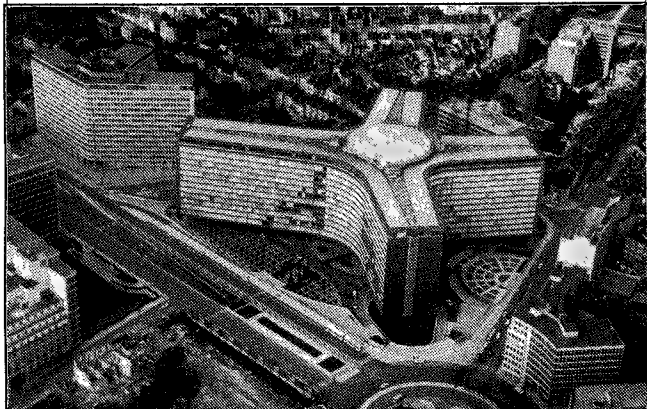
Portugal está contra exportação de «vacas doidas» britânicas

Do nosso correspondente em Bruxelas

Portugal, Espanha e Itália votaram ontem contra uma proposta da Comissão europeia que permite ao Reino Unido a exportação de gado bovino até seis meses de idade. Naquele país grassa uma epidemia de encefalopatia espongiosa bovina, vulgarmente designada pela doença das «vacas doidas», que se declara aos seis meses de idade.

A proposta da Comissão estabelece que a exportação deve ocorrer com animais destinados a abate no país importador, antes de completados os seis meses de idade.

O ministro da Agricultura expressou a convicção de que se iria permitir um jogo de alto risco, em virtude de ser extremamente difícil controlar-se os animais entrados em qualquer país são, efectivamente, abatidos antes de completados os seis meses. Embora sem o manifestar



Ninguém quer as vacas inglesas

publicamente, sabe-se que o governo português está disposto a desaconselhar a importação de vacas originárias do Reino Unido. Aliás, segundo Arlindo Cunha, a proposta é pouco compreensível, atendendo a que Portugal está privado da exportação de gado suíno devido à peste africana. Portanto, não faz sentido que o Reino Unido não seja igualmente penalizado.

A doença das «vacas doidas» declara-se aos seis meses de idade, quando os

animais começam a rodopiar sobre si mesmos, acabando por sucumbir.

Calamidade Inquantificável

O ministro português tomou a iniciativa de propor no Conselho da Agricultura, em Bruxelas, que a Comissão europeia cofinancie a reconstrução do aparelho produtivo agrícola, afectado pelas intempéries registadas no último trimestre de 1989.

Arlindo Cunha recusou-se a quantificar os prejuízos

estimados pelos técnicos portugueses, afirmando que um documento sobre o assunto será apresentado, ainda esta semana, à Comissão. Devido à insistência do «DL», o ministro considerou-os graves, acrescentando apenas que seria necessário reconstruir carvalhos, desassorear várzeas, acorrer aos pequenos e médios agricultores que viram o fruto do seu trabalho completamente perdido. «Vamos ter um mau ano agrícola» - disse o titular da pasta da Agricultura e Pescas, salientando os casos dos produtores das regiões de Trás-os-Montes, Beira Interior e do Algarve. A Espanha aliou-se a Portugal, pedindo igualmente auxílio para os prejuízos provocados pelo mau tempo. Registe-se, a propósito, que as verbas destinadas a acorrer a calamidades são geridas pela própria Comissão europeia, que aguarda agora a relação proveniente dos dois países ibéricos.

José Rui Cunha

B R E V E S

Utilidades domésticas mostram-se na RFA

Onze empresas portuguesas vão testar as suas possibilidades no mercado mundial da técnica doméstica, apresentando na Alemanha Federal pequenos electrodomésticos, radiadores, frigoríficos, cozinhas e outras utilidades.

Trata-se da presença na Feira Internacional de Electrodomésticos, um dos principais certames mundiais da especialidade, que reunirá a oferta de 1100 empresas. Pela primeira vez estarão presentes a República Popular da China, a Colômbia, a Malásia, a Síria e a Tunísia.

Para se aquilatar da concorrência que Portugal tem de suportar nesta área refere-se que a Itália estará presente com 242 empresas, a Grã-Bretanha com 79, a França com 57 e a Espanha com 43.

Investir no estrangeiro

A Associação dos Sócios de Clubes de Investidores (ASSOCI) informou que estes grupos podem aplicar, desde o princípio do ano, fundos directamente no estrangeiro, até ao máximo de 10 por cento das suas carteiras anuais.

As aplicações dos sócios dos clubes de investidores nacionais, na qualidade de pequenos investidores individuais, em títulos estrangeiros, podem atingir um máximo de 4 mil contos anuais, segundo disse a ASSOCI. Nandim de Carvalho, seu presidente, congratulou-se com a adopção destas medidas.

Egor em crescimento

A Egor Portugal, que actua na área da consultadoria em investimentos humanos, registou um volume de negócios, em 1989, de 390 mil contos, o que corresponde a um aumento de 90 por cento em relação ao ano anterior, prevendo facturar, em 1990, mais de meio milhão de contos, para o que aposta na diversificação da actividade.

PROGRAMA DE INSERÇÃO DE JOVENS NA VIDA PROFISSIONAL

NOTA: Em 1989, as empresas participantes no IJOVIP optaram por integrar nos seus quadros mais de 60% dos jovens a quem deram formação profissional.

LISTA DAS EMPRESAS QUE NO ANO 2000 SUBSISTIRÃO SEM PESSOAL QUALIFICADO*

*PREVISÃO

Se há previsões fáceis de fazer, esta é uma delas. Portanto, Sr. empresário, já sabe o que tem a fazer: promova a formação profissional do seu pessoal. É fácil atingir esse objectivo! Basta aliar a sua iniciativa ao dinamismo do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Porque o I.E.F.P. promove,

visam a formação, a informação e a orientação profissional, a reabilitação e a colocação de trabalhadores. Não hesite. É do futuro da sua empresa que estamos a falar. Contacte os Centros de Emprego do I.E.F.P. Eles existem para o apoiar.

IJoViP/90

Sr. Empresário

Participe no emprego e formação de jovens e obtenha os benefícios directos e indirectos dessa colaboração. O programa tem a duração de 9 meses e o IEFP comparticipa:
nos custos de formação a 100%
no subsídio diário em cerca de 80%.

Inscrições de 16 de Janeiro a 9 de Fevereiro.

Candidate-se a este programa no

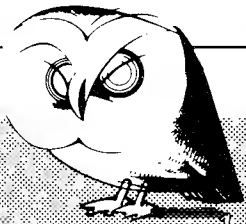
CENTRO DE EMPREGO

da área de localização da empresa.



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CULTURA



olhar de mocho

Maré negra

Ao que parece, a «Primeira Página» tornou-se numa coutada do senhor Henrique Garcia. A emissão, de razoáveis tradições políticas de debate, de discussão, de diálogo, terá sido entregue ao mencionado jornalista da RTP, para que seja ele, doravante, a gerir um espaço que já foi conquista das gentes de ideias e de artes. Ontem, o Jornal das 9 noticiou, com relevo mas marginalmente, o magno problema da liberdade de Imprensa que está em vias de mutações em direcção ao controlo pelas altas autoridades - quando a liberdade começa a ser tutelada, a maré negra não costuma andar longe -, mas no programa da «Primeira Página», o feitor do Governo decidiu-se pelo crúde da Madeira. Fica-se com a impressão de que lhes saiu (lhes são o feitor, os xerifes e os do servilismo ideológico) a sorte grande: em vez de proporem diálogo e discussão, impingem-nos um desastre ecológico. Ainda por cima requeitado e com sinais evidentes de bolor. Aconteceu a desgraça da maré negra na Região Autónoma. Se o meu cronómetro não se enganou, cerca de 75 por cento do tempo útil da emissão, consistiu em adágios e minuetes sobre o tema «não temos meios adequados para enfrentar desgraças destas». Haverá algum nacional que ainda não saiba? Nem estas desgraças de que não somos culpados nem outras de que já somos réus convictos e condenados pela opinião pública.

Precisaríamos, acaso, de dar tempo de antena a almirantes, biólogos e directores-gerais para ficarmos a saber que quando a desgraça nos bate à porta só nos resta estender a mão e pedir esmola à «cooperação internacional»?

Se todos os analfabetos da zona rural de Sintra já sabem não existirem meios para fornecer água potável às populações, esperaria alguém que a nossa Marinha tivesse couraçados e torpedeiros para combater os cruéis dos Aragões?

Acabou o programa e ficámos a saber o quê? A seguirmos nesta linha inteligente de jornalismo garciniano, ainda nos arriscamos a ter na rifa da próxima semana, uma reportagem sobre o terramoto de 1755 com analistas a concluir, doutamente, não termos meios para prever as fissuras das placas terrestres.

Confesso que estava à espera de um debate sobre as águas e as marés por onde tem agora de navegar a nossa liberdade de Imprensa. Reconheço ter errado o palpite, mais cautelosa em branco, menos cautelosa em branco, não é por aí que vou à falência. Mas já não fico indiferente quando começo a ouvir que uma alta autoridade iniciou declarações de amor às questões da Imprensa. A exegese mais benigna destes fenómenos é a que a explica por uma carência de sátira - precisam de reinar aos *cow-boys* e a Imprensa é o brinquedo mais apetecido. Mas a exegese mais fundamentada em fenómenos históricos já começa a sentir vertigens - os fundamentalismos, os pesados e os suaves e de brandos costumes começam sempre por domesticar a liberdade de expressão.



José S. Monteiro

Cartaz para o "Trophée Lancôme"

Pedro Magalhães o primeiro premiado

Com vista à divulgação do torneio de golfe "Trophée Lancôme", cuja final se vai realizar, em meados de Junho, no Algarve, os finalistas do curso de design gráfico do IADE participaram num concurso para eleger o melhor cartaz.

O júri apreciou as propostas, cerca de 80, tendo atribuído o primeiro prémio, no valor de 250 contos, a Pedro Magalhães.

Este jovem, de 21 anos, concebeu um cartaz muito simples, em que o desenho, de linhas estilizadas, se insinua sobre um fundo branco.

"Tentei tirar-lhe todo o picado, deixá-lo o mais despojado possível. Não gosto dos cartazes muito sobrecargados que andam por aí."

Efectivamente, na actualidade, os conceitos artísticos, veiculados pela publicidade, mudaram radi-

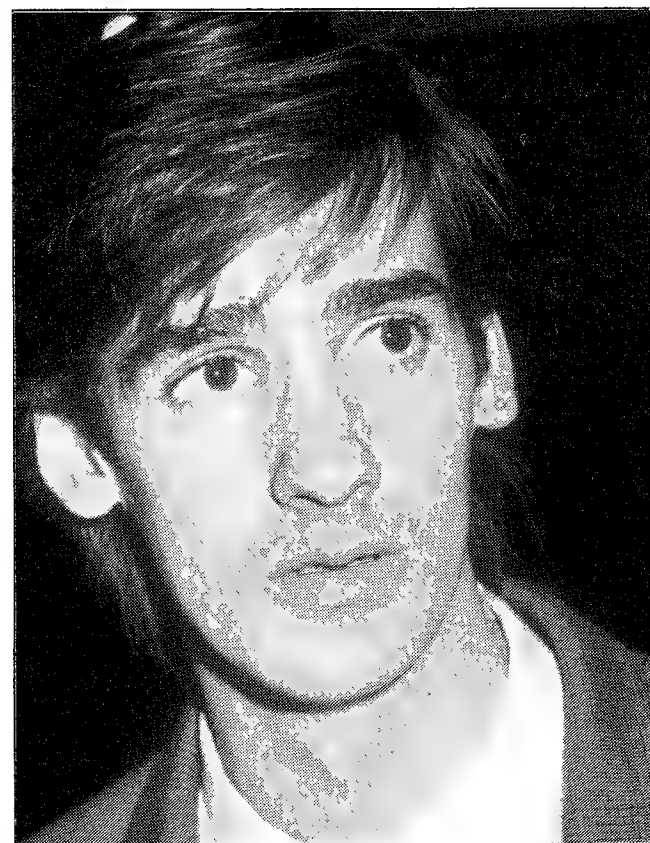
calmente. Um cartaz é o resultado de uma equilibrada comunhão de três elementos básicos: imagem, desenho e qualidade de impressão.

Quanto à mensagem implícita, convém que não seja demasiado óbvia, embora, como afirma Pedro Magalhães, tenha de "corresponder ao pedido". Mas o que realmente o atrai, no plano gráfico, é a feita de capas para livros e discos, área que lhe permite maior liberdade criativa.

Admite as influências de Miró, de resto reconhecíveis, no cartaz premiado, e ainda da banda desenhada. "Sou, um fervoroso admirador da escola belga, em especial de Moebius."

Entre os cartazes que, neste momento, se encontram nas ruas de Lisboa, distingue o da Intersindical.

Aquele da criança que ordena com firmeza: "Sindicalizem-se."



Pedro Magalhães: "Tenho influências de Miró"

Teatro no Porto

Faltam actores espaços e dinheiro

«A falta de actores, de palcos e de verbas necessárias para levar avante projectos de criação teatral são as batalhas diárias que as companhias de teatro do Porto vêm travando nos últimos anos» - escreve Susana Carvalho, jornalista da Agência Lusa, na introdução de um trabalho distribuído recentemente e no qual, através dos depoimentos de figuras ligadas à actividade teatral, se acaba por concluir que, apesar das dificuldades, do desânimo e do sentimento de "travessia do deserto" vivido pelos grupos de teatro, «a magia do palco impele os actores do Porto a elaborarem projectos e programações anuais, digressões e patrocínios de escolas de expressão dramática».

Susana de Carvalho ouviu atentamente actores, encenadores, dirigentes de grupos teatrais e de outras colectividades que também incluem o teatro nas suas actividades regulares.

«Quem faz teatro no Porto actualmente, ou tem família rica ou é louco» - diz por exemplo José Cayolla, um homem desde sempre ligado

à actividade teatral, quer como encenador, quer como professor, acrescentando «viverem os actores situações de duplo emprego e trabalham em regime semiamador».

A solução apresentada recentemente pela Secretaria de Estado da Cultura aos problemas do teatro na "cidade invicta" é entendida pelos grupos como sendo "transitória", mas demonstra de alguma «abertura e interesse» pela actividade teatral que por lá se vai fazendo - escreve ainda Susana Carvalho, especificando:

«A SEC decidiu atribuir um subsídio anual variável entre 9 mil e 13 mil contos a cada uma das três companhias sediadas no Porto - Comediantes, TEAR e Seiva Trupe - para a produção de dois espectáculos a estrear um no espaço próprio de cada grupo e um outro no Auditório Nacional de Carlos Alberto». A propósito, o actor António Capelo diria que «ganhamos uma batalha, mas ainda não ganhámos a guerra», ao passo que José Honório, da direcção do Círculo de Cultura Teatral, considera que tal atitude

constitui um «presente envenenado» oferecido aos grupos, dado não terem estruturas para aguentar a montagem de espectáculos numa sala como é o "Carlos Alberto".

O Teatro Experimental do Porto (TEP), o grupo mais antigo, foi excluído naquela proposta da SEC, tendo José Honório classificado esta atitude como «inexplicável».

As companhias, tanto as contempladas com a proposta da SEC como as mais pequenas, são unânimes em considerar que a falta de espaços é um problema grave a resolver, sob pena de o teatro caminhar pouco a pouco para o seu desaparecimento.

E depois de registar, ainda, mais alguns depoimentos relativos a projectos imediatos dos grupos portuenses, Susana Carvalho termina a sua peça afirmando que «O teatro no Porto, através da energia e qualidade dos grupos que "subsistem", espera saltar para as luzes da ribalta, depois de avistar, neste período de viragem de década, uma luz no fundo do túnel, convictos de que dias melhores os esperam».

RTP continua a transmitir vídeos estrangeiros

A RTP vai continuar a transmitir vídeos musicais estrangeiros, independentemente do "aviso" da Associação Fonográfica Portuguesa (AFP) quanto à inexistência para 1990 de um contrato de direitos de autor.

Os programas "Haja Música" e "Via Rápida" ignoraram a advertência da AFP transmitindo vídeos estrangeiros, enquanto o "Vivamúsica" transmitiu, no último sábado, um programa só de música portuguesa, gravado antes do diferendo entra a AFP e a RTP.

Há uma semana, a Associação Fonográfica Portuguesa deu instruções às editoras discográficas suas associadas para não fornecerem vídeos estrangeiros à RTP alegando a inexistência de um contrato para o ano corrente, mas os programas ignoraram a "ordem".

CULTURA E ESPECTÁCULOS

A actriz e cineasta francesa Juliet Berto morreu no dia 11 deste mês em Paris, com 42 anos. Aqui se evoca um pouco a sua vida e também a passagem por Lisboa, em 1983, daquela que, dois anos antes, entrara na história do cinema português através da obra de estreia de João Botelho

Evocação de Juliet

No cinema português ela ficará para sempre como a amante parisiense de Mário de Sá-Carneiro, da «Conversa Acabada» de João Botelho. Para os cinéfilos de uma boa parte do Mundo ela nasceu como actriz a gritar «Au secours monsieur Kossyguine», em «La Chinoise». Eu, que não vira ainda o filme de Godard, devo confessar que lhe fixei o rosto, dizia ela para uma amiga em «O Centro do Mundo» de Tanner: «Il fait l'amour comme ça ou avec des truques?». Ela era Juliet Berto, cuja morte me apanhou de surpresa uma manhã destas de férias em Paris, vinha na primeira página do «Libération», nem dava para acreditar.

Mas era verdade: um cancro a levava na véspera, aos 42 anos, e nem os belos títulos do jornal (Juliet au pays des merveilles/ Le destin de Juliet) atenuava o desgosto.

Com a morte de Juliet era uma boa parte da melhor herança de Maio de 68 que se perdia, assim tão cedo, e era também um rosto de um certo cinema que aprenderamos a amar que desaparecia inesperadamente.

Godard trouxe-a para o cinema em 1966, dando-lhe um papel em «Duas ou Três Coisas que Eu Sei Dela», Juliet não tinha ainda 20 anos, estudava teatro em Paris.

Foi no ano seguinte que o rosto de Juliet se tornou um símbolo: o do Vietnam bombardeado pelos americanos. Como o «Libé» recorda, «pequenos aviões voavam à volta da sua cara e era interminavelmente que ela gritava por socorro», em «La Chinoise».

Ainda em 67 filma «Week-end», também de Godard, e depois, de 68 até 86, entrará em mais de quarenta filmes, em três dos quais já como realizadora.

Foi precisamente a quando do lançamento em Lisboa de «Neve», sua primeira obra, que a conheci em Maio de 1983, graças a um amigo de Paris, Jean-Henri Roger, seu companheiro de então e co-autor do filme.

Tínhamos combinado ao telefone uma entrevista, ela confessaria depois que preferia uma conversa, melhor dizendo, um passeio a pé por Lisboa ao domingo, com



Juliet Berto em «La Chinoise» de Godard (1967). Como o «Libération» diria no dia seguinte à morte da actriz, com este filme Juliet tornou-se o estandarte de milhares de pessoas em revolta

uma única condição: não haver fotografias.

E assim se fez como ela queria: andar anónima pelas cidades de que gostava, sem programa, na companhia de amigos. Uma maneira de estar na vida que em tudo correspondia ao seu estilo de antivedeta no cinema. O talento podia ter-lhe dado o estatuto de grande actriz, mas ela fazia

só o que gostava e nem o facto de à data já ter trabalhado com Godard, Rivette, Losey, Tanner ou Glauber Rocha a impediria de, por assim dizer, apadrinhar «Conversa Acabada» de um João Botelho português, e então estreante.

O seu primeiro filme como realizadora tem igualmente essa marca de um fruir pes-



Juliet Berto, com André Gomes (Mário de Sá-Carneiro) em «Conversa Acabada»

soal e de uma autenticidade que a tudo se sobrepunham. «Neve» é a crónica tão trágica como poética do tráfego de droga entre Pigalle e Barbés, esses oitocentos metros de Paris habitados pelo «bas-fond» e pelos imigrantes, aí onde a vida se ganha ou se perde na cumplicidade de uma grama de heroína.

Como cenário não era coisa

que se recomendasse para uma primeira obra. Mas Juliet era disso que gostava, de falar dessa gente em que a França não se queria reconhecer, e para mais Pigalle era praticamente o seu bairro, desde que de Grenoble, onde nascera, partira para Paris ainda adolescente.

Nesse domingo de 1983 dirme-ia ela sobre «Neve»: «É

um filme sobre um bairro e as pessoas que nele habitam. Tratando-se do bairro que é, não se poderia deixar de falar da droga, mas são as pessoas e o seu quotidiano que me interessam».

A sinopse do filme dizia isto mesmo por outras palavras: «De Pigalle a Barbés, para se ser de facto do "meio" é preciso sê-lo 24 horas por dia, 365 dias por ano».

Juliet, eterna adolescente e símbolo de uma geração, até pelo rosto que progressivamente ia endurecendo, mais do que amar o cinema, amava a vida, vivida todas as horas, todos os dias do ano. Nesse domingo em Lisboa, quando eu e o João Botelho lhe mostrávamos a Casa dos Bicos recentemente restaurada, ela sentou-se no chão e depois de olhar bem em frente, saiu-se com esta: «É pena... Agora a Casa dos Bicos é o único edifício moderno que aqui está e eu prefiro o que está ao lado, o amarelo». Nenhum de nós, então, iria adivinhar que «o amarelo» seria, anos depois, a «casa amarela» das «Recordações...» de César Monteiro, que Juliet não chegaria a ver e haveria de gostar.

Mas a vida às vezes egotiza-nos partidas desta Juliet morreu. Há dois anos, depois da vitória de Mitterrand na Praça da République, Jean-Henri Roger estava sozinho e na alegria colectiva daquela noite de Paris ele era o manifestante que andava triste. Não por Mitterrand, em quem votara, mas, creio agora, por saber talvez já do destino de Juliet.

Se é verdade que só podemos chamar nossas às cidades onde temos mortos enterrados, então Paris é mais minha, agora, pela morte da Berto, como lhe chamávamos. Mas, ainda assim, eu prefiro recordá-la nesse domingo de Lisboa, quando me disse à despedida: «Até amanhã, no Martinho da Arcada. Vamos lá almoçar todos com o Mário de Sá-Carneiro...».

Rodrigues da Silva

A maior parte dos filmes interpretados por Juliet Berto, bem como os dois últimos que realizou («Cap Canaille» e «Havre») nunca passaram em Portugal. E se se fizesse um ciclo sobre a obra da actriz?

LIVRO
ABERTO

«Génese da Verdadeira Heresia Europeia», comunicação apresentada pelo psicofisiólogo Manuel Lourenço Forte no Colóquio «Utopia: Mitos e Formas» (semana passada, Gulbenkian, Centro de Arte Moderna), situou o pensamento especulativo (utópico e não-utópico) entre a transcendência e a imanência divinas. Porque nos impressionou aquela comunicação, ocorreu-nos a publicação do texto seguinte

«Fédon», Platão, diálogo socrático

Já a cicuta não tarda muito e Sócrates, despedindo-se dos seus amigos, vai-lhes dizendo que «filosofar é aprender a morrer» (Fédon, 66a-68b). Depreende-se, ao longo das palavras do filósofo, que o corpo nos tolhe o caminho para o que verdadeiramente é. Não é um idealismo subjectivo que impera nas palavras de Sócrates: trata-se de um discurso que inclui a palavra razão. Textualmente: «Provavelmente, há uma espécie de pista que através da razão nos guia nas nossas pesquisas: e é ela que, enquanto possuímos um corpo e a semelhante flagelo estiver a nossa alma enleada, jamais conseguiremos alcançar satisfatoriamente como alvo das nossas aspirações: e esse, dizemos nós que é a verdade.»

Temos o corpo, por conseguinte, neste raciocínio socrático, não semelhante à alma. Um dualismo, pois. Se como homem encarnado na vida, eu entender a «verdade» socrática como sinónimo de Deus, debater-me-ei com duas posições pertinentes: ou terei Deus com transcendente a mim próprio, admitindo, por consequência, a sua existência exterior; ou ter-me-ei como parte de Deus, sendo, por conseguinte, o próprio Deus. Aqui toda a transcendência se apaga, antes se impondo uma pura imanência, isto é, uma permanência de algo em si mesmo. Alma e corpo seriam, para mim, uma única e só substância.

Mas Sócrates insiste: «Inúmeros são, de facto, os entraves que o corpo nos põe, e não apenas pela natural necessidade de subsistência, pois também doenças que sobrevenham podem ser outros tantos impeditivos da nossa caça ao real. Paixões, desejos, temores, futilidades e fantasias de toda a ordem - com tudo isso ele nos açambarca, de tal sorte que não será exagero dizer-se, como se diz, que, sujeitos a ele, jamais teremos disponibilidades para pensar.»

A nossa caça ao real

Ora eu não creio num Deus transcendente a mim próprio, antes perfilho a opinião de que todos nós somos Deus. Quando, através dos degraus do pensamento filosófico, se acentua que nos devemos encaminhar, em todos os sentidos, para a perfeição suprema, para o bem, para a verdade, eu entendo (embora respeitando opiniões contrárias), que o esforço de perfeição de cada um de nós conduz à perfeição do Deus



Céu e solo: transcendência e imanência. É a partir da imanência que tudo se ergue, sejam troncos, sejam utopias...

que todos nós constituímos. Ou por outras palavras: para mim, e através de nós todos, Deus está sempre aperfeiçoando-se. Assim sendo, a nossa caça ao real, na minha opinião, nada mais é do que nos caçarmos constantemente a nós próprios em função do todo único que afinal nós somos. Uma posição de ícone: o rosto entre as mãos, os olhos fechados, em concreta «disponibilidade para pensar.»

Sócrates, porém, continua a insistir: «E senão vejamos: as guerras, as lutas, as discórdias, quem as fomenta a não ser o corpo, eles e os seus apetites? É de facto o desejo de possuir riquezas que está na base de todas as guerras; e as riquezas, somos por sua vez levados a adquiri-las em proveito desse corpo que seguimos como escravos. Daí, por todas as razões apontadas, esta nossa falta de disponibilidade para a filosofia.»

Obviamente que se ergue contra o raciocínio por mim atrás expresso (Deus aperfeiçoando-se sempre através de nós todos) o argumento de que Deus é a suprema perfeição - mas estou em crer (dentro do erro que é a verdadeira atmosfera humana) que semelhante argumento, se não é um juízo cómodo, é, pelo menos, um juízo generoso, o qual, em certa medida, nos furta (ou pode furtar-nos) ao nosso acto individual

de perfeição. Deus, para mim, só é a suprema perfeição se for a soma do esforço de perfeição de cada um de nós, sendo cada um de nós parte de Deus - e sendo Deus sujeito, por conseguinte, a constante perfeição.

Esta constante perfeição de Deus (nunca perdendo a noção de que todos nós somos Deus em perfeição individual e constante) é que tende para a harmonia entre as duas partes (alma e corpo), harmonia que, no decurso do tempo, se irá concretizando na assunção filosófica do todo. Um todo que compreende «guerras», «lutas», «discórdias», «riquezas» - meros acidentes, quanto a mim, dessa única substância que é o ser em todas as suas díspares manifestações. Porque fazer mal não é o mal - o fazer mal é um acidente fortuito inserto na existência divina que é a nossa. Ir-se-á diluindo, o mal, ao longo da nossa contante perfeição - e Deus (que somos nós todos) irá sendo cada vez mais perfeito ao cabo dos dias. E tudo conheceremos de modo cada vez mais claro...

Insiste Sócrates, no entanto, que «a experiência mostramos (...) que, para conhecermos com clareza um dado objecto, é indispensável que nos libertemos da nossa realidade física e observemos as coisas em si mesmas, pelo simples intermédio da alma.

E, então, sim, ser-nos-á dado, ao que parece, alcançar o alvo das nossas aspirações, essa sabedoria de que nos dizemos amantes - depois de morrer-mos, não já em vida, como a lógica do argumento pressupõe. Com efeito se, associados ao corpo, nada podemos conhecer com clareza, das duas uma: ou tal aquisição da sabedoria não existe, ou apenas se concretiza após a morte, precisamente quando (e não antes...) a alma existir em si e por si, independentemente do corpo.»

Deus é uma constante perfeição

Mas (contraponho eu) assim como creio que nos vamos aperfeiçoando dia a dia, assim também me dou conta de que nos vamos morrendo dia a dia. Quer isto dizer, em suma, que a «aquisição da sabedoria» é um acto contínuo - e, porque assim é, mais a única substância que nós somos se torna diariamente mais clara e pura. Tão fácil de ascender a tal juízo! Que se veja: se Deus é uma constante perfeição, a partir de cada um de nós que somos as suas partes constituintes, Deus (pelo nosso contante movimento) será sempre um Deus inacabado. Essa é que é a sua (e nossa) infinitude. Um Deus acabado, que nos fosse transcendente a nós, negaria o Infinito. Seria um produto da imaginação humana, uma

solução fácil - e nunca a assunção do Deus que verdadeiramente é: a soma de tudo quanto existe - homens, animais, árvores, pedras (e todas as incógnitas possíveis a que o nosso entendimento de imediato não chega). A «aquisição da sabedoria», de facto, «apenas se concretiza após a morte» - mas somente tendo como noção de morte o nosso trânsito diário, o sermos hoje menos do que ontem, o sermos amanhã menos do que hoje... Quer queiramos, quer não, todos os dias estamos bebendo um átomo de cicuta.

Eis que Sócrates, todavia, se por um lado me dá razão, por outro lado me tira. Eu que o ouço: «É um facto que os verdadeiros filósofos se exercitam em morrer e estão bem mais longe do receio da morte do que qualquer dos outros homens. Ora repara: se na verdade vivem de relações cortadas com o corpo, se todo o seu empenho é que a alma exista em si e por si, como explicar que se sentissem temerosos e aflitos, ao verem concretizar-se essa mesma realidade? Como explicar, de facto, que encarassem sem alegria essa partida para o Além onde, ao lá chegarem, há a esperança de alcançar aquilo que ardentemente amavam em vida - ou seja, a sabedoria - e verem-se livres da indesejável presença do corpo? (...) Alguém que

ame deveras a sabedoria e sinta em si enraizada essa convicção de que só no Hades, e em mais parte nenhuma, a poderá achar de modo que valha a pena referir-se, porventura se afligirá com a morte e sofrerá de mau grado a sua partida? Pelo menos, meu caro amigo, assim devem pensar os filósofos que o são de facto, pois é neles que em especial se firma esta convicção de que em parte alguma, a não ser ali, lhes será dado alcançar a autêntica sabedoria. E, se isto é exacto, nada mais absurdo (...) do que um homem dessa ténpera recear a morte...»

Aglutinação de corpo e alma

De novo aqui me surge, de forma clara e distinta, a dualidade socrática: de um lado o corpo, do outro lado a alma. Dualidade contra a qual me ergo, espontaneamente e sem arrogância, pois tudo considero uma só e única substância. Mais uma vez me reclamando da minha condição de homem encarnado na vida, tenho para mim que a minha finitude (causa dos meus erros) é originada pela ideia (quase dogmática) da perfeição absoluta e da transcendência de Deus. A minha finitude é pura e simplesmente o limite do meu entendimento. Mas se eu me situo como Deus, isto é, como parcela de uma soma de nós todos, sempre em constante perfeição, soma essa que constituiria Deus, então não mais penso na finitude, pois que serei logicamente infinito - e aquilo que vulgarmente é considerado erro não passará de mero acidente ou de um dos muitos modos do ser. Para mim, a solução é uma só: se nos assumirmos como parcelas em constante perfeição de um resultado (Deus) que continuamente se está aperfeiçoando, que a cada momento é mais ser, então toda uma argumentação especulativa para apreensão de um Deus transcendente a nós, que nos sobreleva, feito de verdade e sabedoria, deixará, quanto a mim, de ter sentido. Ser tudo Deus é que constitui o sagrado, a verdade, a sabedoria, o bem, o movimento, o amor - e quando a taça de cicuta nos chegar às mãos que a beba a única e só substância que todos nós dispersos somos: coralpoma - aglutinação, em suma, de corpo e alma. Coralpomologia - eis, enfim, uma área do saber que, implantada em nós, deveremos decifrar passo a passo, dia a dia, agora e sempre.

Pedro Alvim

Falar de Cinema

O «Paraíso» perdido

CINEMA PARAÍSO (Nuovo Cinema Paradiso) - R: Giuseppe Tornatore (Itália, 1988); A: Giuseppe Tornatore; F(Cor): Balasco Giurato; Dir. art.: Andrea Crisanti; Mont: Marco Morra; M: Ennio Morricone; P: Franco Cristaldi/Les Films Ariane/RAI Tre; I: Philippe Noiret, Salvatore Cascio (Totó), Marco Leonardi, Jacques Perrin, Pupella Maggio, Leo Guillota, Leopoldo Trieste, Irina Daniele, Enzo Cannavale, etc. D: 125 m; List: Filmes Castello Lopes; Est: Amoreiras, Las Vegas, Lores, Quarteto (19.1.1990); Cl: **** (M/12 anos - F. Qualidade).

O cinema está em crise. Nas cidades fecham as grandes salas. Na província vão desaparecendo as únicas existentes. Quem aprendeu a amar o cinema nessas velhas cadeiras de um culto que parecia em vias de extinção vai ficando apenas com a memória



Lauro António

de outros tempos, cada vez mais envolta numa nostalgia dolorosa. Compreende-se, portanto, que sejam os cineastas os que mais sentem estas transformações e que sobre elas falem, em obras de deliberada confissão autobiográfica, como era *Esplendor*, de Ettore Scola, ou *Cinema Paradiso*, de Giuseppe Tornatore, para só citar dois exemplos recentes que tiveram, aliás, a curiosidade de serem apresentados em simultâneo no último Festival de Cannes.

Nuovo Cinema Paradiso é uma aposta do siciliano Giuseppe Tornatore que tem uma longa história atrás de si. Pensada durante seis anos, co-produzida pela Itália e a França, teve uma primeira versão com cerca de meia hora a mais que foi apresentada à crítica italiana que a atacou com alguma agressividade, com raras exceções, o que levou o cineasta a encurtá-la para a sua actual duração e apresentá-la depois ao júri do Festival de Berlim que a chumbou.

Seria em Cannes que faria a sua estreia, alcançando o Prémio Especial do Júri e inaugurando uma carreira vertiginosa junto do público e em muitos outros festivais e cerimónias de atribuições de prémios, como os «Félix» europeus, os «Globos de Ouro», nos EUA, e os

«Óscares» que se aproximam.

Obra com muito de autobiográfico (Tornatore é siciliano, apaixonou-se muito jovem pelo cinema e pela fotografia - estes são alguns dados que se conhecem, entre

muitos outros que se intuem facilmente das imagens do próprio filme), *Cinema Paradiso* fala-nos de Salvatore (Tornatore), um miúdo que desde os bancos da primária tinha uma enorme atracção pela cabina de projecção do velho cinema paroquial

da pequena aldeia de Giancaldo, cabina onde imperava Alfredo, o projeccionista, um homem bom que fazia do seu ofício um apostolado e que foi ensinando à criança os segredos das bobines inflamáveis, mas que, apesar de tudo saber sobre elas, não soube manter a necessária distância que lhe permitisse sair ileso de um incêndio, ficando cego. Para continuar a haver cinema em Giancaldo, mesmo cortado pelo olho censor do padre que não permitia o mais pequeno beijo e obrigava Alfredo a esgarçar as cópias que lhe chegavam às mãos, é Salvatore, com cerca de nove anos de idade, que para sua grande felicidade é contratado pelo novo proprietário do Nuovo Cinema Paradiso como projeccionista.

Subindo para cima de um banco para chegar à máquina e ao postigo de onde controlava a projecção, Salvatore foi assegurando a vida dos filmes e cimentando o seu amor pelo cinema, até que um dia a tropa o leva até Roma, de onde não mais regressará ao seu posto, muito



embora o cinema o continue a apaixonar - ele é já um realizador de prestígio quando recebe o recado da mãe que o informa da morte do seu velho amigo Alfredo. Passaram trinta anos, e o seu regresso a Giancaldo, para estar presente no funeral desse mago da luz que o havia despertado para essa fábrica de sonhos, é sobretudo motivo para descobrir uma terra totalmente transformada e assistir à destruição do abandonado e decrepito «Nuovo Cinema Paradiso».

Esta é, portanto, a história de um «Paraíso» perdido, trocado por outras formas de explorar o mesmo cinema, o vídeo, a televisão, os satélites... Um «Paraíso» que refere uma idade de inocência, idade que Tornatore identifica com a criança, mas também com um público popular que ria e chorava com as imagens que via. Idade que para sempre desapareceu, com a criança que se fez homem, com o público que pede ao espectáculo outras emoções, com a sala que se abate perante a indiferença dos jovens de hoje e as lágrimas de quem cresceu dentro daquelas paredes, povoadas de fantasmas, de sonhos, de quimeras, de pesadelos, de desejos obscuros e de terrores e alegrias francas... Um «Paraíso» de onde o homem foi expulso, depois de ter perdido a inocência que o tornava

possível.

O filme de Tornatore é portanto um olhar pelo passado (todo o filme se organiza como um «flash back»), nostálgico, profundamente sentido e amargo no seu primeiro tempo (com Philippe Noiret e Salvatore criança,

uma dupla admirável), perdendo-se depois um pouco a unidade e a coerência dos propósitos durante a juventude de Salvatore quer pela introdução de uma história de amor que impõe algumas tergiversações escusadas quer pela própria presença do actor

que não tem a força de Totó. Mas globalmente, com uma ou outra pequena objecção, *Cinema Paradiso* é um belíssimo filme sobre a morte do cinema. E quando se fazem filmes como este, sobre a morte do cinema, é porque este está bem vivo e de saúde.

«A ementa do dia»

A BELA DE DIA, de Luis Buñuel (reposição)

REGRESSO A VIENA, de Axel Corti
O CLUBE DOS POETAS MORTOS, de Peter Weir
CINEMA PARAÍSO, de Giuseppe Tornatore

REGRESSO AO FUTURO, II, de Robert Zemeckis
PERIGOSA SEDUÇÃO, de Harold Becker
SEXO, MENTIRAS E VÍDEO, de Steven Soderberg
O ABISMO, de James Cameron
CHUVA NEGRA, de Ridley Scott

**

O AMOR E UMA GRANDE AVENTURA, de Blake Edwards
COMO O CÉU SE ENGANOU, de Emile Ardolino
ENTRE PRIMOS, de Joel Schumacher
O VELHO GRINGO, de Luis Puenzo

*

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS, II, de James Uys
OS CAÇA FANTASMAS, II, de Ivan Reitman

Giuseppe Tornatore

Nasceu a 27 de Maio de 1956, em Bagheria, na Sicília (Itália), tornou-se interessado por fotografia e cinema desde muito criança. Começou a sua actividade no cinema como documentarista, trabalhando para a RAI (alguns títulos: *Il Carretto*, *Scrittori Siciliani e Cinema*). Em 1984 foi realizador de «segunda equipa», em *Cem Dias em Palermo*, de Giuseppe Ferrara, e em 1986 estreia-se na realização, com *Il Camorrista*. *Nuovo Cinema Paradiso* é a sua segunda longa-metragem, tendo alcançado diversos prémios em festivais internacionais (como Cannes, Prémio Especial do Júri), sendo ainda escolhido para representar a Itália no «Óscar» do melhor filme estrangeiro.

Filmografia:

1986: *Il Camorrista* (O Professor); 1989: *Nuovo Cinema Paradiso* (Cinema Paraíso).

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Crítica de Teatro

O Poder de Schmurz

LES BATISSEURS D'EMPIRE OU LE SCHMURZ, de Boris Vian. *Encenação:* Daniel Beauron. *Assistente:* Francis Seleck. *Cenografia:* Oscar Armitano. *Figurista:* Leonor Vinagre. *Interpretação:* Guy Talbourdet, Emmanuelle Nocq, Ana Maria Pradina dos Santos, Cláudia Sousa Pereira, Albino Cunha, Daniel Beauron. *Grupo:* Atelier-Théâtre de l'IFP. Auditório Philippe Fridman/Instituto Franco-Português. Est.: 18-01-90 (19-01-90).

No aparente absurdo do seu discurso, a peça de Boris Vian é claramente uma obra política que retrata o percurso de uma pequena-burguesia saudosa do Império, dos Impérios, atacada por forças que não compreende e que a obrigam a uma fuga que só pode acabar na auto-destruição, ou seja, na destruição do Império, dos Impérios.

Pela desconstrução da linguagem, e aí lembrando Ionesco, pelo carácter enigmático das situações, e aí vislumbramos Beckett (não poderá ser Schmurz um Godot presente?), um Ionesco e um Beckett que tivessem passado pelo crivo do burocrata do veau-deville (a mecânica dos espaços de Feydeau vista aqui ao contrário, os diálogos da criada, multiplicação de frases que dizem o mesmo O ruído e Schmurz, ser misterioso, ao mesmo tempo ignorado e atacado, funcionam como símbolos do Inimigo, esse Inimigo que o casal e a criada não entendem, de que só a filha, jovem e disponível, parece ter uma vaga noção de realidade.

A peça de Boris Vian é, pois, a história de uma perseguição e de uma fuga. O casal Dupont (nome fatal!) e a filha Zénobie, com a criada Cruche, sobem de andar em andar, porque se sentem atacados por um ruído terrível e misterioso cuja origem desconhecem, ao mesmo tempo que se sentem ameaçados por uma espécie de ser inidentificável, um monstro mudo, que os acompanha sem que eles saibam de quem ou do que se trata e que permanece imune aos ataques de que é alvo: é ele o corpo do Inimigo. O que se passa com eles, passa-se com os outros habitantes da casa (provavelmente com toda a população) como ficamos a saber através de um vizinho que os visita.

À medida que sobem e que vêem

o seu espaço diminuir, os membros do clã familiar vão desaparecendo como se fossem sugados pelo mundo que queriam abandonar. Mas não são apenas as personagens que desaparecem, são também as coisas, a memória das coisas, das palavras, das pessoas. Por fim, só resta Léon Dupont, o pai, no seu egoísmo, na sua estupidez, no seu orgulho, paradigma daquele mundo que desaparece. Nem sequer o facto de envergar uma farda antiga do exército e de utilizar um revólver lhe valem: só na morte encontra maneira de escapar àquele enigma que Schmurz representa.

O texto de Boris Vian foi encenado por João Guedes, no TEP, a primeira vez antes do 25 de Abril, num espectáculo que a censura não deixou estreitar; depois por Mário Jacques, com o título «Os Fundadores do Império», com o Grupo Cultural e Desportivo dos Empregados do Banco do Fomento Nacional (Trindade, 1975); João Guedes voltou ao TEP para dirigir a peça de Vian num espectáculo que foi prejudicado pelo facto de o actor ter deixado de interpretar o sr. Dupont que era, no espectáculo proibido, uma verdadeira criação. Neste trabalho do Atelier-Théâtre do IFP, a leitura de Daniel Beauron sublinha mais os aspectos burlescos do texto (através da presença mais forte dos intérpretes do casal), atenuando os seus aspectos enigmáticos que introduzem o que nele é igualmente fundamental: a inquietação, o medo (o ruído é muito insuficiente). O retrato da família pequeno-burguesa, de que a criada faz parte, é mais convincente: há mesmo cenas produtivas sob esse aspecto, como a cena do baile, e a surpreendente e bem achada reconstituição do famoso quadro de Millet, «Avé-

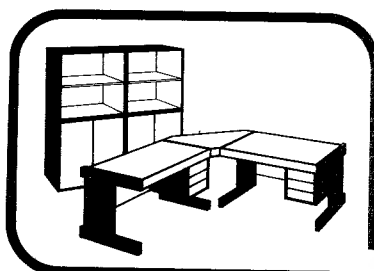
Marias» tão cultuado pelos Dupont desse e dos nossos tempos.

O espectáculo surge diminuído por um cenário que resolve mal os problemas complicados da proposta de Vian, embora seja bem visto o dourado do elemento principal, em razão de um trabalho de actores insuficiente, mesmo que agradável no conjunto, com excepção do demasiado jovem Albino Cunha, e mais convincente por parte, em especial de Emmanuelle Nocq e de Guy Talbourdet. Também a composição de Schmurz

(Daniel Beauron) não me pareceu correcta, na envolvimento de Schmurz à leitura psicanalítica proposta por Alain Costes num artigo publicado no «Magazin Littéraire» parcialmente transcrito no programa do espectáculo.



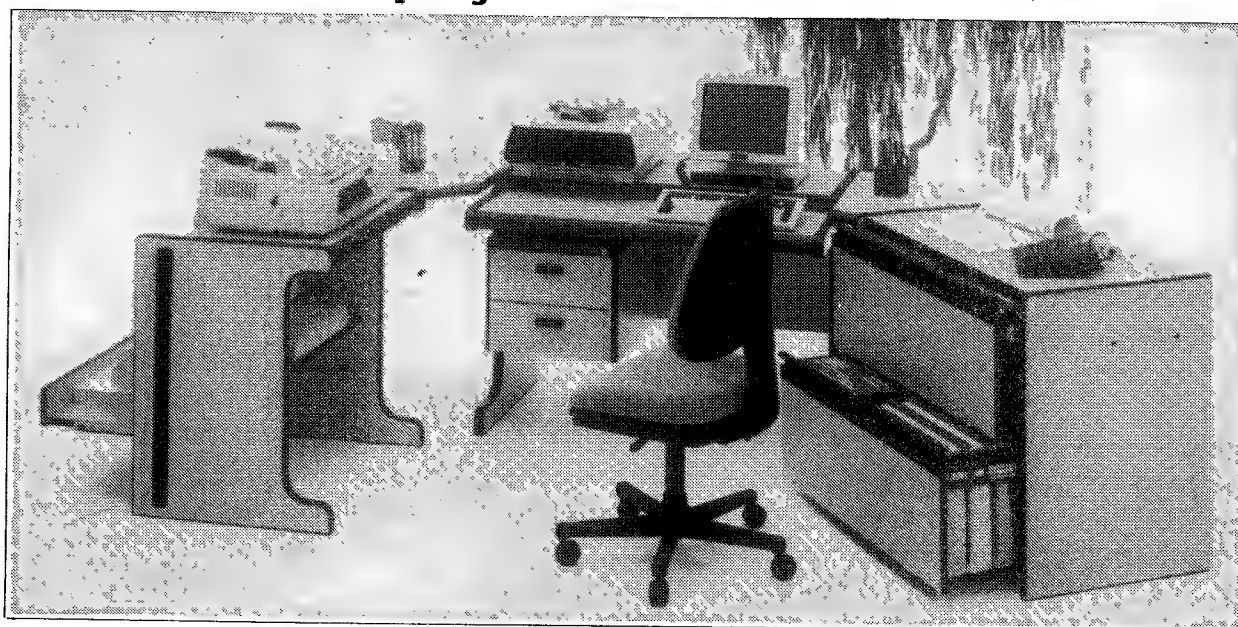
Boris Vian



maquirema

Soc. Importadora e Revendedora de Máquinas, Ld.ª

Um espaço no seu escritório



GABINETES
ADMINISTRAÇÃO
E DIRECÇÃO



SECRETARIADO
EXPEDIENTE GERAL



INFORMÁTICA



BIOMBOS



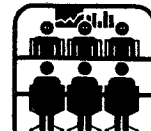
RECEPÇÕES



CADEIRAS ANATÓMICAS



ARMÁRIOS

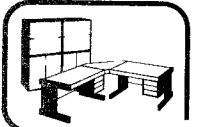


SALAS REUNIÕES

EN MUEBLES
DE OFICINA
TODOVA

portamobiliário

A REDACÇÃO DO DL FOI EQUIPADA

COM  **maquirema**

Escritório — Exposição — Vendas e Armazém

Quinta da Figueira — Lt. A Lj A/5 — Venda Nova — 2700 Amadora

Telef: 4744652 — 4745074 — Telex 63509 — Fax: 4740561

Venda de Consumíveis — Centro de Cópia.

Praça Olegário Mariano, 2-B — 1100 Lisboa — Telex — 824707

Estamos na FILEME Pavilhão 5

Venha visitar-nos no Stand 512

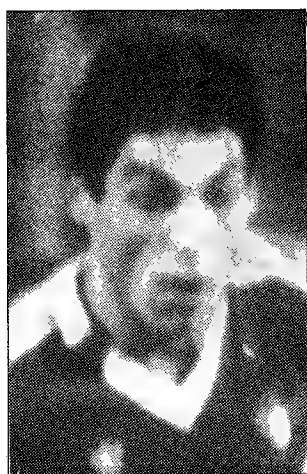
SANTOS & NASCIMENTO

AV. DA LIBERDADE, 177-LISBOA

SALDOS
PRONTO-A-VESTIR

FATOS * CAMISAS * CALÇAS * BLUSÕES *
MALHAS * CASACOS * ETC.

DESPORTO



Faltar um dia ao serviço militar não é brincadeira

Acusado de deserção por um dia

Vítor Paneira julgado em Tribunal Militar

O internacional de futebol Vítor Paneira foi ontem julgado no Tribunal Militar do Porto, acusado do crime de deserção por um dia. A audiência prolongou-se durante três horas e meia, tendo comparecido a depor diversos dirigentes do Benfica.

O jogador afirmou perante os juízes que a culpa da falta era exclusivamente de sua responsa-

bilidade, mas os magistrados ligam a deserção de Vítor Paneira a indicações dadas pela entidade patronal do centro-campista que, no dia em falta, precisava do atleta para um jogo. Ponto de vista perfilhado também pelo promotor de Justiça, que pede a condenação de Vítor Paneira mas não iliba o Benfica de uma penalidade.

A sentença será lida amanhã, pelas 14 e 30, no Tribunal Militar do Porto.



Só para a fotografia

Mozer voltou ao Benfica

O Benfica bateu o Marselha (1-0, gol de Vata) em jogo particular realizado na Luz e arbitrado pelo lisboeta Pinto Correia. A turma de Eriksson apresentou muitos reservistas, formando assim: Bento; Álvaro, Ricardo, Paulo Madeira e Fernando Mendes; Hernâni, Sousa, Diamantino (Fonseca) e Chalana; Ademir e Vata (César Brito). *Marselha*: Huard; Thys, Tigana, Mozer e Mura; Vercryse, Roche, Cavet e Woodlle; Francescoli e Diallo (Basile). O cartão amarelo foi apresentado a Bento, Hernâni, Roche, Francescoli, Mura e Vercryse. Antes da partida (e vestindo camisola benfiquista) Mozer recebeu do presidente João Santos a faixa de campeão nacional da última época. Melhores jogadores em acção: Chalana, Ricardo, Álvaro, Mozer e Vercryse. A turma francesa regressou de noite a Marselha em dois aviões particulares do presidente Thapier.

Informação

CP — CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES GREVES DOS MAQUINISTAS

1 — O Conselho de Gerência da CP lamenta os problemas que vêm sendo criados aos seus passageiros e outros clientes decorrentes das greves realizadas pelos maquinistas da empresa e tem procurado usar todos os meios legítimos ao seu alcance para os minorar.

2 — No quadro das negociações salariais anuais com todos os sindicatos, iniciadas em Novembro, foi possível chegar a acordo com as organizações sindicais afectas à UGT, na base de um aumento de encargos de cerca de 14%, a que acresceram verbas atribuídas a título de correcção de diversos subsídios.

Com estes montantes a empresa esgotou por completo a sua capacidade negocial e vai proceder às correcções salariais daí decorrentes para todos os trabalhadores, a partir de 1 de Fevereiro de 1990.

Entretanto, o Sindicato dos Maquinistas apresentou-se às negociações sem qualquer proposta, optando antes por realizar uma primeira greve (de 23 a 27 de Outubro) quando já tinha conhecimento de que a negociação ia ter início em 3 de Novembro. O segundo pré-aviso de greve (de 14 a 24 de Novembro) foi recebido na empresa antes da apresentação, pelo Sindicato dos Maquinistas, da sua proposta de negociação, facto que só veio a ocorrer em 10 de Novembro.

A empresa mantém-se aberta para dialogar sobre pontos específicos ainda não negociados, porém, deve notar-se que a proposta apresentada, a ser satisfeita na íntegra, implicaria um acréscimo de encargos com os maquinistas de cerca de 50%.

Quer dizer, durante a negociação os maquinistas mantiveram uma posição de intransigência e de pressão sobre a empresa.

3 — O Sindicato dos Maquinistas reivindica ainda a mudança de escalão salarial, a qual por ter, logicamente, de ser generalizada a todos os trabalhadores da empresa, conduziria a um acréscimo mínimo suplementar de 2,1 milhões de contos, para 1990. A esta reivindicação vem juntar-se a da concessão da reforma aos 55 anos nos exactos termos em que hoje é concedida, para a generalidade dos trabalhadores portugueses, aos 65 anos.

4 — Como é do conhecimento geral, a exploração ferroviária é fortemente deficitária, cabendo ao factor humano cerca de 60% do custo total da produção, pelo que não é de modo algum aceitável o enorme aumento de encargo com o pessoal, exigido sem contrapartidas pelo Sindicato dos Maquinistas, quando é certo que estes trabalhadores já auferem uma retribuição média superior em cerca de 40% à do valor médio da recebida pelos 22 000 trabalhadores da CP.

5 — Neste quadro, e sob pena de serem criadas ainda maiores perturbações na prestação do serviço ferroviário, não pode a empresa ceder à pressão dos cerca de 1400 maquinistas que, baseados no monopólio que consideram exercer na sua área profissional e com absoluta intransigência, continuam a impor graves prejuízos e transtornos a passageiros e outros clientes.

O Conselho de Gerência

23 de Janeiro de 1990



**Caminhos de Ferro
Portugueses**

Policiamento nos campos nas mãos do Governo

Os dirigentes desportivos tiveram mais uma reunião com Luís Madureira, secretário de Estado da Administração Interna, para continuarem a discussão sobre o pagamento do policiamento nos recintos desportivos, estando presentes João Rodrigues, Ribeiro de Magalhães e Fernando Roriz (representando a FPF), Luís Santos (presidente da FP Andebol), os dirigentes clubistas, Pimenta Machado e Valentim Loureiro e Amândio Carvalho (Associação de Setúbal). A proposta dos agentes desportivos é a seguinte: os clubes suportarão 50 por cento dos encargos dentro dos recintos onde se realizem jogos das I, II e III divisões e, quanto às restantes actividades, serão por conta do Estado. Significa isto que, nos encontros de futebol dos campeonatos distritais e das camadas jovens bem como nas modalidades «amadoras» o policiamento deverá ser gratuito. Valentim Loureiro mostrou-se confiante quanto à decisão que venha a ser tomada pelo Governo, ao qual não foi dado qualquer prazo «porque não se trata de sacar letras» disse o presidente da Liga dos Clubes. A proposta dos clubes deverá ser hoje apresentada aos ministros das pastas da Educação, Administração Interna e Finanças.

Louletano rescinde com Manuel Cajuda

O Louletano rescindiu o contrato com o técnico Manuel Cajuda, devido aos maus resultados ultimamente obtidos pelo clube, conforme nos declarou Júlio Guerreiro, do departamento de relações públicas do clube: «O Louletano pretende subir à 1.ª divisão e, devido aos resultados menos bons, rescindimos com Manuel Cajuda», disse-nos Júlio Guerreiro, acrescentando que o professor Luís Flávio tomará conta da equipa. O brasileiro Luís Flávio, é professor de educação física, e encontra-se no Louletano desde o início da época.

O Louletano está em 2.º lugar (isolado) na Zona Sul da 2.ª Divisão, com 21 pontos, menos seis do que o líder (Farense).

Daniel do Adro (presidente do Louletano) e Guerreiro Cavaco (presidente da mesa da assembleia geral) encontram-se no Brasil, tratando com o Vasco da Gama da situação do jogador Mauricinho.

Porto: triunfo e derrota

A equipa do FC Porto, que se encontra a participar no Torneio Internacional de Futebol de Salão Indoor, a decorrer em Bercy (França), venceu o Aston Villa (por 2-1) no encontro inaugural e perdeu no segundo jogo, frente ao Nantes, por 1-7. Participam, ainda, as equipas do Partizan (Belgrado), Molmoe (Suécia) e Paris Saint-Germain (França).

António Milagres eleito para a UEFS

António Milagres, presidente da Federação Portuguesa de Futebol de Salão, foi eleito vice-presidente da União Europeia da modalidade, em sessão de congresso realizada em Espinho.

DESPORTO

Com o Nacional-Belenenses, às 21 e 30, pela TV

Campeonato de futebol
fecha hoje 1.^a volta

Hoje, pelas 21 e 30, conclui-se a 1.^a volta do campeonato nacional de futebol da divisão principal, com o jogo Nacional-Belenenses, que em tempo devido não se pudera realizar, face a dificuldade de aterragem no Funchal do avião que conduzia a turma continental. Esse encontro, que estava em suspenso desde a 12.^a ronda da prova, efectua-se no Estádio dos Barreiros e tem transmissão directa pela RTP, através do 2.^o canal.

Recorda-se que o Nacional

da Madeira (agora orientado pelo brasileiro Jair Picerni, que esta época substituiu o compatriota Fernando Pires) ainda não obteve qualquer vitória nos 16 jogos realizados, ocupando o penúltimo lugar da tabela classificativa, com os mesmos pontos (9) do último, o Portimonense.

Boavista bate feirenses

Na tarde de ontem, no Besa, o Boavista não teve dificuldades para bater o Feirense, no duelo que estava em aberto e pertencia à última ronda do

campeonato (17.^a jornada).

Durante 40 minutos ainda os feirenses conseguiram ir ripostando com as armas da vontade e do entusiasmo, trocando bem a bola e chegando (até) a conduzir contra-ataques pelos extremos que obrigaram a defensiva alvinegra a muita atenção para evitar a violação das suas redes.

Depois (minuto 41) Jaime fez o 1.^o gol, aproveitando um lance de mau alívio da defesa feirense. A tranquilidade implantou-se no bloco xadrez que, regressado do balneário, aproveitou soberanamente a desconcentração e nítida quebra física dos jovens portugueses que integram totalmente o «onze» feirense e o grupo de Manuel Barbosa logrou rapidamente mais três tentos. Jorge Andrade (48 minutos) concluiu bem um raide conduzido por Parente e Isaias, pelo corredor direito, e fez o 2-0. Mais se aprofundou o Feirense, a partir daí completamente confundido pela rapidez boavistense, que teve em Isaias o concretizador de mais dois golos: na sequência de um «divre» apontado por Valério (56 minutos) e após a marcação de outro castigo idêntico, atirando em corrida, rasteiro e forte. Corria-se o minuto 59 e o resto do espectáculo foi de puro entretenimento boavistense, num domínio somente quebrado por João Luís, que quase ia baten-do Alfredo, mas não conseguia o tento de honra dos feirenses.

Actuação destacada de Isaias, Armando e Jaime, relativa fuga à mediocridade geral do «onze» feirense por parte de Artur, Marcelino, Morgado, Resende, Pedro Martins e João Luís, num espectáculo arbitrado pelo bracarense Adão Mendes, que esteve acompanhado por Francisco Fernandes e Alfredo Ferreira. Mostrou o cartão «icterícia» a Miguel, Armando, Pinto e Ricardo, deixando no ar sérias dúvidas em relação ao 2.^o tento axadrezado, que pareceu obtido em posição de fora-de-jogo. As equipas:

Boavista: Alfredo; Casaca, Valério, Garrido e Marcos António; Jaime, Parente, Agatão (Jorge Silva, aos 69) e Forbs (Armando, 35); Jorge Andrade e Isaias.

Feirense: Ricardo; Costa (Resende, 56), Marcelino, Miguel e Pinto; Artur, Rendeiro e Morgado; Quitó, Ribeiro (Pedro Martins, 56) e João Luís.

AFL: assembleia

O dr. Moisés Ayash, presidente da mesa da assembleia geral da AFL, marca convocação daquele órgão para o dia 21 de Fevereiro, com vista a analisar a alteração dos estatutos, aprovação de relatório e contas e preparação de eleições.



Isaias (aqui com o compatriota brasileiro Jorge Andrade à sua esquerda) fez dois golos aos feirenses

RENAULT

FERNANDO DE OLIVEIRA & FILHOS, LDA
Vendas: Rua Miguel Bombarda, 26
Sete Portais - Telha
Assistência - Peças: Sete Portais - Telha
2830 BARREIRO

Como vão as coisas

	J	V	E	D	G	P
1. ^o F.C. PORTO.....	17	13	3	1	34-5	29
2. ^o Guimarães.....	17	12	4	1	27-10	28
3. ^o Benfica.....	17	11	5	1	46-7	27
4. ^o Sporting.....	17	10	5	2	19-8	25
5. ^o V. Setúbal.....	17	8	4	5	22-15	20
6. ^o Boavista.....	17	6	5	6	28-18	17
7. ^o Belenenses.....	16	7	3	6	16-17	17
8. ^o Braga.....	17	5	7	5	15-18	17
9. ^o Chaves.....	17	5	7	5	20-24	17
10. ^o Amadora.....	17	6	4	7	22-16	16
11. ^o Tirsense.....	17	3	9	5	8-15	15
12. ^o Beira Mar.....	17	4	5	8	8-20	13
13. ^o Marítimo.....	17	2	8	7	13-24	12
14. ^o Penafiel.....	17	4	4	9	13-27	12
15. ^o União.....	17	3	5	9	12-24	11
16. ^o Feirense.....	17	3	4	10	9-27	10
17. ^o Nacional.....	16	0	9	7	10-27	9
18. ^o Portimon.....	17	3	3	11	13-33	9

Informação

CP — CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES
GREVE DE 16 A 26 DE JANEIRO DE 1990

Período das 12.00 horas do dia 16/01/90 às
24.00 horas do dia 26/01/90

Atendendo às características parciais das paralisações levadas a efeito pelas estruturas sindicais dos Trabalhadores da Empresa e tendo como objectivo minorar os inconvenientes para os Senhores Passageiros, a CP informa o seguinte sobre a circulação dos comboios e dos barcos, naquele período:

1. ZONA SUBURBANA DE LISBOA**1.1. Linha de Sintra**

São garantidos pelo menos os comboios de Sintra e Cacém, mantendo-se, nestes casos o horário dos dias úteis.
Todos os comboios terão paragem em Campolide.

1.2. Linha de Cascais

Prevê-se que seja praticado o horário que vigora aos domingos.
Todos os comboios terão paragem em Santos.
As últimas partidas de Cais do Sodré e de Cascais terão lugar respectivamente às 23.40 e às 00.30 horas.
Prevêem-se igualmente circulações com partida de Cais do Sodré às 03.00 horas e de Cascais às 03.45 horas que terão paragem em todas as estações.

1.3. Lisboa-Azambuja

Prevê-se a realização do serviço normal.

1.4. Barreiro-Praias do Sado

Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal.

1.5. Via Fluvial — Lisboa/Barreiro

Será praticado o serviço normal.

1.6. Cacém-Torres Vedras

Prevê-se a realização de grande parte destes serviços.

2. ZONA SUBURBANA DO PORTO**Linha da Póvoa, Porto-Marco, Aveiro-Porto e Porto-Braga**

Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal

3. ZONA SUBURBANA DE COIMBRA**Coimbra-Figueira da Foz e Coimbra-Serpins**

Efectuar-se-á um número significativo de comboios.

4. SERVIÇOS «ALFA» E «INTERCIDADES»**4.1. «ALFA»**

Serviço assegurado com excepção dos comboios 121 (de Lisboa 07.15), 122 (do Porto 08.30), 128 (do Porto 17.10) e 129 (de Lisboa 17.00) que serão suprimidos.
Os comboios 120 (do Porto 07.15) e 131 (de Lisboa 20.20) efectuarão paragens adicionais em Coimbra e Aveiro.

4.2. «INTERCIDADES»

Serviço assegurado, com excepção das ligações Lisboa-Aveiro (comboios 520 e 521) e Porto-Viana do Castelo (comboios 550 e 551) que são suprimidos.

5. LIGAÇÕES INTERNACIONAIS

Serão asseguradas todas as ligações internacionais, com excepção da ligação Porto-Vigo que será suprimida neste período.

6. SERVIÇOS INTER-REGIONAIS E REGIONAIS

Prevê-se a supressão de grande parte destes serviços.

NOTA —

Na restante rede e nos restantes serviços haverá circulação ferroviária, afectada, no entanto, por supressões e atrasos. Por tal motivo — lamentando o incómodo — solicita-se aos Senhores Passageiros que contactem com as Estações ou as Secções de Informação da CP.

10.Jan.1990

Informação divulgada pela
Divisão de Relações Públicas da CP

Caminhos de Ferro Portugueses

Futebol português: um século de história

Um título mundial e dois europeus em juniores e as honrosas campanhas europeias do Benfica, Porto e Sporting

O futebol português conquistou em 101 anos de vida um título mundial, em Sub-19, dois títulos europeus (Sub-16 e juniores «A») e dois terceiros lugares, no Mundial Inglaterra-66 e no Europeu França-84.

O «desporto-rei» completou segunda-feira (em Portugal) 101 anos, pois o primeiro desafio de futebol realizado no País aconteceu em 22 de Janeiro de 1889, nuns terrenos situados no Campo Pequeno. À data, um misto português derrotou um grupo de jogadores ingleses que trabalhavam em Lisboa (2-1).

Um século depois dos primeiros pontapés na bola, em Portugal os juniores Sub-19 conquistaram a maior vitória de sempre do futebol «verde-rubro» em selecções. Em 3 de Março de 1989, sob o comando de Carlos Queirós, tornaram-se campeões do mundo em Riade, na Arábia Saudita, ao derrotarem na final a Nigéria (2-0).

Os Sub-19 começaram por vencer a Checoslováquia e a Nigéria (1-0), foram derrotados a seguir pela Arábia Saudita (3-0), triunfaram depois sobre a Colômbia e o Brasil (1-0) e novamente sobre a Nigéria (2-0).

Os triunfos do futebol português não ficaram por aqui e em 14 de Maio de 1989 Portugal venceu a RDA (4-1), na Dinamarca, arrecadando título Europeu de Sub-16. Portugal venceu, nesta competição, e também sob o comando de Carlos Queirós, a Suíça (2-0), a Noruega (3-0), a Roménia (4-0) e na meia-final a Espanha (2-1).

Recorde-se que em 1961 sob orientação de José Maria Pedroto (era seleccionador David Sequerra), a nossa equipa de juniores (Sub-19) averbou o título europeu ao vencer, na final, em encontro realizado no Estádio da Luz, a Roménia por 4-0. Nessa equipa alinharam entre outros António Simões, Rui, Serafim, Oliveira Duarte, Fernando Peres que mais tarde se tornariam em verdadeiras estrelas do futebol luso.

Quanto aos seniores, o melhor que se conseguiu foram dois terceiros lugares, pelos «Magrinhos» no Mundial de Inglaterra (1966) e pelos «Patrícios» no Europeu de França (1984).

Depois que a selecção se estreou em Madrid com a Espanha, em 18 de Dezembro de 1921, com uma derrota (3-1), Portugal disputou até hoje 287 jogos. O saldo é negativo: 109 vitórias, 57 empates e 121 derrotas.

A primeira vitória «lusa» no estrangeiro foi obtida em 4 de Maio de 1947, na Irlanda, por 2-0.

Longe dos êxitos alcançados pelas selecções de Carlos

Queirós, os seniores portugueses conseguiram, porém, um excelente terceiro lugar, no Mundial de Inglaterra, tendo como treinador o brasileiro Otto Glória e como seleccionador Manuel da Luz Afonso. Os «Magrinhos» venceram a Hungria (3-1), depois a Bulgária (3-0), o Brasil (3-1), a Coreia do Norte (5-3), tendo sido derrotados pela Inglaterra (2-1).

Na atribuição do terceiro e quarto lugares a selecção portuguesa superiorizou-se à URSS (2-1). Eusébio foi o melhor marcador do Mundial, com nove golos.

Portugal, sob o comando colectivo de Fernando Cabrita, António Morais, José Augusto e Toni, conseguiu também um terceiro lugar, no Europeu de França-84, na primeira vez que a selecção «lusa» se qualificou para a fase final desta competição. «Os Patrícios» começaram o

Europeu-84 com dois empates frente à Alemanha Federal (0-0) e Espanha (1-1), tendo depois vencido a Roménia (1-0) e perdido com a França (2-3).

No que diz respeito aos clubes nas Taças da UEFA, o futebol português tem três Taças de Campeão Europeu, uma de Vencedores de Taças, uma Supertaça Europeia e uma Taça Intercontinental.

Só na Taça UEFA não existe qualquer triunfo final de um clube português.

As primeiras duas Taças dos Campeões Europeus foram conquistadas pelo Benfica, em 1961 e 1962, respectivamente sobre o Barcelona (3-2) em Berna e sobre o Real Madrid (5-3) em Amsterdão.

E 13 de Maio de 1964, o Sporting depois de ter empa-

tado, na final da Taça das Taças, a três bolas com o MTK da Hungria, em Bruxelas, conseguiu passados dois dias vencer o seu opositor na finalíssima de Antuérpia (1-0), com um célebre golo de canto directo apontado por Morais.

O ano de ouro em competições internacionais de clubes foi o de 1987, com o FC Porto a vencer sucessivamente três taças, feito único no futebol português.

Os «dragões», sob a orientação de Artur Jorge, venceram a final da Taça dos Campeões Europeus, em Viena, derrotando o Bayern de Munique (2-1), tendo depois vencido a Supertaça Europeia com duas vitórias por igual margem (1-0) sobre o Ajax, na Holanda e nas Antas.

Finalmente, em Tóquio, derrotaram o Peñarol (2-1), do Uruguai, e conquistaram a Taça Intercontinental sendo treinador Tomislav Ivic.

Os históricos

A título individual, Eusébio (Benfica) e Gomes (então no FC Porto) trouxeram para o futebol português duas botas de ouro (melhor marcador europeu) cada. Eusébio em 1968 marcou 42 golos e em 1973 ficou-se nos 40, enquanto que Gomes em 1983 acertou 36 vezes nas balizas adversárias e em 1985 subiu a conta para 39. O argentino Yazalde, como jogador do Sporting, conseguiu no ano de 1974 uma bota de ouro, com 46 golos.

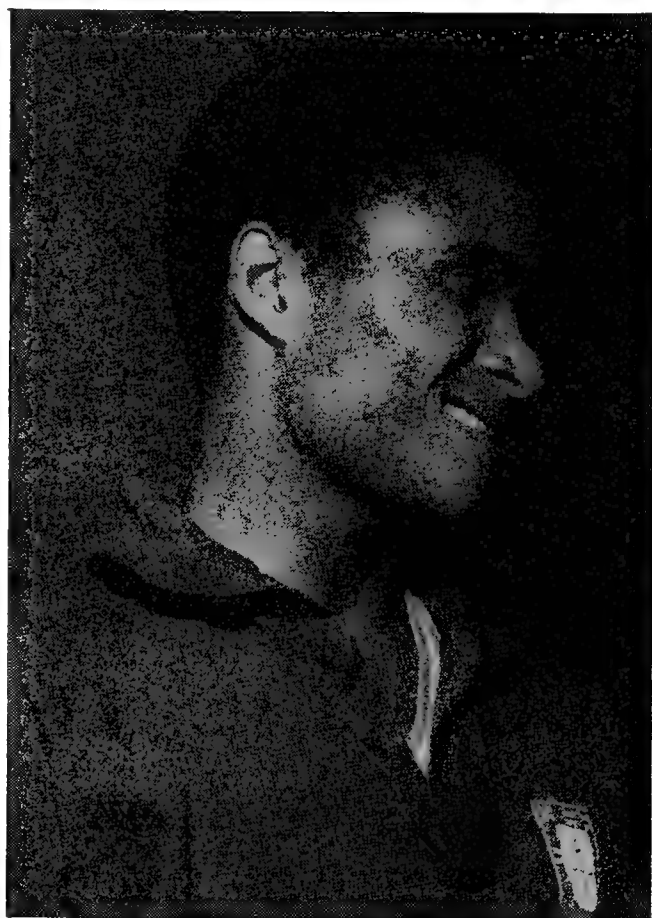
Eusébio foi bola de ouro (melhor jogador europeu) em 1965, tendo conquistado também duas bolas de prata em 1962 e 1966, tendo Masopust, do Dukla de Praga, e Bobby Charlton, do Manchester United, conquistado nesses anos o troféu ao «Pantera Negra».

Dos arquivos históricos consta ainda que José Travassos foi o primeiro jogador português a alinhar numa selecção do «Resto da Europa», e num tempo em que o futebol luso não tinha grande prestígio além-fronteiras. A estreia de Travassos foi em 14 de Agosto de 1955, em Belfast, tendo a selecção do «Resto da Europa» vencido a Grã-Bretanha por 4-1.

Os introdutores

Há 101 anos, depois de ter regressado de Inglaterra onde frequentara um colégio com dois irmãos, Guilherme Ferreira Pinto Basto organizou, em 22 de Janeiro de 1889, o primeiro jogo de futebol em Portugal.

Os rapazes lusos, que venceram uma selecção de ingleses que trabalhavam em Lisboa (2-1), podem-se considerar os primeiros futebolistas



Eusébio: para legenda basta o nome

portugueses. Foram eles: Guilherme Pinto Basto, a guarda-redes, e à sua frente sem posições rígidas, João Bregaro, Eduardo Romero, Afonso Vilar, Simão de Sousa Coutinho (Borba), Duarte Pinto Coelho, Augusto Moller, Henrique Villar e mais quatro, Pinto Basto (João, Eduardo, Frederico e Fernando).

Mas a primeira tentativa de introdução do futebol em Portugal fora feita um ano antes, num domingo de Outubro de 1888, em que os Pinto Basto, com outros amigos, realizaram um primeiro «ensaio» no Campo da Parada, em Cascais.

Assim, o primeiro desafio formal realizou-se em 22 de Janeiro de 1889 tendo-se seguido vários outros até que em 1891, devido ao ultimato da Inglaterra, o entusiasmo pelo novo jogo ficou um pouco abalado. O futebol voltaria então a praticar-se com entusiasmo a partir de 1893, altura em que o jogo foi introduzido na então Real Casa Pia de Lisboa.

Em 1894 efectuou-se o primeiro Porto-Lisboa, no qual estava em jogo uma taça oferecida pelo rei D. Carlos, e que teve o nome do monarca e a seguinte legenda: «football championship das cidades de Portugal». Esta taça representou a primeira tentativa para reunir, num campeonato, as cidades mais importantes do País, para se jogar em Lisboa, Porto e Aveiro. «Os alfaias» venceram, no Porto (2-0), e entre a assistência encontrava-se o Rei D. Carlos, a rainha e os filhos.

Este primeiro Porto-Lisboa

acelerou a expansão do futebol e em 1906, por iniciativa da revista da época «Tiro Sport» realizou-se em Portugal o primeiro torneio interclubes, tendo o Lisbon Cricket vencido o Internacional (2-1), na final disputada em 31 de Março, na Cruz Quebrada.

Na época de 1906/1907 criou-se a Liga de Football Association, ao estilo das existentes em Inglaterra, e em 31 de Agosto de 1908 nasceu a Liga Portuguesa de Futebol que promoveu a sua inscrição na FIFA.

Depois de uma crise de clube no seio da Liga, os clubes filiados resolveram fundar a Associação de Futebol de Lisboa, em 23 de Setembro de 1910. Criou-se um novo sistema de organização, o das associações distritais, que viriam depois a constituir a Federação Portuguesa de Futebol em 3 de Dezembro de 1938.

Passados 101 anos, o futebol português por intermédio do Benfica, vai tentar trazer para o País a quarta Taça dos Clubes Campeões Europeus, enquanto as selecções de juniores «A» e «B» vão disputar as fases finais dos campeonatos da Europa da categoria, na Hungria, em Julho, e na RDA, em Maio, respectivamente.

Quanto à selecção nacional de seniores, agora comandada por Artur Jorge, depois da desastrosa campanha para o Mundial de Itália-89, aguarda pelo sorteio de 2 Fevereiro, em Estocolmo, para saber quais os adversários do seu grupo de apuramento para a fase final do Campeonato da Europa (Suécia-92).



José Travassos: o primeiro «europeu»

DESPORTO

Jogos Olímpicos: de Olímpia a Barcelona (5)

Os atentados ao ideal de Coubertin

Em 1896, e nos anos que se lhe seguiram, Pierre de Coubertin não se cansou de gritar o seu ideal desportivo: «Antes do mais deve-se conservar a pureza do desporto, já que o importante não é ganhar mas sim participar.»

No início, a participação nos Jogos servia para aliviar tensões entre as nações em conflito e para tentar melhorar o espírito dos homens. Hoje, as coisas já não são assim, uma vez que os países tendem a fazer «a sua política» através do desporto.

Agora, os desportos, transformaram-se em mais uma forma de pressão para a política de um dado país, favorável ou desfavorável, consoante os casos. Existem situações em que a mera presença de um dado atleta em prova, provoca conflitos a nível de relações internacionais, enquanto que, noutros casos, a ausência previamente programada de uma equipa, pode dar lugar a tensões ou controvérsias.

As Olimpíadas modernas começaram a misturar-se com a política três anos antes da II Guerra Mundial. Nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, Hitler tentou fazer ver ao mundo a supremacia alemã, exaltando os poderes físicos e psíquicos daquilo a que chamavam «a nata da raça ariana». No entanto, os resultados foram um autêntico fracasso, já que os Estados Unidos além de decidirem à última hora participar nos Jogos, ainda ganharam quatro medalhas de ouro, graças ao seu espectacular atleta de cor, de seu nome Jesse Owens.

Depois da guerra, um exacerbado sentimento nacionalista norte-americano contra a URSS levou os soviéticos a não participar nos Jogos de Londres (1948) estando, no entanto, presentes em Helsínquia iniciando-se de imediato a chamada «guerra fria» das Olimpíadas.

O ideal frustrado

A partir daqui, a política e toda uma série de factores extradesportivos sucederam-se. O ideal de Coubertin durou muito tempo.

Os boicotes sucederam-se, o racismo era cada vez mais evidente, os países não participavam porque não admitiam a participação de outras nações suberanas e, no meio destes conflitos surgia o Comité Olímpico Internacional, negociando de um lado e de outro, apelando para a participação em massa dos países, tentando que a realização dos Jogos decorresse o mais desportivamente possível.

Das controvérsias maiores desencadeadas pela realização dos Jogos após a II Guerra Mundial, destacam-se as seguintes:

1948: Os árabes, ameaçam boicotar os Jogos se o COI não excluir o novo Estado de Is-



Barcelona: a «cidade olímpica» será assim

rael da Olimpíada de Londres. Surge assim um precedente fatal para a selecção das nações participantes.

1952: A União Soviética, ausente desde os Jogos de 1912, participou pela primeira vez na Olimpíada de Helsínquia com a bandeira comunista. A Alemanha Ocidental também participou mas a Alemanha Democrática, após complicadas negociações, decide não participar em virtude de não ter sido reconhecida como nação independente. A China nacionalista declina igualmente o convite porque foi convidada a China comunista.

1956: A invasão soviética na Hungria, pouco antes do início dos Jogos Olímpicos de Melbourne, provocou a retirada da Espanha, Holanda e Suíça. A tomada do canal do Suez por parte da Grã-Bretanha e França levou o Egipto, o Líbano e o Iraque a retirarem-se do certame.

A Alemanha Ocidental e a Alemanha Democrática chegaram a acordo e participaram com uma equipa conjunta. Desta forma, os atletas desfilaram sob a bandeira da Alemanha Ocidental. A China comunista também não participou porque Taiwan foi convidado.

Racismo e desporto

1960: A Alemanha Federal e a Alemanha Democrática participam debaixo de uma bandeira neutral. A China-na-

cionalista participa com a bandeira da Formosa.

1964: O Comité Olímpico Internacional (COI) suspende a África do Sul por causa da sua política racista. As duas Alemanhas são representadas, novamente, por uma equipa conjunta.

1968: Os corredores norte-americanos Tommie Smith e John Carlos fazem a saudação do «poder negro» ao subirem ao pódio. As ameaças de boicote por parte dos atletas negros norte-americanos como forma de protesto contra o racismo nos Estados Unidos não tiveram mais consequências.

Apesar da invasão soviética, a Checoslováquia participa nos Jogos, embora aceite com reservas pelos países ocidentais. No México, os países escandinavos não são atendidos ao pretenderem excluir os países do Pacto de Varsóvia. Pela primeira vez, as duas Alemanhas participam separadamente e cada nação com a sua bandeira. Extra competição registaram-se violentos e sangrentos combates entre os estudantes mexicanos e a Polícia.

1972: A edição dos Jogos Olímpicos realizados na RFA seriam os mais sangrentos de toda a história do movimento olímpico. Um comando pertencente ao grupo Setembro Negro entrou na aldeia olímpica e sequestrou nove atletas israelitas. O grupo palestino exigia a libertação de 200 árabes encarcerados em prisões israelitas. A Polícia alemã-

ocidental emitiu um programa de Televisão falso em que se dizia ter Israel aceite as condições exigidas pelo comando.

Foi comunicado aos palestinos que tinham um avião pronto para viajarem para o Egipto ou Líbia, mas na reali-

dade foram transportados de helicóptero para o Aeroporto Militar de Furstfeldbruck onde estava a ser preparada uma emboscada. Ao sair do helicóptero, um elemento do comando palestino viu num dos telhados um atirador de elite alemão surgindo de imediato um tiroteio feroz que se saldou em 18 mortos: 11 israelitas, cinco palestinos, um polícia alemão e o piloto do helicóptero. Após estes acontecimentos, Israel, Síria, Egipto e Kuwait decidem retirar-se da competição. Em 1972 a África do Sul foi expulsa do movimento olímpico e a Rodésia — governada por uma minoria branca — foi excluída devido à ameaça de boicote dos países negros africanos.

1976: Vinte e oito países africanos boicotam os Jogos de Montreal como forma de protesto em virtude de uma equipa de «rugby» da África do Sul ter feito uma «tourné» pela Nova Zelândia.

1980: O presidente norte-americano, Jimmy Carter, decidiu boicotar os Jogos Olímpicos de Moscovo, como forma de protesto pela invasão do Afeganistão, no que foi acompanhado por mais alguns países ocidentais.

1984: Em Los Angeles (XXIV Olimpíada da era moderna), foi a vez da União Soviética decidir não participar, como forma de retaliação pela atitude dos EUA tomada na edição anterior.

José Delgado/EFE
Adaptação: Alves Henriques

Informação

GREVE DE 16 A 26 DE JANEIRO DE 1990

LINHA DE CASCAIS

A CP informa que, nos próximos dias 24 a 26 do corrente, complementar a sua actividade ferroviária na Linha de Cascais com 100 autocarros com partidas de Cascais, S. Pedro, Parede, Carcavelos, Oeiras e Paço d'Arcos, com destino a Lisboa entre as 06.00 e as 22.30 horas ininterruptamente nos dois sentidos.

23 de Janeiro de 1990

Informação divulgada pela Divisão de Relações Públicas

Caminhos de Ferro
Portugueses

AGENDA

I Série N.º 20
Dia 24 de Janeiro



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Decreto do Presidente da República n.º 6/90:
Prorroga por dois anos, sob proposta do Governo, ouvido o
Chefe do Estado-General das Forças Armadas, o período
de exercício de funções do general Mário Firmão Miguel no
cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército

Presidência
do Conselho de Ministros
e Ministério das Finanças

Portaria n.º 56/90:
Fixa o valor do índice 100 da escala remuneratória da car-
reira de enfermagem

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 26/90:
Determina a cessação do acesso aos acordos de assistência da
PAREMPRESA e estabelece o regime de tramitação do
processo em curso

Ministérios das Finanças
e do Emprego e da Segurança Social

Portaria n.º 57/90:
Altera o quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança
Social de Beja

Portaria n.º 58/90:
Cria no quadro de pessoal da Direcção-Geral das Relações
Colectivas de Trabalho quatro lugares de assessor principal

Ministério do Planeamento
e da Administração do Território

Decreto-Lei n.º 27/90:
Altera o limite máximo, para pagamento imediato, do valor
acordado da indemnização por expropriação por utilidade
pública (altera o artigo 42.º do decreto-Lei n.º 845/76, de 11
de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-
Lei n.º 513-G/79, de 24 de Dezembro)

Ministério da Justiça

Decreto-Lei n.º 28/90:
Aumenta o quadro de juizes dos tribunais administrativos
de círculo

Ministério da Agricultura,
Pescas e Alimentação

Decreto-Lei n.º 29/90:
Afecta à Direcção-Geral das Florestas, como receita própria,
as receitas provenientes da exploração de material lenhoso
em áreas florestais submetidas ao regime florestal parcial
obrigatório

Decreto-Lei n.º 30/90:
Regula a elaboração de pareceres por peritos veterinários no
âmbito das trocas intracomunitárias de animais, de carne ou
de produtos à base de carne (transpõe para o direito interno
a Directiva n.º 65/277/CEE, da Comissão, de 13 de Maio de
1965)

Ministério da Indústria e Energia

Decreto-Lei n.º 31/90:
Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a exploração,
pela Empresa Nacional de Ucrânia, E.P., dos jazigos nacion-
ais de minérios radioactivos, anteriormente sob o domínio
da ex-Junta de Energia Nuclear

Ministério da Educação

Decreto-Lei n.º 32/90:
Cria uma linha de crédito bonificado para financiamento das
escolas profissionais

Decreto-Lei n.º 33/90:
Introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 354/88, de 12 de
Outubro, que aprovou o regime de acesso ao ensino supe-
rior

Ministério das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações

Portaria n.º 59/90:
Define os condicionais da atribuição de licenças para o
transporte público ocasional de mercadorias especificadas
em veículos especialmente adaptados

Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 34/90:
Aplica o novo sistema retributivo da função pública ao
pessoal da carreira de enfermagem e define os regimes de
duração de trabalho do mesmo pessoal

O ESTADO DO TEMPO

HOJE
CONTINENTE

Regiões do Norte - céu geralmente
muito nublado. Vento fraco ou moderado
do quadrante Oeste. Períodos de chuva
fraca especialmente durante a madrugada
e manhã. Nebulosa ou nevoeiro matinal. Mar
de pequena vaga com ondulação Noroeste
de 2 a 3 metros.

Regiões do Centro - céu geralmente
muito nublado, apresentando boas aberturas
a partir da tarde. Vento fraco ou moderado
de Oeste. Nebulosa ou nevoeiro matinal. Mar
de pequena vaga com ondulação Noroeste
de 2 a 3 metros.

Regiões do Sul - céu geralmente pouco
nublado. Vento fraco. Nebulosa ou nevoeiro
matinal. Pequena subida da temperatura.
Mar encrespado com ondulação Noroeste
de 2 metros na Costa Ocidental e en-
crespado com ondulação inferior a 1 metro
na Costa Sul.

AÇORES

Céu geralmente pouco nublado. Vento
fraco ou moderado de Nordeste. Mar en-
crespado ou de pequena vaga com ondu-
lação Noroeste de 2 a 3 metros na Costa
Norte e mar encrespado com ondulação in-
ferior a 1 metro na Costa Sul.

No Funchal, céu geralmente pouco
nublado e vento fraco.

Amanhã - céu geralmente pouco
nublado. Vento fraco ou moderado de
Nordeste. Depois de amanhã - períodos de
céu muito nublado. Vento fraco ou mo-
derado de Norte.

MADEIRA

Grupos Ocidental e Central - céu ge-
ralmente muito nublado. Vento moderado
de Sudoeste. Períodos de chuva fraca. Mar
de pequena vaga com ondulação Noroeste
de 2 a 3 metros.

Grupo Oriental - Períodos de céu muito
nublado. Vento geralmente fraco. Mar en-
crespado com ondulação de 2 a 3 metros.

Amanhã - céu geralmente muito
nublado. Vento fraco ou moderado de
Oeste. Períodos de chuva fraca.

Depois de amanhã - céu muito nublado.
Vento moderado de Noroeste. Agudeiros
fracos.

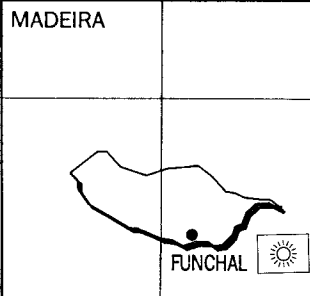
Amanhã
No Continente - nas regiões do Norte
e Centro, céu muito nublado, vento fraco ou
moderado de Oeste e períodos de chuva
especialmente a partir da tarde.

Regiões do Sul, céu geralmente pouco
nublado aumentando de nebulosidade.
Vento fraco de Noroeste.

Depois
No continente - céu geralmente muito
nublado. Vento fraco ou moderado de
Oeste. Agudeiros, especialmente nas
regiões do Norte e Centro e pequena de-
scida da temperatura.

Informação do Instituto de Meteorolo-
gia e Geofísica

* Informação do Instituto Nacional de
Meteorologia e Geofísica



- Céu limpo
- Céu pouco nublado
- Céu muito nublado
- Chuva
- Trovoada
- Neve
- Vento
- Mar calmo
- Mar encrespado

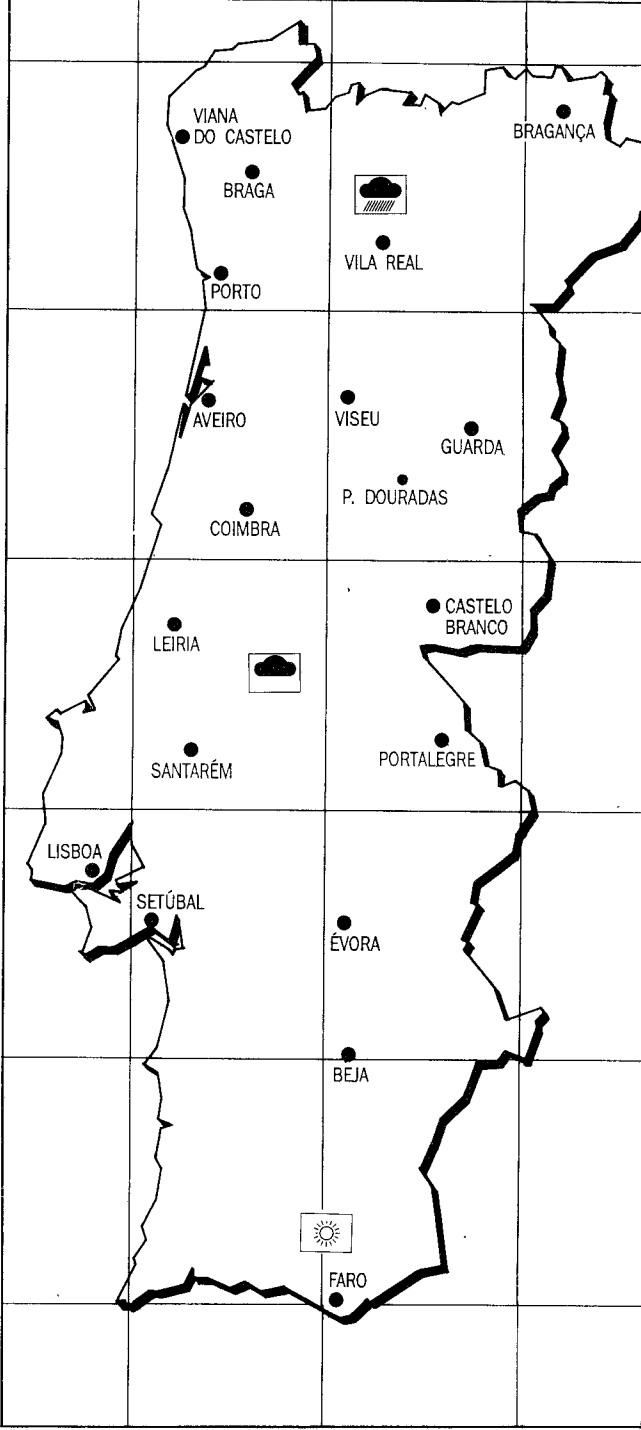
MARÉS

Hoje

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
01.33 3,3m	07.16 1,2m
14.00 3,2m	19.28 1,2m

Amanhã

02.14 3,5m	07.56 1,0m
14.40 3,4m	20.06 1,0m



PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança.....	5	9	Encoberto
V. Castelo.....	13	14	Chuva
Vila Real.....	7	10	Nebulosa
Porto.....	12	13	Chuvisco
P. Douradas.....	-	-	-
Coimbra.....	12	12	Chuvisco
C. Carvoeiro.....	14	14	Encoberto
C. Branco.....	9	10	Encoberto
Portalegre.....	9	9	Chuvisco
Lisboa.....	12	12	M. nub.
Évora.....	10	10	Nebulosa
Beja.....	10	11	Nebulosa
Faro.....	10	10	Limpo
Sagres.....	8	15	M. nub.
P. Delgada.....	15	15	Nebulosa
Horta.....	15	15	Encoberto
Funchal.....	11	12	Limpo
Sines.....	-	-	-

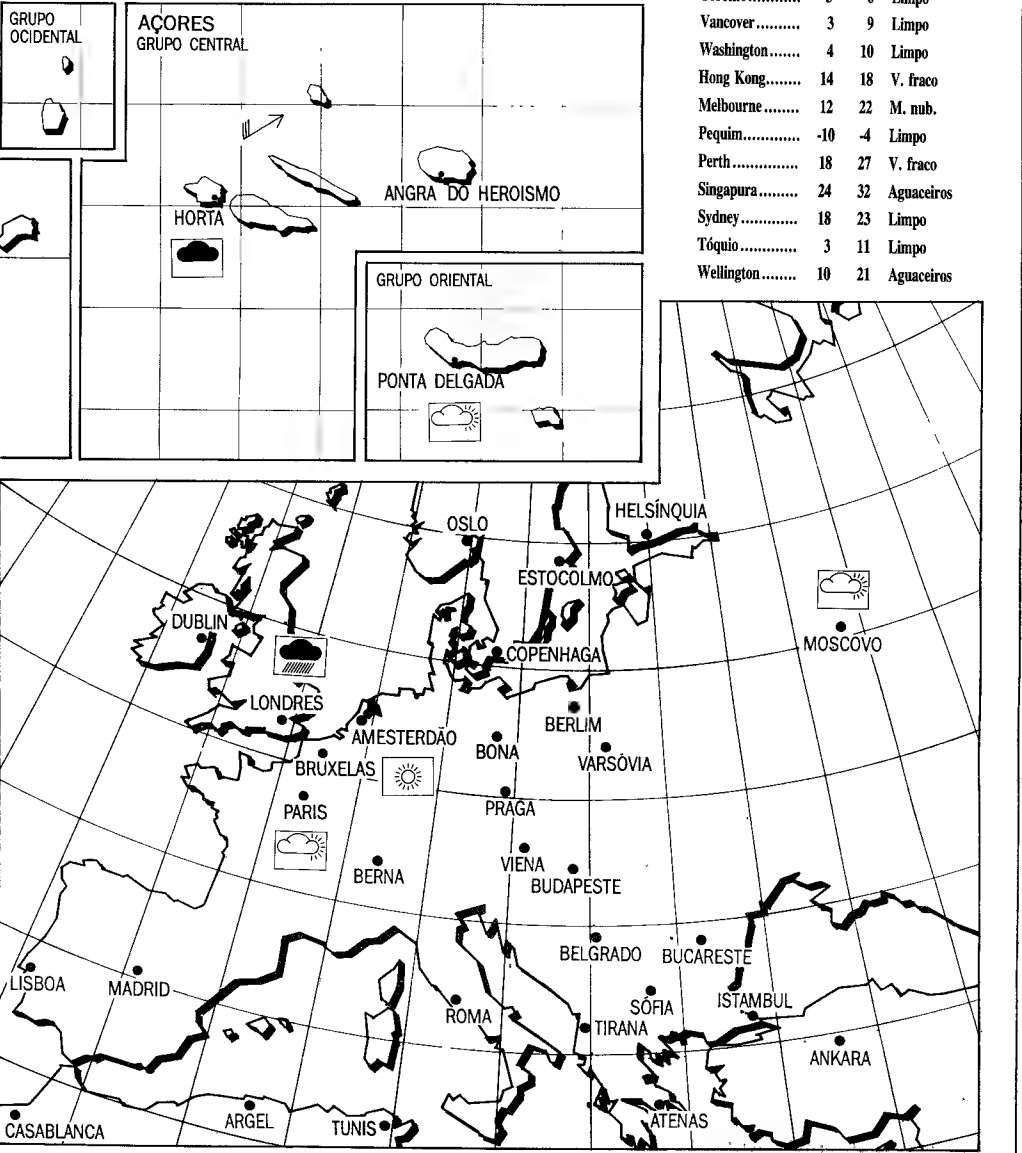
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 16; Porto,
15; Faro, 17; P. Delgada, 17; Funchal, 18.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Madrid.....	-1	-1	Nebulosa
Londres.....	3	4	Chuva
Paris.....	4	5	P. nub.
Bruxelas.....	4	4	Limpo
Amsterdão.....	5	6	P. nub.
Genebra.....	6	6	Chuva
Roma.....	0	1	Nebulosa
Oslo.....	0	0	P. nub.
Copenhaga.....	4	4	Encoberto
Estocolmo.....	3	4	M. nub.
Berlim.....	6	7	Chuva
Viena.....	-1	1	Nebulosa
Varsóvia.....	4	5	Limpo
Atenas.....	6	7	P. nub.
Moscovo.....	-15	-9	Encoberto

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h.
Chicago.....	2	6	P. nub.
Houston.....	13	22	Aguaceiros
Los Angeles.....	10	25	Limpo
Montreal.....	-5	1	Neve
Nova Iorque.....	5	13	Chuva
S. Francisco.....	6	16	Limpo
Toronto.....	-3	6	Limpo
Vancouver.....	3	9	Limpo
Washington.....	4	10	Limpo
Hong Kong.....	14	18	V. fraco
Melbourne.....	12	22	M. nub.
Pequim.....	-10	-4	Limpo
Perth.....	18	27	V. fraco
Singapura.....	24	32	Aguaceiros
Sydney.....	18	23	Limpo
Tóquio.....	3	11	Limpo
Wellington.....	10	21	Aguaceiros



AGENDA

FARMÁCIAS
LISBOA
SERVIÇO
PERMANENTE

Alfama: Costa, Rua Escolas Gerais, 88-A, Tel. 863940; **Alto Santo Amaro:** Tapada, Calçada da Tapada, 83-A, Tel. 3634721; **Alvalade:** Sanex, Av. da Igreja, 31-C, Tel. 897505; **Arco Cego:** Providência, Rua D. Filipa Vilhena, 9-C, Tel. 770324; **Arroios - Chile:** Brasil, Rua Alves Torgo, 29-33, Tel. 546843; **Benfica - Portas Benficas:** Benfica, Estrada de Benfica, 678-E, Tel. 702532; **Campo de Ourique:** Almeida, Rua Silva Carvalho, 136; Tel. 681726; **Fundação Calouste Gulbenkian:** Berne, Av. de Berna, 44-A, Tel. 773568; **Galinheiras - Charneca-Lumiar:** São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1, Tel. 7590696; **Marquês Pombal:** Branco, Av. Duque Loulé, 61-65, Tel. 545048; **Penha de França:** Carrondo, Rua Padre Sena Freitas, 10-A, Tel. 8142518; **Picheleira:** Marluiz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Santos:** Marcos Nascimento, Calçada Marquês Abrantes, 36-A, Tel. 664238; **Brandão - Amadora:** Brito, Rua 25 de Abril, Lote 32-B, Tel. 995338; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; **Odivelas:** Catela Tavares, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 29-A, Tel. 9815446; **Pontinha:** Leitão Ribeiro, Rua A do Falcão, 3-A; **Portela:** Paula de Campos, Centro Comercial Urb. da Portela, Tel. 9431423.

REFORÇO

Anjos (ao Cinema Roxy): Guerra, Rua Andrade, 32-36, Tel. 8145513; **Av. Roma (Bairro São Miguel):** São Miguel, Praça Francisco

Morais, 1, Tel. 771469; **Baixa:** Cortez, Rua São Nicolau, 93, Tel. 3259420; **Belém - Altinho:** Gomes Suc., Rua da Junqueira, 326-328, Tel. 3638193; **Encarnação:** Zira, Praça das Casas Novas, 5-A, Tel. 311216; **Estados Unidos:** Dasparinho, Rua Dr. Gama Barros, 54-A, Tel. 890465; **Lapa:** Central da Lapa, Rua dos Navegantes, 10, Tel. 661734; **Luz - 2.ª Circular:** J. Ribeiro, Estrada da Luz, 199-A, Tel. 7260969; **Madre Deus:** Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B, Tel. 382470; **São Sebastião:** Sagres, Av. Luís Bivar, 69-71, Tel. 547213; **Buraca - Amadora:** Gaspar Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9870305.

LINHA

DE CASCAIS

Algés: Branco, Av. Com. G. Guerra, 29, Tel. 2104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Moderna, Av. 25 de Abril, 30-C, Tel. 4191235. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira,

R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Central, R. Conde Ferreira, 29, Tel. 4430691. Permanente; **Parede:** Do Junqueiro, L. Luanda, Lote 5, Tel. 2477838. Permanente; **S. Pedro do Estoril:** S. Pedro, Rua 9 de Abril, Tel. 2683052. Até às 22 h; **Sasoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Monte Estoril:** Suíça, Cruzeiro, Tel. 260087. Até às 22 h; **Cascais:** Cascais, R. Conde Monte Real, B.º Casias, Tel. 282407. Permanente.

LINHA

DE SINTRA

Amadora: Heleno, R. 1, Lote C, Reboleira Sul, Tel. 964476. Permanente; **Carlos, R. Sebastião Gama,** 28 - C. Casal S. Brás. Até às 22 h; **Clabel, R. António Sardinha,** 23-D, Tel. 4938551. Até às 22 h; **Queluz:** Vasconcelos, Est. Part. Henr. Pousão, Tel. 4372649. Permanente; **Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro,** 42, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Guerra Rico, Av. Bombeiros Voluntários, Tel. 9244002. Permanente; **Mem Martins -**

Algueirão: Rodrigues Rato, R. Morés, 1, Tel. 9212039. Até às 22 h; **Mercês:** Clarro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Carqueiro Lourenço, Calç. Rinchoa, 38, Tel. 9262006. Até às 22 h; **Sintra:** Misericórdia, Vila Pendoa, Tel. 9231070. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088.

OUTRA

BANDA

Almada: Algarve-Algarve, R. Fernão Lopes, 1, Tel. 2650271. Permanente; **Cova da Piedade:** Atlântico, Av. Rainha D. Leonor, 45-A, Tel. 2764466. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, R. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Chai, Av. General Humberto Delgado, Tel. 2903218. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Oliveira Sérgio, R. Álamos, 2-A, Tel. 2296464. Até às 22 h; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaq. J. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; **Sesimbra:** Leão, Av. Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Barreiro:** Normal, Av. Alfredo Silva, 116, Tel. 2073035. Permanente; **Baixa da Banheira:** Nunes, R. 1.º Maio, 106-A, Tel. 2043532. Até às 19 h; **Corroios:** Abreu Cardoso, R. Cid. Setúbal, 1-B, Tel. 2536172. Até às 19 h; **Cruz de Pau:** Fonseca, R. Ribatejo, 2-A, Tel. 2211131. Permanente; **Aldeia Paio Pires:** Central, Est. Nacional, 9, Tel. 2210365. Até às 22 h; **Montijo:** Giraldes, R. Almirante Reis, 45, Tel. 2310008. Até às 22 h; **Moita:** Silva Rocha, P. República, 16, Tel. 2390029. Até às 19 h; **Alhos Vedros:** Gusmão, R. Cândido Reis, 30, Tel. 2040020. Até às 19 h.

HÁ 20 ANOS



Universidade - mudança de política

«Não posso deixar de associar esta nomeação a uma mudança da política universitária» - afirmou o prof. Fraústo da Silva ao tomar posse, esta manhã, do cargo de director do Instituto Superior Técnico, em que sucede ao prof. Almeida Alves. A posse foi-lhe conferida pelo reitor da Universidade Técnica, prof. Vasco Costa, e ao acto assistiram numerosas individualidades, especialmente ligadas ao ensino, professores e estudantes. Usaram da palavra o director cessante, o reitor Vasco Costa e o prof. Fraústo da Silva, que expôs algumas das linhas fundamentais do que pensa sobre a Universidade e sobre o Instituto de que passou a ser director.

Representação da Espanha em Budapeste

Foi aprovado pelo Conselho de Ministros ontem reunido em Madrid o decreto que cria a representação consular e comercial da Espanha em Budapeste. Dá-se assim concretização ao acordo recentemente assinado em Paris, entre os embaixadores de Espanha e da Hungria na França.

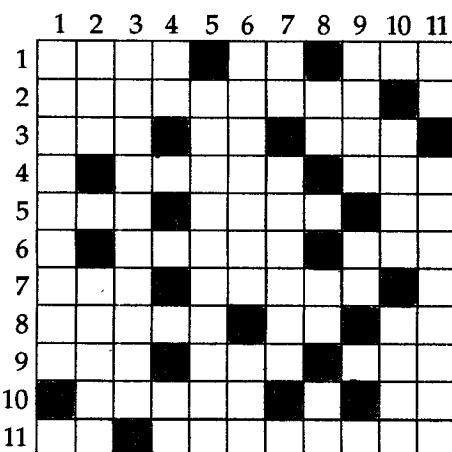
Aulas à luz de velas em Setúbal

São verdadeiramente deploráveis as condições em que funciona a Escola Feminina do Ciclo Preparatório de Setúbal. No edifício anexo não há iluminação eléctrica, e para que as aulas possam começar à hora regulamentar - 8 e 30 - as alunas têm de levar de casa, a pedido dos professores, velas para se alumiar.

EFEMÉRIDES

- 1848**
 - James Marshall descobre uma pepita de ouro no estado da Califórnia, provocando o início da corrida ao ouro.
- 1924**
 - A cidade de Petrogrado, na Rússia, passa a designar-se Leninegrado em homenagem ao fundador da União Soviética.
- 1965**
 - Morre, com 95 anos, o estadista britânico Winston Churchill.
- 1969**
 - Morre António Sérgio.
- 1981**
 - O secretário-geral do Partido Socialista Francês, François Mitterrand, é escolhido pelo seu partido como candidato oficial às eleições presidenciais francesas.
- 1984**
 - Quatro organizações femininas defensoras do aborto legal anunciam que vão pedir aos deputados para que votem, tendo em vista acabar com a «ignominia» do aborto clandestino, ao mesmo tempo que milhares de pessoas, entre as quais numerosas jovens da Universidade Católica, se manifestam em Lisboa contra a sua despenalização.
- 1988**
 - 500 anos após Bartolomeu Dias ter dobrado o cabo da Boa Esperança, a caravela com o nome do navegador passa no mesmo local, na sua viagem evocativa da efeméride.

PALAVRAS CRUZADAS



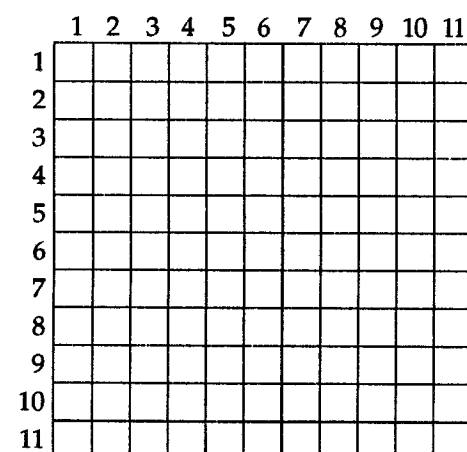
PROBLEMA N.º 17843

HORIZONTAIS:

1 - Debanda. Contracção da preposição de com artigo. Um cento. 2 - Dispor. 3 - Macere. Átomo. Governanta. 4 - Avar. Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho de Anadia. 5 - Pequeno poema da Idade Média narrativo ou lírico. Doutor. Rénio (s.q.). 6 - Ilusões. Sofrimento. 7 - Reima para trás. Crítico invejoso e mordaz. 8 - Divida em ruas. Cobalto (s.q.). Cério (s.q.). 9 - Freguesia do concelho Oliveira do Bairro. Recusa. Ilha inglesa no mar da Irlanda. 10 - Peixe do género siluro. Item. 11 - Ósmio (s.q.). Sobrasse.

VERTICAIS:

1 - Freguesia do concelho da Guarda. 2 - Rogo. Tempo do verbo ir. 3 - Movera-se (à roda ou para determinado ponto) por efeito da gravitação. 4 - Pronome pessoal. Sufixo que designa estado. 5 - Difamador. 6 - Porão a data em. Preposição e artigo (pl.). 7 - Letra grega (inv.). Relativo a oásis. 8 - Autores. O lado do vento. Concede. 9 - Lago de Itália. Contracção da preposição de com artigo. 10 - Freguesia do concelho de Barcelos. Vais ao chão. 11 - Mil e quinhentos em romano. Pessoa pífida.



PROBLEMA N.º 16653

HORIZONTAIS:

1 - Burro. Dois mil em romano. Pronome relativo. 2 - Autores. Nota musical. Vossa Santidade. 3 - Suprimir. Duzentos em romano. 4 - Rosca dos fusos das fiandeiras. Aparelho para coar líquidos. 5 - Caminhar. Deduzir ou concluir por intuição, sem intervenção do raciocínio. 6 - Incendiam-se. 7 - Cachoeira no rio Aiari, tributário do Iguaçu. Lavram. 8 - Verso. Guarneceras de arames. 9 - Costume (inv.). Eial. 10 - O mesmo que asnal. 11 - Desculpa. Nome de algumas tribos indígenas do Brasil, em Mato Grosso.

VERTICAIS:

1 - Cidade de Itália. Tempo do verbo ir. 2 - Vais para fora. Curso de água natural e abundante. Preposição. 3 - Abcesso. 4 - Papaia. Preposição latina que designa movimento. 5 - Nota musical. Esbelta. 6 - Substância óssea que constitui os dentes dos elefantes. Burro. 7 - Rio de França. Causa amuo a. 8 - Virará. Técnico (s.q.). 9 - Quantun satis. Pronome pessoal. Limpa com areia. 10 - Acreditei. Coxa. 11 - Anuparo (fig.). Sádios.

SOLUÇÃO

DO PROBLEMA N.º 17842

HORIZONTAIS: 1 - A. Desafiara. 2 - Doido. Am. 3 - Via. Cozinha. 4 - Dias. Toar. 5 - Éolo. Assa. 6 - Sam. Hi. Sr. 7 - Imanares. Af. 8 - Dó. Arar. Ina. 9 - Arabá. Oka. 10 - Dera. Fiara. 11 - Escolhas. Aba. VERTICAIS: 1 - ADVERSIDADE. 2 - Oi! Amores. 3 - Diadema. Arc. 4 - ED. Io. Nabão. 5 - Socalcara. 6 - Oso. Rã. Pa. 7 - FAZ. HERÓIS. 8 - Inuitais. Ka. 9 - Ainos. Lara. 10 - Hassan. Ab. 11 - Amamariam.

SOLUÇÃO

DO PROBLEMA N.º 16652

HORIZONTAIS: 1 - Paval. Saras. 2 - Ape. Ela. Ede. 3 - Sama. Asir. 4 - Sr. Rs. Gotra. 5 - Aérea. Ias. 6 - Simulas. 7 - Ramos. 8 - Au. Catar. La. 9 - Ai. Ag. 10 - Armar. Salvo. 11 - Soeras. Aias. VERTICAIS: 1 - Passa. Calas. 2 - Apares. Ro. 3 - Vem. Rim. Ame. 4 - Arem. Ciar. 5 - Lê. Saurá. Rã. 6 - Lo. Lata. 7 - Sa. Gramais. 8 - Ao. Ror. Aa. 9 - Réstias. Li. 10 - Adiras. Lava. 11 - Serás. Magos.

PROVÉRBIO:
A ADVERSIDADE FAZ
HERÓIS.

Resolveu completamente este problema?
Procure, agora em segundo passatempo,
o provérbio nele inscrito.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB

Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496

ENTRE PRIMOS

Filme de Joel Schumacher c/ Ted Danson e Isabella Rossellini.

Maiores de 12 anos

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 1

CHUVA NEGRA

Filme de Ridley Scott c/ Michael Douglas e Andy Garcia.

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00.

ALFA 2

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14, 15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.

Maiores de 6 anos

Sessões às 13.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4

O CLUBE DOS POETAS MORTOS

Filme de Peter Weir c/ Robin Williams

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa

Telef. 691275

CHUVA NEGRA

Com Michael Douglas e Andy Garcia

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Maiores de 6 anos.

Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 12 anos.

Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4

HOMEM APAIXONADO

Filme de Diane Kurys c/ Greta Scachi e Peter Coyote

Maiores de 12 anos

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5

SEXO, MENTIRAS E VIDEO

Filme de Steven Soderbergh c/ James Spader e Andie MacDowell

Maiores de 16 anos.

Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6

ENTRE PRIMOS

Maiores de 12 anos.

Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7

CINEMA PARAÍSO

Filme de Giuseppe Tornatore

c/ Philippe Noiret e Jacques Perrin

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 8

ABISMO

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9

A SOMBRA DO ASSASSINO

Filme de Robert Kirk c/ Anthony Perkins e Deborah Foreman

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10

O CLUBE DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos.

Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas..

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A

Telef. 763319

O CLUBE DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10

Telef. 776098

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos

Sessões às 15.00, 18, 21.30

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15

Telef. 324194

PÁSSAROS ASSASSINOS

Filme de James Villeneuve

Maiores de 16 anos

Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO

Parque Mayer

A VICIOSA LAURA

Hard-core-1ª escalação (porno)

Maiores de 18 anos

Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27

Telef. 573407

A TURMA DO SEXO

Hard-core-1ª escalação (porno)

Maiores de 18 anos.

Sessões às 12.30, 14.3, 16.45, 19, 21.30 e 23.30.

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37

Telef. 533253

ABISMO

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

VINGANÇA SELVAGEM

Filme de Lee Thompson c/ Charles Bronson

Maiores de 18 anos

Às 24.00 horas

CINE PORTELA

ESTÚDIO ANUSHA

Telef. 9434762

EMANUELLE

Com Monique Gabrielle e C. Hadester

Maiores de 16 anos

Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CINE PORTELA

ESTÚDIO SHEZA

SKINDEEP - O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA

Com Vicent Gardenia e Alyson Reed

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.15 e 21.15 horas.



CINEMA Paraíso

SOVEREIGN

Cinema Paraíso **PUB**
Em exibição na sala 4 Quarteto Filme qualidade M/12 anos.

CINEMATECA PORTUGUESA

R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546529/546085

CICLO ANOS 60/ANOS 80

ACCATONE/1961

De Pier Paolo Pasolini, às 18.30 horas.

MY BEAUTIFUL LAUNDRETTE

De Stephen Frears às 21.30 horas.

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34

Telef. 549999

HOMEM APAIXONADO

Maires de 12 anos.

Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES

Av. da Liberdade, 2

Telef. 322523

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO

Alameda D. Afonso Henriques, 35

Telef. 555134

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Maiores de 6 anos.

Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F

Telef. 8487255

TENNESSEE BUCK E OS SALTEADORES DA TRIBO PERDIDA

Com David Keith e Kathy Shower

Maiores de 12 anos.

Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1

Estrada de Benfica 503

Tel 7145088

REGRESSO AO FUTURO PARTE II

Maiores de 6 anos.

Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2

O ABISMO

Maiores de 12 anos

Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15.

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo

Telef. 541037

AUDITÓRIO 1

O PROCESSO DO REI

Filme de qualidade de João Mário Grilo

Maiores de 12 anos

Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45 e 21.45 horas.

FORUM PICOAS

AUDITÓRIO 2

A BELA DE DIA

Filme de qualidade de Luis Buñuel com Catherine Deneuve e Jean Sorel.

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14.00, 16.00, 19.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO

Alameda D. Afonso Henriques

Telef. 555134

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos

Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes

Telef. 8480808

CÓDIGO COBRA

Maiores de 16 anos.

Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1

Rua Bulhão Pato, 1-C

Telef. 8480808

O CLUBE DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2

COMO O CÉU SE ENGANOU

De Emile Ardolino

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 3

KINJITE - JUSTIÇA À

MARGEM DA LEI

Com Charles Bronson

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1

Pingo Doce - Alcântara

Telf. 3631162

CINEMA PARAÍSO

Maiores de 12 anos

Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos.

Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES

Av. de Roma, 7-A

Telef. 801313

CINEMA PARAÍSO

Maiores de 12 anos.

Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1

R. Martens Ferrão

Telef. 538743

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos.

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II

Maiores de 6 anos.

Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.



«Clube dos Poetas Mortos» em exibição em várias salas de Lisboa

CARTAZ

**MUNDIAL 3
ENTRE PRIMOS**

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS

Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362

**O CLUBE DOS POETAS
MORTOS**

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON

R. dos Condes, 4
Telef. 326283

O INFERNO DOS HERÓIS

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19 e 21.30 horas.

OLIMPIA

R. dos Condes, 13
Telef. 325309

O BAR DO SEXO

Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1

Centro Com. Alvalade
CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2**ENTRE PRIMOS**

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA

R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305

O DESAFIO DOS CAMPEÕES

Filme de Fritz Kiersch c/Don Michael Paul e Kathleen York
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1

R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378

**SKINDEEP-O AMOR É UMA
GRANDE AVENTURA**

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2

**CLUBE DOS POETAS
MORTOS**

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3**REGRESSO A VIENA**

Filme de Alex Corti
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4**CINEMA PARAÍSO**

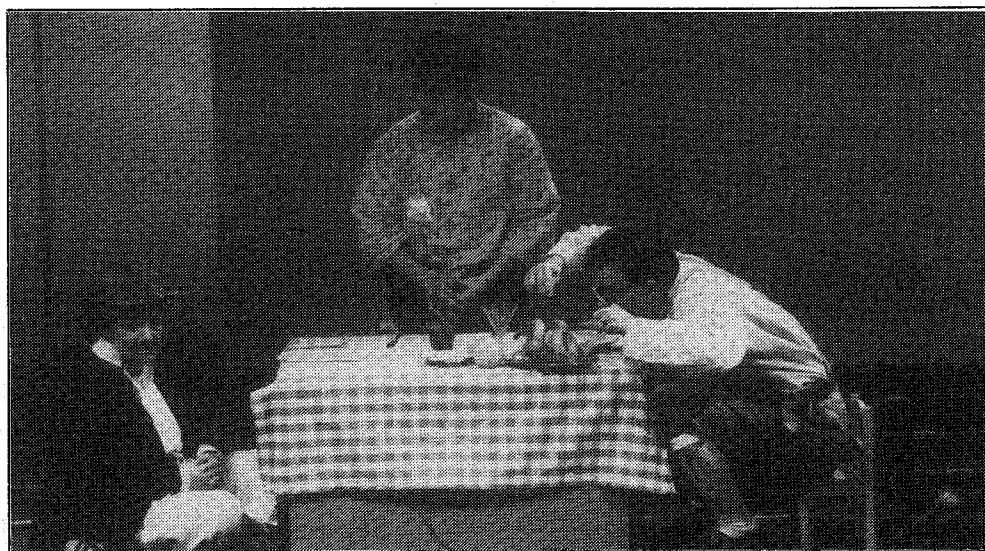
Maiores de 12 anos.
Às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24 horas.

SÃO JORGE 1

Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2

Márcia Brela, Adriano Luz e Luis Lima Barreto numa cena da peça "Salada" hoje em estreia às 21.30 no Teatro da Cornucópia

CLUBE DOS POETAS**MORTOS**

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3**OS DEUSES DEVEM ESTAR
LOUCOS II**

Maiores de 6 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

7ª ARTE

Av. da República
Telef. 730715

OS CAÇA FANTASMAS II

Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30.

TERMINAL

Estação do Rossio
Telef. 371573

**JUSTIÇA À MARGEM DA
LEI**

De J. Lee Thopson
Maiores de 16 anos.
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30

TURIM

Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666

PROFISSÃO. DURO

Filme de Rowdy Herringtony

Maiores de 16 anos.
Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON

Av. da Liberdade, 9
Telef. 3468446

CARATÉ KIDD

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

**O ASSALTO AO ARRANHA
CÉUS**

Maiores de 18 anos.
De Seg. a Sáb às 23.30 horas.

SINTRA**AMADORA****BABILÓNIA**

Centro Comercial Babilónia

Telef. 4934871

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

**CACÉM- ESTÚDIO
FLORES**

Telef. 9247570

Encerrado para descanso do pessoal

**QUELUZ - KING D.
PEDRO III**

Telef. 4364845

SALA 1**KINJITE-JUSTIÇA À
MARGEM DA LEI**

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas

SALA 2**EM BUSCA DO MARFIM
MÁGICO**

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.

SALA 3**O AMOR É UMA GRANDE
AVENTURA**

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas

CASCAIS**OEIRAS****ALTO DA BARRA 1**

Telef. 4439759

CYBORG

Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

ALTO DA BARRA 2

UMA HISTÓRIA DE VERÃO
Maiores de 12 anos.

**CASINO
ESTORIL**

Espectáculo único e Exclusivo

*Michel
Légrand*

e a sua orquestra
finalmente em Portugal

MICHEL LEGRAND e sua
orquestra
Finalmente em Portugal
A música e o génio de
um dos maiores
compositores
do nosso
tempo



26 Janeiro

Informações e Reservas — Tel. 268 45 21

Título

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

perspectivas
da
Música
de
Câmara

concertos vocais

soprano Elsa Saque
piano Armando Vidal

obras
de

Luís de Freitas Branco

JANEIRO

24

Quarta-feira, 18h30

SALÃO NOBRE

CARTAZ

Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS - CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

CINE PALMEIRAS 2
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS - ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
O ABISMO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS - MIRAMAR 1
Telef. 2841744
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD
Telef. 2865027
GOLPE DE VINGANÇA
Maiores de 16 anos
Sessões de 2ª a 6ª às 16.00 e 21.30; Sáb. Dom. e Feriados às 15.30, 18.00 e 21.30 horas

ALMADA
ACADEMIA ALMAD-ENSE
Telef. 2752127
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DA CAPARICA
CINEMA PESCADOR
Telf. 2905350
BRAVOS E HERÓIS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 21.45

TEATRO LISBOA

A BARRACA - CIN-EARTE
Largo de Santos, nº 2 -
Telef. 665360 ou 686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas.
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita

INSTITUTO FRANCO-PORTUGUÊS
Av. Luís Bivar, 91 - Telef. 544389
De 5ª a Sáb. às 21.30; Dom. às 17.00 horas.
LES BATISSEURS D'EMPIRE
De Boris Vian. Encenação de Daniel Beauron.

TEATRO DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanso à 4ªFeira.
SALA 1
PÉCORA de Natália Correia.
SALA 2
Sexta às 21.30, Sáb. às 16.00 e 21.30; Domingo às 16 horas.
A PREGAÇÃO

De João Brites, pelo Grupo O Bando
CAFÉ TEATRO FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo. Sáb. às 24 horas

TEATRO DA CORNUCÓPIA
R. Tenente Raul Cascais, 1-A - Telf. 661515/669205
De 3ª a Sáb. às 21.30, Dom. e Feriados às 16 horas.
SALADA
De Tristan Rémy, é um trabalho colectivo dos actores da Cornucópia.

RITZ CLUB
R. da Glória, 57 - Telef. 325140
De 3ª a Sábado às 21.30; Sábado e Domingo às 16.00 horas.
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA.
Encenação de Mário Viegas.

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef. 3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas.
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha - Telefone 778898
De 5ª a Sábado às 21.30 horas. Domingos às 16 horas.
HAPPY END
De Dorothy Lane/Bertolt Brecht.

TEATRO MAIZUM
R. dos Poiais de S. Bento, 75-B. Telef. 601866
Sáb. e Dom. às 16 horas.
A LINGUAGEM DOS ANIMAIS
De António Botto.

TEATRO DA POLITÉCNICA
R. da Escola Politécnica, 58 - Telef. 674474
De 3ª a Sábado às 21.00; Domingos às 16 horas.
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patrício

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 326037.
De 3ª a Domingo às 21.30; Domingos e Feriados às 16.00 horas.
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ.
Versão livre de Henrique Santana.

TEATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45; Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas.
ORA BATE...BATMAN'SO

OUTRAS LOCALIDADES

ESTORIL
TEATRO DO CASINO
Telefone 2684521
De 3ª a Sáb. às 22 horas ; Dom. às 17 horas.
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS?

Texto e encenação de Filipe La Féria.

ODIVELAS
TEATRO DA MAL-APOSTA
R. de Angola, Olival de Basto - Telefone 9873299
De 3ª a Sáb. às 21.30; Domingos às 16.00 horas.
O RENDER DOS HERÓIS
De José Cardoso Pires. Encenação de José Martins, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garret.

PORTO TEAR
R. do Heroísmo, 86 - Telef. 573265.
De 3ª a Sáb. às 21.30; Domingos às 16.00 horas.
JARDIM DAS CEREJEIRAS
De Anton Tchekov, pelo TEAR. Encenação de Rogério de Carvalho.

EXPOSIÇÕES

LISBOA
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Jerónimos): de terça a domingo, das 10 às 12.30 e das 14 às 17, uma exposição permanente que integra centenas de milhares de peças, entre as quais um conjunto pré-histórico de 300 peças de ouro.
MUSEU NACIONAL DO TEATRO: até 27 de Março (Dia Mundial do Teatro), "Amália, 50 Anos" com entrada gratuita aos domingos de manhã.
MUSEU NACIONAL DO TRAJE: a aexposições "Jóias de Ana Campos" e "As Bandeiras do Mês - Portugal Dinamarca". Até Abril, "Tramas e Sor-tilégios" de Teresa Segurado Pavão;
BIBLIOTECA NACIONAL: a exposição "Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa

GULBENKIAN (Galerias das Exposições Temporárias): organizada pelo Museu Stedelijk de Amesterdão em colaboração com a Fundação Gulbenkian; uma exposição de Pintura, Escultura e Fotografia do Uruguai, Argentina, Brasil e Chile, constituída por algumas dezenas de obras contemporâneas, representativas das novas correntes artísticas daqueles países e em que estão representados os principais artistas sul-americanos; até 5 de Fevereiro, "Três Séculos de Gravura Cubana", uma exposição constituída por obras da Coleção do Museu Nacional Cubano de Havana, representada por 110 obras dos principais artistas cubanos dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX.
PALÁCIO FOZ: até 2 de Fevereiro, uma exposição fotográfica sobre a etnografia angolana do cneasta António de Sousa.
ALFAMA-GALERIA DE ARTE (R. das Flores, 109): Pintura e Escultura Espanhola Contemporânea.
ALFA MIXTA (Escola Gerais, 34): até 10 de Fevereiro, de terça a sábado das 14 às 20 horas, Pintura e Escultura de Liane katsuki, Romy Castro, Scoditti, Sobral Centeno e Verónica Nel.
CASA DO ALENTEJO: até 28 de Janeiro, diariamente das 10 às 22 horas, Pintura de A. M. Partoja Rojão.
CLUBE CINQUENTA (R. de S. Mamede ao Caldas, 9-1ª): até 7 de Fevereiro, de terça a sexta das 17 às 20 e sábados das 15 às 20, Pintura de Albertina de Sousa.
GALERIA FONTE NOVA (Estrada de Benfica, 503): até 26 de Janeiro, uma colectiva de Pintura com a participação de Carlos Neto, Fernanda Freitas, Fernando Lory e Urbano

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM Zona de Lisboa

14.00: O Linho e a Seda; **15.00:** Contraste; **17.00:** Antena 1 - Regiões; **17.15:** Porto d'Ab-rigo

Onda Média e FM Estéreo

14.00: Gerações por Minuto; **17.00:** Sete Mares; **19.00:** Música; **20.00:** No Estúdio e no estádio (2.ª edição) - Informação Desportiva; **20.15:** Musical; **20.30:** A Voz de Roma; **20.45:** Musical; **21.00:** Música Portuguesa; **21.30:** Imaginário. Noticiários inter-calares de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional F.M. 2 - Estéreo

17.00: Novo destaque para o timbre do dia: O duo de violino e piano; **17.30:** Música do Século XX. Sinfonia n.º 3 de Martinu; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais - Os 23 quartetos de cordas de Mozart.; **19.33:** Album Musical. - Obras de Mussorgsky, Liszt, Tchaikovsky, Schumann, Beethoven e Bizet; **20.40:** Esta Madrugada no Dois; **21.00:** Concerto Noc-

turno. Obras de Zoltan Kodaly, Charles-Valentin Alkan, Jan Zach, Samuel Barber, John Ireland e Smetana; **23.00:** Euroradio - Gravações cedidas pela Radiodifusão de Israel; **00.30:** Serão ao Estilo do Século XIX. Obras de Brahms, Glinka, Zani de Ferranti, Wilhelm Gade, Chopin e Berlioz; **02.00:** Música na Madrugada. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

COMERCIAL

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média 283, 290 e 397

16.30: Quando o Telefone Toca; **17.00:** Contacto; **19.00:** Jornal; **19.30:** Quando o Telefone Toca; **20.00:** Praça de Táxis; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Religiosos; **22.15:** Desporto; **23.00:** 24.ª Hora.

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz

18.00: RDS - Rádio das Seis; **21.00:** Mercador de Sonhos; **00.00:** A Noite Passada; **01.00:** Som da Frente; **03.00:** Quem Tramou o Locutor.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; **19.00:** Atlântida; **20.00:** Serra de Estrelas; **22.00:** Oceano Pacífico.

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

Gli Orazi e i Curiazi

(Horácios e Curiácios)
D. Cimarosa

JANEIRO 1990

Actividades promovidas por

«OS AMIGOS DO S. CARLOS»

22 Janeiro às 18.30h
(no Salão Nobre TNSC)

Mesa redonda
com

MANUEL CARLOS DE BRITO
DAVID CRAMMER
JOSÉ RIBEIRO DA FONTE

24 Janeiro às 21.30h
(no Grémio Literário)

«Da tragédia de Corneille
à Ópera séria de Cimarosa»

Palestra

por

JOÃO PAES

com a participação
dos principais artistas do elenco

Entrada livre



SALADA

(TEXTOS dos PALHAÇOS)



Encenação: colectiva da companhia; Tradução e montagem do texto: Luís Miguel Cintra; Cenário e figurinos: Cristina Reis; Montagem: Fernando Correia; Interpretação: Adriano Luz, António Fonseca; Cristina Cavalinhos, Gilberto Gonçalves, Luís Lima Barreto, Luísa Cruz, Márcia Breia e Rogério Vieira.

3.ª a sábado às 21.30 — domingo às 16h

Estreia hoje

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Rua Tenente Raul Cascais, 1-A
1200 LISBOA
Telef.: 66 15 15/66 92 05

SNOOPY POR SCHULZ



CARTAZ / TELEVISÃO

HOJE RTP-1

- 16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
58º episódio: neste programa, os mais pequenos irão aprender que ferrar um cavalo não dói. O Becas e o Egas contam, em seguida, mais uma das suas histórias. E não é tudo o que há para saber nesta "Rua Sésamo", onde restará um espaço para mostrar que é possível um leão cooperar com um rato.
19.00 - JOGO DE CARTAS
Concurso
19.30 - TELETJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - DESCOBRIR
OS DESCOBRIMENTOS
20.10 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR
NO TOTOBOLA
21.25 - LOTAÇÃO ESGOTADA
"Ladrão por excelência": Um filme de Donald Siegel, com Burt Reynolds, Lesley-Anne Down, David Niven, Timothy West, Patrick Magee, Al Matthews, Susan Littler, Joss Ackland e Stephen Reynolds (Cor, 112 minutos de duração). Jack Rhodes é um ladrão de jóias bem sucedido. Um luxuoso apartamento e um "Rolls-Royce" fazem dele um homem atraente. Jack só tem na vida um problema: o inspector chefe Willis quer, a todo o custo, metê-lo atrás das grades. Willis conta com a ajuda de uma belíssima cleptomaniaca, Gillian Bromley, que terá que fazer com que Jack se apaixone por ela...
23.30 - 24 HORAS
24.00 - REMATE

RTP-2

- 16.55 - OS CAMPBELLS
16º episódio: James Campbell recebe, inesperadamente, a visita de Mac



Em "Lotação Esgotada" às 21.25, no 1º Canal, Burt Reynolds e Lesley-Anne Down em "Ladrão por Excelência"

- Donald, que diz que vem para se vingar da Batalha de Glencoe. Para proteger a família, James é forçado a lutar contra aquele que diz ser seu inimigo.
17.20 - O MEU PÉ DE LARANJA
LIMA
25º episódio: Quando Caetano fala com o filho Diogo, na venda, chega Sabugo assustado com a grande "macumba" que viu nos fundos da casa. Caetano, receoso, chama o padre, que fica horrorizado com a galinha preta, velas e charutos que são os "ingredientes" da "bruxaria". Caetano acusa o filho da "brincadeira". Na venda, Zezé encontra Manoel e começam a implicar um com o outro. O padre Rozendo cruza-se com Manoel e lembra-lhe que é o único habitante da vila que fuma charutos.



No 2º Canal às 21.30, o 3º episódio da série "O Jogo Final"

- 18.00 - DESPORTO
Campeonato da Europa de futebol de salão
20.05 - CLÁSSICOS DA TV
«O Homem da Carabina»
20.30 - LUSITÂNIA EXPRESSO

- 21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O JOGO FINAL

3º episódio: depois de ser tratado pelo antigo sócio, Nicholas Thorne e a sua nova namorada partem em busca de Magnus, o homem que persegue o milionário e que lhe raptou a mulher com um único objectivo: matá-lo. Nick terá de fazer virar "o feitiço contra o feiticeiro".

ALBA

ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOS

INFORME-SE NA

AUDIMAX

TEL. 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

RTP-1

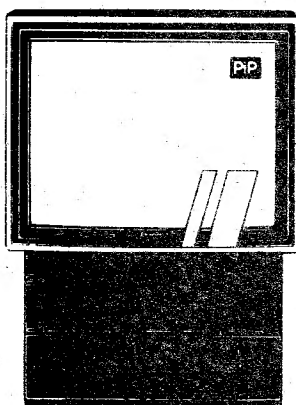
- 09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA DIA A DIA
13.30 - UM ANJO NA TERRA
14.15 - PALAVRAS CRUZADAS
15.05 - É TUDO COMÉDIA
15.15 - ARCO-IRIS AFRICANO
13º e último episódio
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELETJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - DESCOBRIR
OS DESCOBRIMENTOS
20.11 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - JUSTIÇA CEGA
22.50 - 24 HORAS
23.30 - REMATE

RTP-2

- 15.01 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA, ESCOLHA!
16.55 - BENJI E O PRÍNCIPE
EXTRATERRESTRE
17.20 - UM BILHETE PARA O OUTRO
MUNDO
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA
LIMA
18.30 - OS HENDERSON
19.25 - CLÁSSICOS DA TV
20.15 - MAGAZINE MUSICAL
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - EMOÇÕES
21.50 - SINAIS DO TEMPO
22.50 - QUINTA DIMENSÃO

BLAUPUNKT

Seleccionou para si...



● **BLAUPUNKT**
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença



O CINEMA DE QUALIDADE
EM SUA CASA

- O Coração Potemkine
- A Mão
- Escrava do Amor
- Amor em Tempo de Guerra
- Balada do Soldado

PACOTE COM 3 TÍTULOS 10 CONTOS
PREÇO UNITÁRIO: 5 CONTOS

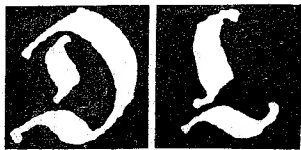
PANORAMA DO CINEMA DE ANIMAÇÃO NA CHECOSLOVÁQUIA

Filmes de Animação - colecção VASCO GRANJA

- O Paraíso das Imagens (Canadano) 3.400\$00
- O Homem de Papel (Canadano) 3.450\$00
- Volume I e Volume II (Cassetes para todos)
- Volume III e Volume IV (Cassetes para adultos)

PREÇO UNITÁRIO DE CADA VOLUME 2.950\$00

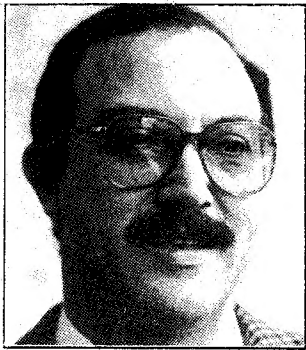
Enviamos à cobrança pelos CTT Aceitamos cheques/encomenda
Apartado 90-2745 QUELUZ
Telf. 437 50 88/437 09 31-Telex 66 973 CRAC



«Mais do que produzir factos políticos, o cavaquismo teve de multiplicar os pães e os peixes».

Nuno Rogeiro, «O Diabo», 23.01.90

A PERGUNTA DO DIA



Elias Quadros
Director do Secretariado
para a Modernização
Administrativa

O que é que o S.M.A. vai fazer para facilitar o acesso dos cidadãos aos documentos oficiais?

«Os cidadãos têm, hoje, direito a saber dos papéis, dos registos, dos processos, dos arquivos, quando os serviços públicos lhes digam respeito.

O Secretariado para a Modernização Administrativa (SMA) congratula-se com a clarificação deste direito operada pela revisão constitucional. Tal consagra e amplia esforços do SMA para dar a conhecer os direitos dos cidadãos e a forma de os efectivar, como sejam o Guia dos Serviços de Informação e Atendimento, o Anuário dos Serviços Públicos, a colecção «como fazer e o que fazer»... o patrocínio de bases de dados, em suporte informático, para uso dos cidadãos e das empresas...

A nova ênfase constitucional no direito de acesso à informação tem já consagração legal nas Opções do Plano para 90. «Administração Aberta/Administração dos Cidadãos» é o lema do Plano do Secretariado para este ano. Os estudos de regulação da matéria estão adiantados no SMA, prevendo-se conclusão para Abril. A ideia é facilitar a informação aos legítimos interessados, salvaguardando a intimidade pessoal e a segurança dos interesses colectivos.»

Quinta-feira no

Diário de Lisboa

A crónica
de Francesco Alberoni

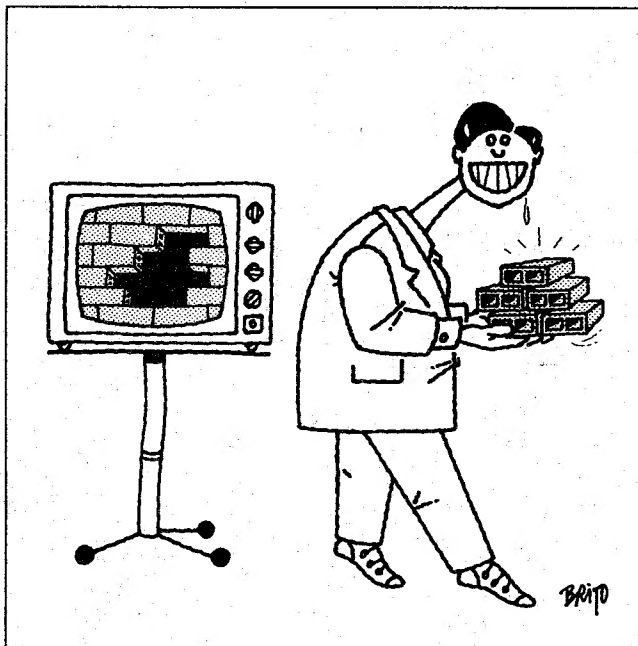
O auto-retrato
de Eduardo Prado
Coelho

O Suplemento
Literário

MEDIA

A reforma da televisão privada inglesa está a ser preparada por Margaret Thatcher. Os dois canais privados discordam, mas não deixam de se preparar para a concorrência dos próximos anos

Os novos desafios da televisão britânica



A dois passos da Universidade de Oxford, os estúdios da Central TV, em Abingdon, representam uma espécie de laboratório de televisão privada «à britânica», preparando-se para a concorrência dos satélites e dos futuros canais que Margaret Thatcher pretende lançar. Adaptando os seus meios para as «novas regras do jogo», pretende, todavia, conservar a mesma qualidade que, a exemplo da douda BBC, contribuíram para estabelecer a sua reputação.

A Central TV é a segunda, pela sua dimensão, das quinze sociedades que formam a rede da ITV, um dos dois canais privados ingleses. Em Abingdon, sede da delegação sul da Central TV, cerca de 40 pessoas, com os mais modernos computadores e câmaras, elaboram diariamente um jornal regional de 25 minutos, destinado a meio milhão de habitantes da zona. Cerca de quinze equipas, compostas apenas de um jornalista e um técnico percorrem toda a região. Cada jornalista manipula um computador onde compõe títulos e legendas a figurar no telejornal. Não há operadores de câmara no estúdio. Tudo é comandado pela electrónica, a partir da régie, pelo que apenas são necessárias cinco pessoas. Diminuíram assim os efectivos da sociedade e as actividades

da cadeia foram reorganizadas, tornando-se centros de lucros autónomos.

Apesar dos lucros, a Central TV não tem a intenção de ficar por aqui. Está preocupada com o estado de «anemia» que afecta, desde o Verão, a publicidade, até então em rápido crescimento. E, sobretudo, tal como todos os outros franchises da ITV, vê aproximar-se o prazo decisivo de 1993, com todas as mudanças que irá trazer.

Até agora, o Independent Broadcasting Authority designava, por um prazo de dez anos, o titular de cada franchise, ou concessão regional. Por outras palavras, atribuía o direito exclusivo de explorar uma televisão comercial em determinada região.

Porém, se Margaret Thatcher alcançar os seus objectivos, tudo irá mudar. A omnipresente IBA sucede a ITC - Independent Television Commission. E as concessões serão colocadas em hasta pública, num processo que os quinze da ITV rejeitam por completo. «Esse sistema da oferta mais elevada conduzirá à baixa de qualidade; o dinheiro irá para o Estado e não para os programas» - explica o director da Central TV, Leslie Hill. Os actuais titulares da franchises recusam, de igual modo, a venda proposta por Thatcher, de 51 por cento da ITN, a sociedade

que fornece o noticiário nacional a todos os concessionários. «A informação constitui o fulcro da nossa actividade; que estranho conceito querer dividi-la...» - afirma ainda Leslie Hill. Em sua opinião, o único meio de fazer uma verdadeira televisão regional é centralizar certas funções ao nível de grandes regiões, capazes de enfrentar a Europa.

A meta de 1993 não é apenas britânica. A Central TV e os outros sabem que os outros sabem que os «grandes» do Continente estão à espreita. Sendo o ataque o melhor meio de defesa, a televisão britânica vira-se para a Europa. A Central e a sua colega Granada abriram um escritório em comum em Hamburgo.

A primeira aliou-se a produtores americanos e australianos, além de trabalhar com a Revcom (filial das Edições Mundiais Francesas). Cotadas na Bolsa, as sociedades da ITV preparam-se para as grandes manobras: acumulam reservas ou prendem as suas vedetas com «algebras de ouro», estabelecendo contratos de longa duração. Porém, só uma coisa é certa: o modelo britânico vai mudar. Tal como em outros domínios, a velha Albion e a sua televisão não poderão permanecer isoladas.

«Le Monde»/
adaptação DL

meteorologia

Aplausos e pateada

Como se sabe, na semana passada, Dubeck foi buscar o Prémio Sakharov, ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Quando lhe foi atribuído, em Novembro passado, era «ainda um cidadão que havia sido privado do exercício dos direitos do homem...», disse no seu discurso em eslovaco suave.

O Grande Mecanismo do mundo apareceu aqui em traços modernos fotogénicos, quanto à forma, enquanto o trágico cedia, desta vez, a uma outra lógica da História.

Atrasei o comentário que se segue: quis compreender o deputado Carlos Carvalhas, na situação altamente privilegiada de estar presente nessa pungente cerimónia onde também foi lida a última mensagem de Sakharov escrita alguns dias antes de morrer para essa ocasião, quis entender o seu sagrado direito de decidir a sua conduta; pois, segundo o Diário de Notícias, «foi um dos raros deputados, com o grupo das direitas, a não aplaudir Alexandre Dubeck no final da sua alocução».

Creio que, finalmente, sei: a grandeza do momento esmagou o deputado. A grandeza, a discrição do discurso-confissão, a possibilidade de ver de perto o relógio do mundo avançar, tal como naqueles grandes relógios de gares onde o tempo é visível. o facto de ser testemunha da abolição da fatalidade trágica, o lado quase religioso, impediram-lhe de irromper esse rito com um gesto leigo e banal, de aplaudir. Aplauda-se muito, até de mais: uma cantora de «play-back», uma revista pífia, um discurso político, hábil ou não, uma entrevista publicada com destaque, um bolo num dia de anos.

Mas a missa não se aplaude. Já testemunhei alguns grandes espectáculos teatrais que acabaram em recolhimento profundo. Presenciei o silêncio depois da grandeza. O nascer do sol exige-nos a comunhão cala-da.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado, comovido, prostrado, enternecido, sensível, magoado pelo passado injusto cometido contra esse comunista de longa data, ficou sem gesto, em estado de graça.

Aplausos para ele.

Jorge Listopad



A.M.A. Auto Monumental de Aveiro

CONCESSIONÁRIOS



AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8
1000 LISBOA

Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75